DISCURSOS

DO

Sr. Conselheiro Zacharias

PROFERIDOS NO SENADO

NA

DISCUSSÃO DO VOTO DE GRAÇAS

BAHIA

TYP. DO DIARIO—RUA DAS VASSOURAS, N.° 13.

1869

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL
Este volume acha-se registrado
sob número 2901
do ano de 1975

A discussão, que na sessão do corpo legislativo fôra suscitada na camara vitalicia, ha de ficar para sempre registrada nas paginas da historia de nosso paiz.

O facto anomalo de uma transformação politica em todo o Imperio, sem razão justificativa, estremeceu toda a sociedade, e abalou as raizes de nossas mais caras instituições.

A dictadura arvorada em governo permanente, a reacção escandalosa e indecente, desencadeada, harmonica e systematicamente, em todas as provincias do Imperio para assaltar as urnas e tolher a liberdade da eleição, pozerão em alvoroto todos os que de coração amão a Constituição politica do Estado, e a monarchia: assustarão profundamente os que comprehendem, que, na actualidade, a base mais segura e firme da *realeza* é a liberdade dos povos.

O partido liberal protestou immediatamente contra as transgressões constitucionaes, os actos dictatoriaes, e reaccionarios da malfadada politica inaugurada á 16 de Julho.

Os distinctos chefes da opposição se incumbirão, em differentes documentos, de concatenar todos os factos violentos desta situação, e expôl-os á critica do paiz: não obstante, o carro dos *dominadores* tem seguido seu caminho, deixando sulcos indeleveis de sua funesta passagem!

A Constituição rôta, as leis anniquiladas por traços de penna de ministros e presidentes; as urnas assaltadas; os Brazileiros divididos em *vencedores* e *vencidos*, como officialmente disse o presidente desta desventurada provincia; o espingardeamento de homens inermes, autorisado pelos *governadores das capitanias;* o saque o incendio e o roubo, como no infeliz Termo dos Lençóes, taes são os meios que tem empregado os conservadores para se sustentar no governo.

Poderá este estado anormal durar por muito tempo em uma epocha em que o sol vivificador da liberdade aquece todos os paizes civilisados?

Havemos nós de retrogradar, voltar aos tempos coloniaes e do absolutismo, quando a Hespanha, a intolerante e fanatica, lança por terra os grilhões de um governo immoral; quando a França, por outro lado, conquista do soberano, só pelas idéas, as *reformas*, e asphyxia a hydra do *governo pessoal*, sustentado aliás por um dos mais vigorosos politi-

cos do seculo; quando a propria Inglaterra, despindo-se de seu velho orgulho, executa uma das reformas mais importantes, por que tem passado; e quando finalmente o proprio Bismark é o chefe do movimento e do progresso na Allemanha, e na Prussia?

Ou terão os liberaes a penosa tarefa de repetir no Brazil o famoso *il est trop tard* de Emilio de Girardin á Luiz Philippe nos memoraveis dias de Fevereiro?

Felizmente, cremos que não; porque confiamos ainda muito no patriotismo e illustração d'aquelle á quem a Constituição, revestindo das mais sagradas prerogativas, incumbiu, ao mesmo tempo, de promover o engrandecimento e prosperidade do Brazil.

Felizmente, cremos que não; porque não estavão fadados somente para a Inglaterra os Peel e Gladstone, e para a França os Thiers e Emilio Olivier.

Em nossa tribuna da camara vitalicia existem caracteres, que se fundirão pelo mesmo molde: e dentre elles avulta a figura imponente e gigantesca do Exm. Sr. Conselheiro Zacharias de Góes e Vasconcellos, que cingiu á sua fronte mais uma corôa de gloria na lucta titanica que se travou no debate do voto de graças de 1869!

Ninguem, neste paiz, nos ultimos tempos tem mais direito á gratidão publica que o benemerito senador.

No governo é escusado commemorar os serviços que ao Brazil prestara, como chefe do gabinete de 3 de Agosto; ministerio que, pelo seu patriotismo e dedicação á causa publica, conquistou um nome, que nunca mais se poderá esquecer.

Na opposição ninguem assumiu a attitude do notavel estadista, á que alludimos, quer na imprensa, quer na tribuna.

Athleta infatigavel na peleja, em favor das liberdades publicas, e das sãs doutrinas constitucionaes, ha tambem tomado á si patentear os erros grosseiros, que de certo tempo á esta parte, se tem commettido na guerra de honra, que sustentamos contra o dictador do Paraguay.

Fazendo a publicação dos discursos, que proferiu o eminente parlamentar no voto de graças do corrente anno, só tivemos em mira tornar mais facil a sua leitura, afim de que nossos comprovincianos possão melhor avaliar e aquilatar os immensos serviços, que á causa liberal está prestando mais um filho desta provincia, tão distincta, e aliás mais do que todas acabrunhada pela feroz dictadura de 16 de julho!

Ao encerrar as presentes linhas, permitta-nos o illustre senador que, em nome de nosso partido tão injustamente trucidado, lhe dirijamos as expressões mais sinceras de enthusiasmo e gratidão pelo modo por que tem solvido o compromisso, que se impoz, quando, resignando o poder, lançou no recinto do Senado aquellas memoraveis pala-

vras «..... *que alliviando-me do peso do governo deixa-me a qualidade, que préso sobre todas, de velar desta cadeira, como simples sentinella na guarda da Constituição e das leis e na verdade do regimen parlamentar.* »

DISCURSO

PROFERIDO

NA SESSÃO DE 26 DE JUNHO DE 1869.

O Sr. Zacharias:—Sr. Presidente, V. Ex. ha de lembrar-se de que o nobre senador pela Bahia, relator da commissão, desafiou-me formalmente para que eu, examinando toda a sua vida passada, todas as suas antecedencias, justificasse um aparte que déra desta cadeira, dizendo queo ministerio de 16 de Julho escolhera a dedo os seus agentes: S. Ex. quer que eu lhe mostre se tambem foi escolhido a dedo.

O nobre senador, Sr. presidente, nem ao menos teve a generosidade de attender a que, invalido da tribuna, como estou, mal poderia puchar, ja não digo por espada ou florete, mas por um canhenho, afim de oppor ao canhenho de S. Ex., canhenho que eu não chamarei archeologico, porque não comprehende só observações e estudos de factos e monumentos antigos, que não chamarei fossil, apezar de, segundo a decifração do nobre senador, ter estado escondido por muitos mezes; mas que em todo caso é a sua grande arma de guerra.

Hei de, Sr. presidente, dizer alguma cousa a respeito do assumpto do desafio, não satisfazendo completamen-

BIBLIOTECA SENADO FEDERAL

te o intento do honrado senador, mas quanto baste ao meu proposto.

Começarei, porém, por outro objecto; por uma questão da politica externa: a guerra.

O gabinete de 16 de Julho, por orgão de seu presidente, de todos os ministros, dos seus adeptos e amigos mais intimos, dizem invariavelmente que não tem a responsabilidade do começo da guerra actual. O Sr. Visconde de Itaborahy, no segundo discurso que proferiu na camara temporaria a 17 de julho, pediu áquella camara os meios para acabar a guerra que elle *não tinha começado*. É um estribilho invariavel. "A guerra que sustentamos contra o governo do Paraguay não é de nossa responsabilidade," dizem os sustentadores da actualidade. De quem é, pois, a responsabilidade?

Eu penso, Sr. presidente, que esta questão deve ser resolvida.

Os nobres ministros, por outro lado, dizem tambem a cada passo que a guerra que fazemos é uma guerra de honra, reconhecendo que Lopez nos aggrediu inesperada e barbaramente; logo, a guerra actual não é da iniciativa de ninguem, senão da iniciativa de Lopez: nós não a fizemos; os ministros do quinquenio liberal não declararão a guerra, aceitarão a que Lopez provocou-nos. Como, portanto, aventurar que a guerra em que estamos empenhados contra a Republica do Paraguay é obra nossa?

Dar-se-ha caso, Sr. presidente, que a guerra do Paraguay nascesse da guerra oriental? As allusões vagas que fazem continuamente a tal respeito prejudicão a causa publica. Eu convido o honrado ministro a encarar resolutamente a questão; quero assumir a responsabilidade que me tocar. O presidente do ministerio de 31 de agosto tambem quer assumir esta responsabilidade.

O Sr. Furtado:—Apoiado.

O Sr. Zacharias:—O plenipotenciario, que fez o *ultimatum* ao governo de Montevidéo, tem assento na casa e pode discutir a materia. Portanto, a occasião é opportuna.

Mas, senhores, entre a guerra oriental e a guerra do Paraguay não ha connexão alguma. Se alguem quizesse achar paridade ou connexão entre estas duas questões, poderia tambem descobrir plausibilidade nos motivos com que o lobo aggredia a ovelha, porque, estando aliás na parte inferior do regato, lhe turvava as aguas.

O Sr. F. Octaviano:—Apoiado.

O Sr. Zacharias:—Lopez quiz um pretexto; qualquer lhe servia (*Apoiados*). O seu fim era manifesto (*Apoiados*).

O Sr. F. Octaviano:—E disso tem convicção todo o Rio da Prata.

O Sr. Zacharias:—Todos os homens politicos do Imperio e seus estadistas devem estar disso bem convencidos; e não procedem de uma maneira digna quando dizem: "A guerra não é de nossa responsabilidade, nós não a fizemos; a origem de tudo foi o *ultimatum*, foi a questão com a Republica Oriental, obra exclusiva do quinquenio liberal."

O Sr. F. Octaviano:—Se fossem os nobres ministros os que estivessem no poder, terião procedido do mesmo modo que os seus antecessores.

O Sr. Zacharias:—Da mesma fórma, e senão para peior. Estão porventura as cousas no mesmo estado em que nós as deixamos em relação á guerra? Duvido.

O Sr. F. Octaviano:—Apoiado.

O Sr. Zacharias:—Mas, Sr. presidente, feito este appello ao honrado ministro da marinha e interinamente dos negocios estrangeiros, que eu espero seja attendido, vou entrar no exame do estado da guerra.

Qual é o estado da guerra? Os nobres ministros entenderão-se para dar uma explicação ás camaras, e teem

declarado:—"A questão da honra está satisfeita; o que resta apenas é a livre navegação do rio Paraguay."

Disse-o o nobre presidente do conselho á camara, disse-o aqui tambem o nobre ministro da guerra, acceitando como uma opinião positiva do nobre senador pela provincia do Rio de Janeiro, que primeiro orou sobre o voto de graças, o dizer elle que se a guerra tinha conseguido o seu principal fim, o desaggravo da honra nacional, podia ja o governo tratar de pôr-lhe termo. O nobre senador pela provincia do Rio de Janeiro enunciava uma proposição hypothetica, e o nobre ministro da guerra com muito açodamento foi acceitando-a, como opinião assentada do illustrado opposicionista.

O Sr. F. Octaviano:—Eu argumentava com as palavras dos nobres ministros.

O Sr. Presidente:—Attenção.

O Sr. Zacharias:—Justamente: argumentava com as palavras dos nobres ministros.

O nobre presidente do conselho fallou assim na camara (*lendo*):

"Sr. presidente, ninguem mais do que o governo, ninguem mais do que eu reconhece os sacrificios que o Brazil tem feito e está fazendo e as difficuldades com que luta para acudir ás despezas da guerra contra o Paraguay; ninguem reconhece mais do que eu a necessidade de lhe pormos termo (*Apoiados*). Foi de certo com o maior constrangimento, com o maior aperto do coração que vim a esta augusta camara solicitar novos e pesados impostos, em additamento aos que ja temos exigido da nação.

"Mas se assim é, nem por isso se segue que não devamos fazer mais um esforço para assegurarmos os grandes interesses que justificão a guerra com o Paraguay."

Continuando, pergunta S. Ex. (*lendo*): "Quaes são

elles? O da honra nacional que exigia o desforço da affronta, e a grande conveniencia de obter a livre navegação do rio Paraguay para nós podermos communicar com a vasta e fertil provincia de Matto-Grosso.

"*Quanto ao primeiro ponto*, Sr. presidente, tenho a *convicção que a honra nacional está vingada (muitos apoiados)*; as esplendidas victorias que havemos conseguido, as forças inimigas que temos anniquilado, a nossa bandeira fluctuando sobre as aguas do Paraná e Paraguay, a occupação da capital do inimigo, não obstante termos para isso de atravessar pelo Chaco tres leguas de pantanos, facto que mais parece um romance do que historia verdadeira, são mais que sufficientes para *attestar ao mundo que sabemos vingar a honra nacional (muitos apoiados), e que a temos vingado de uma maneira que poucas nações talvez tenhão egualado. (Muitos apoiados).*"

A linguagem do nobre senador que dirige a repartição da guerra, nesta casa, foi identica, se bem que menos enthusiastica. Mas, senhores, a explicação, que é commoda no sentido da idolatria, é falsa perante os factos: eu me explico.

Se a guerra tem dous fins, o fim de vingar a honra nacional e o fim de assegurar a livre navegação do rio Paraguay, claro é que, estando vingada a honra nacional pelos feitos de dezembro, o Sr. Caxias, ex-general em chefe, foi o vingador da honra nacional, e o general em chefe que depois se mandou, se não é capitão de matto, Sr. presidente, vae desempenhar uma missão relativamente secundaria, qual é, não a desaffronta da honra nacional, mas a livre navegação dos rios. Esta, porém, não é a verdade verdadeira.....

O Sr. Ottoni:—Apoiado.

O Sr. Zacharias:—....A distincção é falsa.

O Sr. Ottoni:—Apoiado.

O Sr. Zacharias:—Sr. presidente, as nações fazem a

guerra justa em tres casos: fazem-a para vingar uma injuria recebida (e—vingar—aqui quer dizer obter reparação ou satisfação condigna); outras vezes fazem a guera para prevenir uma injuria imminente.

Mas ha uma terceira hypothese em que as nações fazem a guerra para punir o aggressor, de modo a que elle não renove a offensa: é o nosso caso contra Lopez. Era o caso das nações da Europa contra Napoleão.

Senhores, a experiencia mostrou que com a actividade do genio de Napoleão era incompativel a paz do mundo, e, pois, as nações da Europa combinarão-se para inutilisar aquella extraordinaria actividade; estavão no seu rigoroso direito. E, conseguintemente, se uma vez posto na ilha d'Elba, elle evadiu-se, da segunda vez as nações alliadas tiverão o cuidado de reduzil-o ao ultimo extremo, collocando-o no rochedo de Santa Helena. Os proprios publicistas e historiadores francezes não condemnão esse rigor dos alliados, antes reconhecem de plano que estavão em seu direito: o que condemnão é que os vencedores quizessem humilhar o genio do vencido, que o ministerio inglez regateasse as libras esterlinas que despendia com alimentos de Napoleão e sua comitiva, privasse-o do titulo de imperador, e sobretudo pretendesse arrancar-lhe a espada que sempre usara. Mas posta de parte a idéa da humilhação, e considerando só em si o accordo de ter em um rochedo, inhospito e inaccessivel, o perturbador da Europa, o direito dos alliados era incontestavel.

Se aquellas nações esperassem, ou se contentassem com satisfações de Napoleão.... Vejo que estou comparando cousas grandes a pequenas; mas o *simile* procede. Se as nações da Europa tivessem esperado ou se houvessem contentado com satisfações de Napoleão, a sua honra não ficaria vingada, porque a continuação das affrontas seria inevitavel.

Agora o nosso caso.

Sr. presidente, o que fez Lopez em relação ao Brazil? Lançou suas hostes sobre Matto-Grosso, tomou os nossos fortes, lançou os seus soldados sobre a provincia do Rio Grande do Sul, tendo, antes de tudo, apprehendido inesperadamente o vapor *Marquez de Olinda*, roubado o nosso dinheiro e lançado em ferros um membro da camara temporaria, presidente nomeado para Matto-Grosso, o Sr. Carneiro de Campos. Esse homem, antes ainda das crueldades de que posteriormente deu provas, o tornão um monstro aos olhos do nobre ministro da marinha, evidentemente não é sujeito, cujas satisfações, se as désse, possão ser acceitas com tranquillidade e garantia. Portanto, a honra das nações offendidas por Lopez não podia deixar de ligar-se ao facto de prival-o do governo, porque em quanto elle fôr governo, ha de nos ultrajar e as duas republicas allidas.

O Sr. Paranaguá:—Apoiado.

O Sr. Zacharias:—Elle, o guarda costas do partido federal argentino, elle o guarda costas dos blancos em Montevidéu, em quanto puder governar ha de proseguir na carreira dos insultos e tropelias em que uma vez lançou-se.

O Sr. F. Octaviano:—Apoiado.

O Sr. Zacharias:—Assim, senhores, o tratado da triplice alliança, esse tratado que o nobre senador que dirige duas pastas expoz ao riso da camara, dizendo que é um tratado secreto, mas que todo o mundo conhece, o tratado da triplice alliança, não podia prescindir do intuito de depôr Lopez, porque a deposição de Lopez era a condição *sine qua non* da desaffronta nacional e juntamente da sua segurança. Não ha uma linha de separação entre o desaggravo da honra nacional offendida por aquelle tyranno e a segurança do paiz em geral ou com respeito á livre navegação dos rios. E, pois,

senhores, vingador da honra nacional não foi aquelle que não acabou a guerra: vingador da honra nacional será aquelle que effectivamente inutilisar o dictador Lopez. E eu espero que o Conde d'Eu seja o verdadeiro vingador da honra nacional; ao menos faço ardentes votos para que isto aconteça.

O Sr. Paranaguá:—Apoiado.

O Sr. Zacharias:—Senhores, quando o honrado Sr. presidente do conselho fallava a camara com enthusiasmo a respeito da desaffronta da honra nacional, enthusiasmo que não admira se communicasse aos moços, se era tão energico em um homemc oberto ja de cãs; quando o nobre presidente do conselho estava assim enthusiasmado com o desaggravo dos brios nacionaes, produzidos pelos feitos de dezembro, fallando da continuação da guerra, não a titulo de honra, que estava ja vingada irrecusavelmente, mas a titulo de libertar a navegação dos rios, deu o Sr. Jaguaribe um aparte mui significativo.

"Ao menos salvemos a honra." Para assim se exprimir o Sr. Jaguaribe não havia outro motivo se não a consciencia de que a honra nacional não está vingada e de que, portanto, o vingador da honra ainda tem muito que fazer.

Repito, Sr. presidente; é commoda, muito commoda, e geitosa para certos fins. a opinião d'aquelles que destacão da continuação da guerra a vingança da honra nacional, fazendo-a consistir no interesse da livre navegação dos rios; mas é falsa.

O honrado senador que dirige duas pastas, a da marinha e a dos negocios estrangeiros, disse na outra camara, em um discurso que está impresso no *Jornal do Commercio* de 20, que se S. Ex. influisse no tempo do quinquenio... os outros dizem que é um quinquenio, o nobre senador, porém, conta oito annos de governo liberal.

O Sr. Ministro da Marinha:—Parecia-me tão longo que pensei ja houvesse este tempo.

O Sr. Zacharias:—Mas, disse o nobre senador que, se elle influisse no principio da guerra, não consentiria em uma circumstancia que explica a continuação da guerra.

O Sr. Ministro da Marinha:—Não, senhor: V. Ex. leia.

O Sr. Zacharias:—Eu vou ler; acceito o conselho.

O Sr. Ministro da Marinha:—Eu disse—talvez.

O Sr. Zacharias:—Este—talvez—é diplomatico. *(Apoiados)*.

O Sr. F. Octaviano:—São reservas....

O Sr. Ministro da Marinha:—É verdade, porque eu não posso julgar.

O Sr. Zacharias:—Vou satisfazer o nobre ministro: *(Lê)*

"Senhores, se eu fosse ouvido, ou tivesse importancia para influir sobre as negociações no principio da guerra, eu diria como o nobre deputado—*que não vendessemos a pelle do lobo antes de tel-o morto....*"

O Sr. Ministro da Marinha:—Veja adiante.

O Sr. Zacharias:—Se tivesse influido, acceitando a expressão do honrado deputado que acabava de discutir, não consentiria que se *vendesse a pelle do lobo antes de morto o lobo*. Era, pois, fiel a citação que fiz.

O Sr. Ministro da Marinha:—Não pensei que era o negocio da pelle do lobo: julguei que era outro ponto.

O Sr. Zacharias:—Hei de tocar em todos.

V. Ex. esteve intratavel comnosco, esteve feroz; parecia um lobo. *(Continua a ler)*.

".... que não estabelecessemos condições que as circumstancias e os azares da guerra podião tornar irrealisaveis; que fugissemos de estabelecer condições que impedissem o inimigo a fazer uma resistencia mais te-

naz do que aquella que na realidade teria apresentado."

O Sr. F. Octaviano:—Isto vae com vista ao tratado do Sr. Visconde de Uruguay.

O Sr. Presidente:—Attenção!

O Sr. Zacharias:—Não irei tão longe; examinarei somente agora o que vem a ser na opinião do nobre ministro da marinha a pelle do lobo vendida antes do lobo morto.

Sem duvida a pelle do lobo era condição de não deporem os alliados as armas sem haver deposto tambem o presidente do Paraguay.

O Sr. Ottoni:—Ja está cercado.

O Sr. Zacharias:—É isto; não póde ser outra cousa; o nobre ministro não o contesta.

Mas, senhores, ávista do que eu ha pouco disse, tenho por certo que o nobre senador, se fôra então ministro dos negocios estrangeiros, ou plenipotenciario, faria o que fez o Sr. Octaviano.

O Sr. Ministro da Marinha:—Talvez fizesse mais ainda.

O Sr. Zacharias:—Não poderia deixar de concordar em que o fim da alliança fosse depor o marechal Lopez,

E depois, senhores, (creio que o argumento tem alguma força) porque razão S. Ex. não risca hoje do tratado a clausula da venda da pelle do lobo antes do lobo morto?

Diz S. Ex. "Temos de cumprir o tratado; não cabe agora pôr as suas clausulas nas condições que conviria terem sido adoptadas." "Não é tarde, ponderou o nobre senador pelo Rio de Janeiro, o Sr. Octaviano, no discurso que ha dias proferiu nesta casa; um tratado desfaz-se do mesmo modo como é feito; as nações alliadas pódem modificar o tratado da triplice alliança."

O Sr. F. Octaviano:—Apoiado.

O Sr. Zacharias:—E note V. Ex., Sr. presidente, uma differença que milita em nosso favor e contra os nobres senadores que dirigem a situação actual.

Em 1865 todo o mundo acreditava fóra e no Rio da Prata que Lopez seria abandonado pelos seus, apenas as forças alliadas apparecessem: o tratado foi redigido de accordo com essa crença geral. Mas hoje a crença é outra. E pois, sem a minima offensa aos autores do tratado, podia cuidar-se agora da sua modificação.

O Sr. F. Octaviano:—Está claro; e o governo da republica argentina propõe isto.

O Sr. Zacharias:—É este o verdadeiro ponto da questão: para que a pelle do lobo não seja vendida antes do lobo morto, acabe-se com a clausula extravagante do tratado: está nas mãos do nobre senador fazel-o.

O Sr. F. Octaviano:—De certo.

O Sr. Zacharias:—A continuação da clausula depois da experiencia é que se póde tornar um crime; entretanto que o não era para os autores do tratado.

Mas o tratado é uma lei sacrosanta, que tenha merecido o inviolavel respeito que o nobre ministro inculca? Não, senhores, vós o alterastes ja duas vezes: alterastes quanto ao commando em chefe, que era um ponto espinhoso no tratado da triplice alliança; similhante embaraço desappareceu com a maior suavidade: eis ahi uma irrecusavel prova de que o tratado póde desfazer-se como se fez.

Ainda ha outro exemplo de alteração, o do governo provisorio. O tratado não fallava do governo provisorio e nem podia fallar. O tratado, celebrado na supposição de que a presença e operação das forças alliadas farião com que Lopez ficasse só, estabelecia que, logo que Lopez fosse deposto, a nação paraguaya organisasse o seu governo como lhe aprouvesse, e esse governo teria ga-

rantia dos alliados durante certo numero de annos, até que a nova ordem de cousas se consolidasse.

Mas o tratado da triplice alliança não fallou de governo provisorio; seria isso da parte de quem fizesse o tratado um erro indesculpavel, uma imprudencia muito reprehensivel. Entretanto, o governo provisorio se fez, ou está se fazendo, e é uma verdadeira modificação do tratado.

Logo, as clausulas do tratado não podem constranger o nobre ministro de duas pastas a dizer que continua a respeitar a clausula de vender a pelle do lobo quando o lobo, sobrevivo, está mettido nas mattas ou nas cordilheiras.

O Sr. Ottoni:—Está cercado agora.

O Sr. Zacharias:—E porque fallei do governo provisorio, V. Ex., Sr. presidente, ha de permittir que emitta a tal respeito meu juizo, regulando-me pelo que posso colligir do que se ha publicado.

O governo provisorio, em minha opinião, não é totalmente um absurdo, mas ha de ser com a clausula imprescindivel de que não se lhe dê a importancia que o nobre ministro parece ligar-lhe: o governo provisorio e a bandeira da legião paraguaya. São meios, são expedientes de guerra para ver se attrahem a população, se desconceituão o dictador. Considerar como expediente de guerra o governo provisorio, como um recurso para attrahir gente, afim de fazer-se um dia aquillo de que o tratado cogitou, admitte-se: suppõe-se que, existindo um governicho na cidade de Assumpção, maior numero de paraguayos se irá resolvendo a separar-se de Lopez; é uma tentativa que no aperto das circumstancias em que se vêem os nobres ministros, em que se vê o imperio, não podia ser de todo desprezada. Mas se os nobres ministros, se os alliados, querem fazer a paz com esse

governo, então expõem-se ao riso do mundo; fazer a paz com essas familias de que fallão as correspondencias, isto é, velhos, meninos e invalidos, que é o que estão na capital do Paraguay, querer fazer com ellas a paz é irrisorio; melhor é proseguir na guerra até expellir Lopez do Paraguay, porque então a paz estará feita por sua natureza. Fazer a paz em que o imperio funde alguma esperança com essa sombra de governo, que se está engendrando á força de diplomacia no Paraguay, é um absurdo incrivel.

Digo que se está engendrando á força de diplomacia, porque não ha duvida que os nobres ministros derão como um dos fins da missão especial ajuntar, arrebanhar gente para esse governo, conceito inteiramente extranho ao do tratado de alliança. Não illudamos, pois, o publico; é um ardil de guerra o governo provisorio; mas um governo propriamente não é, nem pode ser.

E disse o nobre ministro da marinha, respondendo ao joven deputado pelo Rio de Janeito, o Sr. Torres Filho: "O governo de Lopez deixou de ser legitimo." Se elle não é legitimo hoje, não o era hontem em 1865; e por que deixou de ser legitimo? Será por essa sombra de governo que em Assumpção se está engendrando? Não de certo. O joven deputado, que combatia o honrado ministro, estava muito a cavalheiro de S. Ex. nesta questão. "Lopez, disse elle, é ainda o governo legitimo do Paraguay, como o foi desde o principio; a sua soberania não se alterou por effeito do abandono das familias, que por ora separarão-se do seu dominio, na maxima parte compostas de meninos, mulheres e velhos; a sua soberania existe hoje, como existiu anteriormente; não negou o nobre ministro a legitimidade da soberania de Lopez; não é necessario isto ao nosso intento: a força, o juizo de Deus, interpoz-se entre Lopez e os alliados; as armas hão de decidir a questão; se vencermos, elle

deixará de ser soberano; se não vencermos elle, continuará o ser o soberano do Paraguay."

E a proposito, declaro que divirjo do honrado deputado, a quem o nobre senador respondia, em um ponto. Disse elle "Lopez é legitimo soberano do Paraguay, e tão legitimo representante do Paraguay tanto quanto... (ia se referir talvez á alguma testa coroada, mas os escrupulos monarchicos o fizerão voltar atraz) é tão legitimo representante como esta camara, porque se Lopez foi eleito por violencia, tambem se diz que esta camara o foi:"—Oh! ingenuidade dos 25 annos! (*Risadas*).

Mas ha um engano da parte do nobre deputado; e é que Lopez foi eleito á força, mas tem a adhesão dos constrangidos, ao passo que a camara actual foi talvez (o meu talvez salva tudo), foi talvez eleita sobre o dominio da força, e o paiz não lhe presta adhesão alguma. Eis aqui a differença que ha entre Lopez e a camara *lopesca*, segundo a designação do honrado deputado pelo Rio de Janeiro. Não é escrava, note V. Ex., como chamava á camara transacta o honrado ministro da marinha, pode-se-a chamar *lopesca*, de accordo com a classificação do nobre deputado pelo Rio de Janeiro.

No discurso do honrado ministro ainda tornou-se para mim saliente uma passagem, sobre que chamo a attenção do senado. Tratava-se da paz; o nobre senador, que não vende a pelle do lobo sem matar o lobo, creio que para não sahir do habito que tem contrahido de só vender, depois de colhidas, as safras de suas fazendas, declarou que sua mão nunca assignaria tratado de alliança com Lopez depois das crueldades por elle praticadas, ao que respondeu o nobre deputado a quem ha pouco me referi:—"Esta declaração da bocca de um ministro póde fazer má impressão." Mas eu vou ler o que está impresso, seguindo o conselho do nobre senador:

"*O Sr. Candido Torres:*—Eu deploro que se diga pela

bocca de um dos ministros que não firmaria nunca a paz com Lopez.

"*O Sr. Ministro da Marinha:*—Eu não o farei.

"*O Sr. Candido Torres:*—Acho até, Sr. presidente, perigosa, inconveniente, esta declaração partida do governo.

"*O Sr. Ministro da marinha: —Do governo não, de mim.*"

Pois o honrado ministro, que só pelo facto de o ser da marinha não podia deixar de ser solidario em tão importante questão; S. Ex. que, além disto, é ministro de estrangeiros interino ou sedentario, emquanto o outro é itinerante...

O Sr. F. Octaviano:—E' a terça parte do ministerio.

O Sr. Zacharias:—A terça parte precisamente, dada a ausencia do itinerante, o nobre ministro diz que aquella declaração não é do governo, mas de S. Ex. em negocio tão importante? Foi um grande engano que escapou ao nobre ministro.

Um Sr. Senador:—E' porque ha dissidencia.

O Sr. Zacharias:—Não entendo que haja dissidencia; foi uma proposição infeliz que escapou ao honrado senador; a declaração de que essa opinião não é do governo não devia sahir da bocca de nenhum ministro. A insistencia com que asseverava á camara que não assignaria tratado de alliança, a declaração ultima que isto se entendia com a sua pessoa e não com o governo, é extranha aos usos parlamentares. E' verdade que os estylos parlamentares estão tão calcados, tão pisados, que mais esta manifestação de desprezo não é grande cousa.

Entro agora no projecto de resposta á falla do throno. Diz um de seus periodos:—"O senado comparte o enthusiasmo excitado em todos os corações brazileiros, pela marcha admiravel do Chaco e os gloriosos combates de Itororó, Avahy e Lomas Valentinas, manifestações explendidas, assim da disciplina e bravura das nossas tro-

pas e das alliadas, como da pericia e intrepidez dos generaes que as commandarão; *e muito se orgulha ao lembrar-se que á frente de tão insignes generaes se achava então um de seus membros mais illustres.*"

O honrado senador por Goyaz chamou o membro final deste periodo uma resposta sem pergunta, e o nobre relator da commissão, respondendo, confessou que na verdade era uma *excrescencia* (palavra de que tomei nota e que veio no extracto do *Jornal do Commercio*), mas excrescencia justificada pela injustiça, pela ingratidão e até pela inveja de quantos têm recusado ao ex-general em chefe o merito transcendente que os seus partidarios e admiradores lhe têm attribuido.

Sr. presidente, uma inconveniencia não autorisa outra; se invejosos e ingratos têm apparecido que recusem ao Duque de Caxias titulos de admiração, até das gerações vindouras, não era motivo para que o senado commetta a inconveniencia de, contra os estylos recebidos, addicionar ao topico em que o discurso do throno falla dos generaes em geral—um topico de parabens pelo facto de ser o nosso collega aquelle que tão brilhantemente defendera, no pensar dos seus admiradores, a honra nacional no Paraguay. E' uma *excrescencia;* cortemol-a, tal é o fim de uma emenda que logo apresentarei: confundamos os invejosos, os detractores, os ingratos, não recebendo o senado a luva da inveja e da calumnia; não desça de sua dignidade, escrevendo uma *excrescencia*, porque ha *excrescencia* tambem no patriotismo dos adversarios do Sr. Caxias.

Referindo-se a mim, disse o honrado senador que se alguem ha incompetente para censurar o Sr. Caxias é aquelle que foi presidente do conselho de ministros, que o mandou para o sul, e que muitas vezes aqui o defendeu. Senhores, parece-me que, tendo sido membro de um gabinete que, resistindo a preconceitos partidarios,

convidou e fez ir para o sul o Sr. Caxias, que nunca lhe faltou com a devida consideração, que tinha nelle a maior confiança...

O Sr. Paranaguá:—Apoiado.

O Sr. Zacharias:—... e digo-o com toda a firmeza, porque não póde isto ser contestado; a qualidade ter sido membro desse gabinete não me tira o direito, não me póde tolher, antes acrescenta-me a faculdade de apreciar a continuação dos serviços daquelle general para dizer-lhe:—até dezembro foi bem, mas o anno de 1869 fez empallidecer sua estrella.

Senhores, o Sr. Caxias era aggredido nesta casa e na outra; o general em chefe de nossas forças precisava de força moral no exercito; o governo que o tinha mandado, e que realmente depositava nelle confiança, o que devia fazer? Declarar-se identificado com o delegado. Isto é um logar commum em administração. Se por algum motivo não nos merecesse confiança, seria demittido. Isto, porém, que eu dizia até julho de 1868, e que diria até dezembro, não poderia dizer de janeiro em diante, porque as cousas mudarão.

Mas disse o mesmo honrado senador pela Bahia que se alguma cousa houve de janeiro em diante, que se possa notar a respeito do ex-general em chefe, não é isso motivo para uma censura que abranja o periodo anterior. Eu nunca censurei o periodo anterior: jamais neguei ao Sr. Caxias o merito que teve, os serviços que prestou até dezembro, salvo sempre o juizo dos homens competentes, sobre os combates que dirigiu; é materia de que não entendo e por isso não desejo aceitar, se m'a offerecessem, quanto mais *agarrar* a pasta da guerra.

Mas, tenho notado que o argumento mais forte contra a censura por mim feita ao general, ja pela imprensa, ja aqui no senado, é este—elogiou-o, sustentou-o.—Pois bem, senhores, elogiei-o em quanto merecia, mas elle

não correspondeu ao que devia—de certo periodo em diante; não elogiaria, não o sustentaria se fosse ministro; e como senador do imperio, e porque tinha sido membro de um gabinete que havia nomeado—o general e lhe havia dado instrucções, estou habilitado a dizer—não correspondeu á sua missão, a *excrescencia* não lhe pode ser offerecida, e, portanto, hei de fazer algum esforço para cortal-a.—Vou justificar a emenda.

Sr. presidente, o Sr. Caxias declarou em janeiro, em uma ordem do dia que aqui já citei, e hei de citar muitas vezes, que estava acabada a grande guerra e a pequena guerra: todo o seu comportamento para merecer desculpa deve suppor-se ditado pela profunda convicção de que a grande e a pequena guerra estavão acabadas. Ora, o Sr. Caxias, ou quem lhe escreveu esse topico, faltou á verdade dos factos. O Sr. Caxias no periodo de sua administração militar nunca fez a grande guerra: logo não podia acabar com ella. O que é a grande guerra?

A grande guerra suppõe grandes nacionalidades, grandes acontecimentos, grandes homens; suppõe a sciencia, o genio das combinações, a audacia das marchas, a audacia das batalhas, promptidão e acerto dos planos, e, como consequencia de tudo isso, feitos decisivos.

Ora, o Sr. Caxias não apresentou feitos decisivos, porque facto decisivo seria aquelle tivesse imposto ao nosso aggressor a necessidade de render-se, e o Sr. Caxias não o conseguiu. Elle fez, Sr. presidente, a guerra grande, mas não a grande guerra; fez a guerra protrahida, arrastada, ou como dizia o *Diario do Rio de Janeiro* (não suspeito, porque recebia as inspirações do governo, como folha semi-official), fazia guerra das *certezas mathematicas*.

Note V. Ex. que não o censuro por isso; não desejei nunca que se arriscasse a nossa força imprudentemente.

Mas dahi não se segue que o general que por tanto tempo, por dous annos e meio, dirigiu a guerra, fizesse em meu conceito a grande guerra, de que é perfeita negação toda a guerra vagarosa e systematica.

O que agora está acontecendo dá mais ares de grande guerra, porque com pequenos contingentes se estão obtendo resultados promptos na execução de um plano concebido: mas antes não.

A passagem do Chaco foi uma operação mui importante; mas pelo resultado não se pode em boa razão qualificar de grande guerra esse acto, porque não trouxe effeitos decisivos.

Mas, acabou o Sr. Caxias a pequena guerra!

O nobre ex-general em chefe affirmou em sua famosa ordem do dia que a pequena guerra não podia ter logar, que Lopez estava sem recurso algum e só lhe restava fugir. A asserção é contra a verdade dos factos; e nesta parte a minha demonstração assenta na palavra do governo de que a imprensa já deu conta. Com effeito, referindo-se á ordem do dia de 14 de janeiro, que declarou acabada a grande e a pequena guerra, disserão o Sr. Muritiba e o Sr. ministro da marinha—é um engano do general, como tantos outros que tem havido a respeito da guerra.

Perdoem-me os nobres ministros; como este não houve outro engano. Um ministerio liberal determinou que não viessem mais voluntarios do norte, porque lhe parecia sufficiente a gente que estava accumulada no Paraguay; foi uma apreciação não muito feliz. Mas aqui trata-se do general que no campo da batalha diz " está toda a guerra acabada ", quando ella entrava em nova phase: um tal erro não tem comparação com algum outro de que eu tenha noticia a respeito dessa guerra, *que, acabada, continúa.*

Nem o honrado ministro da guerra póde justificar o

engano, dizendo que é uma opinião individual do Sr. Caxias. Pois é opinião individual a que vem em uma ordem do dia? Esse adjectivo individual applicado ao engano da ordem do dia de 14 de janeiro é como o adjectivo constitucional applicado ao seu partido pelo nobre senador pelo Rio de Janeiro, que o chama agora *partido conservador constitucional*.

O certo é que o Sr. Caxias fallou como autoridade, como militar, na qualidade de commandante em chefe de todas as forças, e disse ao seu paiz: " A guerra está acabada; a grande acabei-a eu; a pequena não pode ter logar, porque Lopez foge, e feliz será se puder fugir."

Pois um general que assim se engana, que assim engana o seu paiz, que assim esquece a verdade, não merece alguma censura? Ao menos a dos homens independentes? Em que se fundou, Sr. presidente, o nosso general para dizer que estava a guerra totalmente acabada no Paraguay? Seria porque Lopez fugia? Mas a historia devia tel-o advertido de que não houve jamais guerreiro que, embora vencido, não esperasse ainda melhorar de sorte. Assim Mario, sentado nos despojos de Carthago, esperava ainda; Pompeu, depois de Pharsalia, e Annibal, depois de Zama, esperavão. A historia só aponta um desanimo completo, um espirito em que não ficára nenhum resquicio de esperança; foi o de Napoleão, depois de sua segunda abdicação. Elle sentiu que o dedo da Providencia o punia, nada mais esperava e foi para Santa Helena, como para o seu sepulchro.

Mas disse o nobre senador: "O proprio Lopez se confessava derrotado." Confessava-se vencido, derrotado naquella batalha, mas não completamente.

Basta-me, portanto, Sr. presidente, a declaração do ministerio—de que ha na ordem do dia de 14 de janeiro um grande engano para entender que depois desse engano, que influiu tão desgraçadamente na sorte da

guerra, não se póde adoptar a *excrescencia* que combato.

Ha, porém, ainda outras faltas. Lopez fugiu com o numero de 90 homens, logo reduzido a 20; mas o nosso general não o mandou perseguir. Porque? As nossas forças estavão cansadas? Não havia para perseguir o inimigo sufficiente reserva de cavallaria?

Mas Lopez fugia com 20 homens, e consequentemente, qualquer força que o seguisse poderia tel-o agarrado.

O general nada fez, nada providenciou, despresando o conselho e o exemplo de Cezar, o qual depois da batalha de Pharsalia, em que derrotou Pompeu, não se embriagou com os triumphos, poz tudo de parte, e seguiu após o vencido, para que não ajuntasse novas forças com que podesse renovar a guerra: *ne rursus copias comparare alias, et bellum renovare posset.*

Não tinha noticia disto o Sr. Duque de Caxias?

A razão e o bom senso não lhe ditavão que a verdadeira fórma de pôr termo á guerra era perseguir com viva instancia o inimigo que fugia? Ainda aqui o procedimento do general só desculpa-se com a profunda convicção de que, havendo acabado a guerra, era excusado fazer marchar contra Lopez grande ou pequena força de cavallaria.

E o general, que assim se engana, deve merecer tanto respeito que se lancem á conta de espirito de partido as reflexões que estou fazendo?

Bem! Não deu providencias para ser perseguido o inimigo; mas podia ao menos ter feito uma cousa: mandar ajuntar as armas deixadas em Lomas Valentinas, afim de que o inimigo as não apanhasse, e para isso até invalidos podido servir. Não se fez isto, Sr. presidente, as armas alli depostas forão com vagar e impunemente retiradas, por ordem de Lopez, e são as melhores de que

se servem os nossos inimigos, como participou ao governo actual o general em chefe. Deste facto não ha explicação nem excusa, a não ser a profunda convicção que tinha o Sr. Caxias de que nada mais havia a fazer; que estava Lopez fugido, vencido.

São grandes desvios das regras da guerra esses que tenho mencionado e que se derivavão do facto de haver-se o Sr. Caxias persuadido de si para si, com suas ilhargas, de que a grande e a pequena guerra estavão acabadas, que era só tempo de organisar listas de medalha, e vir para o Rio de Janeiro receber hosanas e parabens de seus amigos.

Ha, todavia, uma falta muito importante, ávista da qual mais me inclino cada vez á necessidade de votar contra a *excrescencia* da resposta á falla do throno: é o abandono, do seu posto, que praticou o Sr. Caxias. Vou reduzir o assumpto á expressão mais simples, se me não engano.

O honrado ministro da guerra incommodou-se muito com as observações que fiz, em uma das sessões passadas, a respeito desse topico, e consagrou um discurso, que aqui proferiu, a mostrar que o Sr. Caxias se retirou com licença do governo; e revolvendo a historia extranha e a nossa disse: "Aqui no Rio de Janeiro o almirante Henderson, achando-se doente, passou o commando a seu immediato, e foi para a Inglaterra; Massena, em presença de victorias que obteve ao Duque de Wellington, recolheu-se á patria por estar doente; e o Sr. Osorio tambem se retirou por doente, sendo que a licença que teve foi posterior á sua partida do exercito." Pensou o nobre ministro que esmagara as minhas observações, mas illudiu-se; S. Ex. nem na historia antiga, nem na moderna, nem na historia patria, nem na extranha, será capaz de achar cousa que, ainda de longe, se pareça com o que praticou o Caxias.

Senhores, o Sr. Caxias commandava as nossas forças que estavão no Paraguay; em 17 de janeiro teve uma syncope na egreja matriz da Assumpção, e immediatamente retirou-se para Montevidéo.

Nao descreverei as circumstancias da retirada, porque constão de cartas e asseverações particulares, mas não de documentos; dizem que o Sr. Caxias retirou-se de modo a justificar a phrase aqui lembrada pelo nobre relator da commissão—*abiit, excessit, evasit, erupit.* Retirou-se de Assumpção para Montevidéo o general, e trouxe comsigo o commando; é este o ponto a que o nobre ministro da guerra cumpria attender, e não attendeu —trouxe com sigo o commando, e escreveu ao governo imperial em 21 de janeiro o seguinte officio (*lendo*):

" Commando em chefe de todas es forças brazileiras em operações contra o governo do Paraguay. Quartel general em Montevidéo, 24 de janeiro de 1869." (Vou ler o officio, e peço ao Sr. tachygrapho que o tome integralmente. Elle já corre impresso, mas nem por isso deve deixar de ser reproduzido.) (*Continuando a ler.*) " Illm. e Exm. Sr.—Depois da partida do *Wassimon*, peiorei de minha saude consideravelmente, ao ponto de ser accommettido na egreja matriz de Assumpção, onde me achava ouvindo missa, no dia 17 do corrente, de um ataque de cabeça, que me prostrou por mais de meia hora sem sentidos; e isso me resolveu, por conselho do Dr. Bonifacio de Abreu..." (o qual vem aqui como Pilatos no Credo...) "a deixar immediatamente aquella cidade, e vir para aqui *esperar a resolução do* GOVERNO IMPERIAL A RESPEITO DA DEMISSÃO QUE PEDI DO COMMANDO EM CHEFE DO EXERCITO.

" Deixei o marechal Guilherme Xavier de Souza encarregado das forças que estão em Assumpção e Luque, e lhe fiz saber tudo quanto pretendia fazer em relação

á guerra, ordenando que, de combinação com a esquadra e os dous generaes alliados, que alli se achão, deliberasse o que julgasse conveniente." (Mas não largou o commando levou-o para Montevidéo.)

O Sr. Ottoni:—A guerra estava acabada...

O Sr. Zacharias:—Não ha outra explicação para o procedimento do Sr. Caxias, senão essa convicção fatal. (*Continua a ler*) "Previno a V. Ex. que, se não se aggravar o meu estado de saude, esperarei aqui até que chegue a decisão do governo..." (A decisão do governo entende-se a respeito da demissão pedida, como ficou dito ácima; não fallou de licença.) (*Continua a ler*) "... no caso contrario, partirei no dia 30 do corrente para essa côrte, pois supponho que, no estado de abatimento em que me acho, pouco ou nada poderei daqui fazer.

"O tenente general Visconde de Herval e o marechal de campo Argollo pedirão-me licença para irem-se tratar dos ferimentos que receberão, nas suas respectivas provincias, e isso lhes concedi antes de partir da Assumpção.—Deus guarde a V. Ex.—Illm. e Exm. Sr. conselheiro de estado Barão de Muritiba, ministro e secretario dos negocios da guerra.—*Marquez de Caxias.*"

Diz-se geralmente que as forças brazileiras ficarão paralysadas, que o exercito ficou desorganisado, que pela brusca partida do commandante em chefe, o Sr. Guilherme nada fez, nada podia fazer; e com effeito assim é, porque diz o Sr Marechal Guilherme em data de 21 do fevereiro. (*Lendo:*) "Commando em chefe interino do exercito brazileiro em operações contra o governo do Paraguay.—Quartel general em Assumpção, 21 de fevereiro de 1869.—Illm. e Exm. Sr.—Tenho a honra de communicar a V. Ex. que a 20 do corrente recebi do Sr. Marquez de Caxias a *ordem do dia de* 9 tambem do corrente, sob n.° 275, na qual declarando S. Ex. retirar-se para o Brazil, afim de tratar de sua saude, passa-

va-me o commando interino do exercito em operações nesta republica." (Mais claro do que isto nem crystal.) *(Apoiados)*.

"Comprehendendo a necessidade urgente de continuarmos as nossas operações, tenho me esforçado por preparar tudo quanto é conveniente ao exercito para esse fim, e espero dentro em poucos dias iniciar as operações preliminares como o manifesto em confidencial a V. Ex. O estado sanitario do exercito é o melhor possivel por ora, havendo dias em que não ha um só fallecimento, e o numero de doentes, durante este mez, pouco tem excedido a setecentos no hospital desta cidade.— Deus guarde a V. Ex.—Illm. e Exm. Sr. conselheiro de estado, Barão de Muritiba, ministro e secretario de estado dos negocios da guerra.—*Guilherme Xavier de Souza*, marechal de campo."

Senhores, não ha dous commandos em chefe ao mesmo tempo. E, pois, se o Sr. Caxias retirou-se de Assumpção para Montevidéo, trazendo comsigo o commando em chefe, claro é que o não transmittiu, interinamente embora, ao Sr. Guilherme. O Sr. Guilherme recebeu a 20 de fevereiro a transmissão do commando com o recebimento da ordem do dia n.º 275 de 9 de fevereiro, escripta de Montevidéo, e de que foi portador o nosso plenipotenciario, o Sr. Paranhos, o qual, diga-se de passagem, prestou um grande serviço no tocante a fazer que arripiasse carreira a debandada; S. Ex. teve de lutar com o desanimo produzido pela ordem do dia do Sr. Caxias, e por sua subita partida. É preciso confessal-o, em que pese áquelles a quem esse procedimento reparador das faltas da ordem do dia de 14 de janeiro difficultou, se não impediu totalmente as ovações destinadas ao general que tanto claudicou no anno da graça de 1869.

Houve, portanto, abandono do posto, houve mais,

houve o facto de trazer o general o commando para as margens do occeano; trouxe-o com effeito, e depois, por uma ordem do dia de 9 que chegou no dia 20 de fevereiro á Assumpção foi que o Sr. Caxias fez transmissão do commando, e só então o Sr. Guilherme, já pouco apto para arduas emprezas, em consequencia de suas molestias, teve commando em chefe a exercer, antes não tinha.

Aquelle periodo, que ha pouco li do officio de 24 de janeiro do Sr. Caxias e que diz: "Deixei o marechal Guilherme Xavier de Souza encarregado das forças que estão em Assumpção e Luque" não transmittia o commando em chefe, só a 9 de fevereiro pela ordem do dia n.º 275 é que essa transmissão se fez.

A que vem, portanto, o exemplo de Massena, de Osorio, Henderson? Estes militares retirarão-se deixando as forças a seus immediatos; o Sr. Caxias não fez isso: licença não lh'a demos nós, os ministros de 3 de agosto. Quando elle dizia que no caso de aggravar-se sua molestia retirar-se-hia, nós lhe respondiamos: "Esperamos que os incommodos de V. Ex. não se aggravem, e que o seu patriotismo ahi o detenha até concluir o seu mandato." Mas não se trata aqui da licença egual á que tiverão Osorio e Porto Alegre; o general em chefe retirou-se de Assumpção com o commando, deixando sem providencias o exercito.

Mas se estavão acabadas a grande e a pequena guerra, para que cansou-se o governo em mandar quem substituisse o Sr. Caxias?

O Sr. Ottoni:—Bastava um capitão de matto...

O Sr. Zacharias:—Esse dito attribuido ao ex-commandante em chefe espalhou-se depois que virão que elle se tinha illudido; mas da declaração da ordem do dia de 14 de janeiro o que se seguia era a desnecessidade de mandar-se um general que hombreasse com o Sr. Caxias; bastava um enfermo, se não um moribundo.

Creio, Sr. presidente, que á vista das ponderações offerecidas, tenho o direito de propor a emenda que mandarei no fim do discurso para suprimir a *excrescencia*

Quando o nobre senador pela Bahia, o Sr. Nabuco de Araujo, já no fim do seu discurso, em que se tinha elevado á considerações tão graves (*apoiados*) tratou da resposta sem pergunta, não foi o amor proprio que me levou a dizer-lhe: " Deixe-me esse topico. " Não, ninguem seria mais capaz de tratal-o do que o honrado senador; mas S. Ex. estava fatigado e eu desejei tambem que não introduzisse no seu discurso politico essa questão mais propria de mim, porque além de não ter a honra de ser o—*leader*—da opposição nesta camara, precisava defender-me da accusação de contradictorio, porque hoje censuro o general que sustentei e defendi em 1867 e 1868.

Farei agora breves considerações sobre politica interna.

A politica interna do Brazil, Sr. presidente, nas circumstancias actuaes, traduz-se em poucas palavras: é o odio de rancor contra os adversarios, fallacia, excentricidade e desharmonia no seio do governo.

Vou fazer algumas observações para justificar a minha ousada asserção, começando pelo odio entranhado de que se mostrão possuidos os nobres ministros com relação a seus adversarios; até o nobre ministro da marinha!... e principalmente o nobre ministro da marinha!

O Sr. Ministro da Marinha:—Sou uma pomba sem fel.

O Sr. Zacharias:—Senhores, no dia 17 de julho de 1868, o nobre presidente do conselho apresentou-se com seus collegas á camara temporaria, na fórma dos estylos, para expor o seu programma. Ahi S. Ex. fez dous discursos, e no primeiro, que foi muito curto, disse S. Ex.: (*Lendo*) *A moderação, os principios da rigorosa jus-*

tiça, o respeito aos direitos de todos os cidadãos, a escrupulosa economia dos dinheiros publicos, serão o principio fundamental de nossa politica."

Mais abaixo: "Sei bem, Sr. presidente, que muitos dos males de que nos temos queixado ha muito tempo, e de que nos queixamos ainda, são mais filhos da falta de execução das leis do que do defeito dellas; mas nem por isso deixo de reconhecer que a experiencia nos tem já demonstrado que *certas reformas, certas alterações são indispensaveis* na lei de 3 de dezembro, na da guarda nacional, na das eleições, e em outras em que a falla do throno com que se abriu, tanto a ultima, como as anteriores sessões legislativas, tem tocado.

"Mas, adiantada como vai a sessão, e tendo nós necessidade mais que urgente de tratar das leis de fazenda e especialmente da decretação de recursos que são exigidos imperiosamente para acudir ás obrigações que o thesouro tem contrahido, e para terminar com honra e dignidade a guerra em que nos achamos empenhados; sendo, digo, no momento actual a mais urgente de todas as necessidades, entendo que não nos resta tempo este anno para tratar de outros objectos."

E mais adiante: "Espero, portanto, que V. Ex. *terá a bondade de, no mais curto prazo possivel, abstrahindo de todas as outras questões ou projectos de que esta augusta camara se tem occupado, dar para ordem do dia os creditos que forão* pedidos pelos nossos illustres antecessores para o ministerio da marinha e guerra, durante o exercicio que começou no 1.º do mez corrente."

Eis ahi, senhores, o nobre presidente do conselho, com toda a brandura, com toda a polidez, designando ao presidente da camara, a ordem do dia, que lhe parecia conveniente, a saber: a discussão de *creditos para o ministerio da marinha e para o da guerra.*

S. Ex. alludiu ás reformas de que tinhão tratado as

fallas do throno daq uelle anno e dos anteriores, mas porque não havia tempo de se discutirem taes reformas pedia que se tratasse logo, sem perda de tempo, dos creditos, ficando o mais para o anno seguinte.

Se alguem, extranho ao antagonismo dos partidos e que desconhecesse a historia dos ultimos dias, tivesse ouvido ao nobre presidente do conselho exhibir o seu programma, diria: "O ministerio é da situação liberal; não pretende dissolver a camara, pretende viver em harmonia com ella."

Mas, senhores, a placidez do honrado senador presidente do conselho vae alterar-se: o seu estylo em vez de ser claro, e como tinha sido, vae tornar-se nebuloso e sybillino; porque immediatamente depois desse discurso de pouca sinceridade, permitta o nobre presidente do conselho que lh'o diga, alguns deputados declararão que não podião coexistir camara e governo, e que, portanto, não havia ordem do dia a dar; que o gabinete usasse contra ella de seus meios constitucionaes.

Lançada a luva, não pelo ministerio, como devera ser, mas pela camara, S. Ex. alterou-se completamente, e adoptando uma phrase que eu lhe desconhecia, acabou o seu segundo discurso dizendo: "Declaro que o maior sacrificio que tenho feito na minha vida foi o ter aceitado o governo nas actuaes circumstancias, que eu não conhecia ainda bem quando acceitei o governo; conheço-as hoje mais a fundo, e por isso deploro tanto mais que esta camara tome uma resolução que me parece nimiamente precipitada. *As consequencias* deste passo, quer seja em um sentido, quer seja em outro, *podem ser de graves consequencias para o nosso paiz, e talvez para as nossas instituições.*"

Eu nunca comprehendi bem o verdadeiro sentido desse periodo: mas ficarão-me as palavras, que são hoje facto: *violação de nossas instituições.* (*Apoiados.*) O nobre

ministro, que, havia pouco, solicitava placidamente a ordem do dia, de repente diz: "Se derdes o passo que se annuncia, eu meditarei; e as consequencias desse passo não de ter consequencias que ponhão em risco até as instituições." Por outros termos: "Negaes-me os meios? Assumirei a dictadura e pagareis a vossa culpa."

Mas, senhores, a culpa não foi de quem negou os meios; a culpa foi do nobre ministro. *(Apoiados.)* S. Ex. observou no seu segundo discurso:

"O actual ministerio da Inglaterra achou-se ultimamente em minoria, foi derrotado em uma questão importante e declarou que, *pretendendo dissolver a camara dos communs*, pedia-lhe os meios necessarios para poder consultar o paiz. *(Apoiados.)* Se com a autoridade de quem chegava da Inglaterra elle nos referia o exemplo de um governo, que em minoria e querendo dissolver a camara dos communs foi a essa camara e disse: "Eu pretendo dissolver a camara dos communs, mas antes quero que me concedaes os necessarios meios;" se tinha esse exemplo tão frisante, porque não o seguiu? *(Apoiados.)* O nobre ministro não devia ir lá tão maciamente com foi fallar de reformas constantes das fallas do throno, do periodo reprovado, porque tanto não fazem conta das fallas do throno, do periodo condemnado, que o elemento servil desappareceu da deste anno *(apoiados)*; não devia ir lá maciamente pedir a ordem do dia, suppondo possivel a co-existencia do ministerio e da camara: devia ter começado (era uma novidade, mas haveria franqueza) declarando: "Senhores, é impossivel a existencia da camara actual e do governo; o governo já tem o sim imperial para dissolver a camara; quer, porém, meios e em pouco tempo." Não sei o que a camara em tal caso faria, mas o que eu aconselharia era que nessas circumstancias désse os meios ao governo. *(Apoiados.)*

E occorreu um facto que recordarei: quando o nobre

presidente do conselho conseguiu a organisação do seu gabinete, o Sr. conselheiro Paranhos (que teve assignalada parte nessa organisação) dignou-se ir á minha casa communicar-me que estava, emfim, organisado o ministerio, encontrando alli todos os ex-ministros. Em conversa, disse-lhe eu que não era provavel que a camara prestasse ao governo os meios, mas que o gabinete usasse da franqueza de dizer antes de tudo que queria dissolvel-a, assim que fossem votados os creditos e alcançados os meios de governo indispensaveis; porque nessa hypothese o meu pensamento, ao menos, era que se não recusassem as providencias mais urgentes.

O nobre ministro, porém, fez o que não se fez ainda na Inglaterra, isto é, vir pedir a ordem do dia para ter creditos, dizendo que as reformas e outras medidas ficavão para occasião mais opportuna, sem proferir uma palavra sobre a dissolução da camara. A idéa de dissolução, os nobres ministros só enunciarão depois que virão que a camara, em sua unanimidade, repellia toda a convivencia com a nova ordem de cousas.

O Sr. NABUCO :—O decreto foi no dia seguinte.

O Sr. ZACHARIAS:—A dissolução devia ter sido previamente annunciada, porque a camara lembrava-se dos discursos do nobre senador pela provincia de S. Paulo (o Sr. Visconde de S. Vicente,) quando dizia que o ministerio conservador que subisse naquella conjunctura devia immediatamente dissolver a camara por honra sua e da camara: a camara esperava isso e o que observou? Appareceu o nobre presidente do conselho, com palavras estudadamente benevolas:

"Quero tratar de algumas reformas: mas em outra occasião; agora só os meios"

Então o brio da mocidade que representava o paiz naquella camara sublevou-se e disse:

"Não; não damos os meios a um tal governo."

Senhores, o ponto de partida para a afflictiva situação do paiz foi aquelle ultimo periodo do discurso do nobre ministro da fazenda ácima referido; de então em diante toda a oppressão se julgou justificada, porque a camara tinha ousado negar os meios a um governo organisado pelo nobre Visconde de Itaborahy.

O Sr. Paranaguá:—Era preciso punir.

O Sr. Zacharias:—Senhores, um abysmo chama outro: o ministerio sentiu-se entrado em plena dictadura; era preciso ferir fortemente para intimidar. Eu não posso hoje adduzir, sob pena de estender demasiadamente o meu discurso, factos comprobatorios de compressão do governo; nem isso era agora necessario; mas ha um facto que só por si e independentemente de outros indica a oppressão maxima de que o governo se serviu com respeito ao partido decahido: *a unanimidade da camara temporaria.*

Senhores, em 1848 o partido liberal tinha recorrido á força, facto que é para o partido conservador uma grande fortuna.

O Sr. T. Ottoni:—Por isso provoca...

O Sr. Zacharias:—Sempre é elle quem provoca. Bem dizia o finado conselheiro Galvão: "Se quereis ver um revolucionario no Brazil fechae os olhos e pegae em qualquer conservador."

O Sr. Ministro da Marinha:—Quando fez esta descoberta?

O Sr. Zacharias:—Em devido tempo eu não me retiro para os engenhos; fico aqui, e converso.

Em 1848 o partido liberal, como eu ia dizendo, tinha recorrido ás armas; fez-se a eleição sob a influencia da victoria, e essa eleição não deu unanimidade ao partido vencedor!

A camara de 1850 tinha um membro discordante; esse

só representante da nação salvou os principios, honrando a si e á camara. *(Apoiados.)* Esse deputado sacrificou-se ao seu partido, discutindo todo o dia, e prestou ao mesmo tempo um importante serviço ao partido contrario. Eu explico-me.

Quando se discutião medidas importantes, ou ainda assumpto de menos transcendencia, tocava de direito a palavra ao membro divergente, e este impugnava, segundo as suas idéas, a materia que se discutia em nome e com a côr da opposição constitucional.

No decurso das sessões de 1850, a unidade opposicionista foi reforçando-se com a presença de...

O Sr. Paranaguá:—De Mello Franco e outros.

O Sr. Zacharias:—É isso mesmo; mas ainda estando só o Sr. Souza Franco na camara, não teve o governo de então o dissabor de ver votarem-se as medidas importantes sem se dizer uma palavra em opposição. O que estamos, porém, agora presenciando? S. Ex. o nobre presidente do conselho pede aos seus amigos, por obsequio, que fação algumas observações. "Não, senhor, não é preciso" é a resposta: e accrescentão...

O Sr. Ottoni:—Apoiado.

O Sr. Zacharias:—"V. Ex. é o nosso Aristides." Mas Aristides que está na concha, e que não tem como o Aristides grego medo da concha. Uma proposição que autorisa o governo a fazer operações até réis 26.000:000$000.

"É melhor, diz algum deputado, ser sem limites." Isto desmoralisa, desvirtua o systema: isto deve causar pejo a um ministro da ordem do nobre ministro da fazenda. Se acaso alguns, muito poucos embora, deputados da opposição, se levantassem, não por obsequio ao ministro, a pedir explicações, sobre os *bonds*, ou sobre outra medida de importancia, respeitando aliás o ca-

racter do nobre ministro, diverso seria o estado da camara.

Como vae a camara? Cahindo aos pedaços, e o nobre ministro com medo della! Tal não succederia se houvesse em seu seio alguns membros da opposição. Senhores, a opposição é o sal destas corporações; sem opposição, tornão-se estagnadas, que apodrecem (*Apoiados*). Se o nobre presidente do conselho visse á sua frente alguns opposicionistas, seria muito mais forte do que é: poderia conter os seus amigos. De mim ao nobre ministro da fazenda, presidente do conselho, vae grande differença.

S. Ex. é o apregoado Messias do partido conservador. Entretanto não tendo eu a tiara do partido a que pertenço (o meu partido não tem tiara nem *santidades*), fiz passar em pouco tempo leis importantes; V. Ex. lembra-se, Sr. presidente. Mas o nobre ministro presidente do conselho ainda não fez passar nada, e estamos quasi em meio da sessão; hoje... hoje apenas passou nesta casa a prorogação do orçamento, prorogação que em fins de maio devia ser lei do paiz. Porque, senhores? Porque ha unanimidade este anno e não a havia no periodo anterior.

Como ia dizendo, em 1850 não houve unanimidade, appareceu um voto discordante e tanto bastou para salvarem-se as apparencias.

Mas hoje não apparece um só voto divergente, apezar de que no intervallo que vae de 1848 a 1868 grandes factos se derão (*apoiados*), modificando-se a legislação do paiz no sentido de garantir nas urnas as minorias.

O Sr. Paranaguá:—A lei eleitoral.

O Sr. Zacharias:—A eleição de deputados deixou de ser feita pela mesma maneira que a dos senadores; o senador é eleito por provincia, e o deputado por districto.

O que significa a eleição por districto, ou qual foi a intenção da lei que a estabeleceu?

Foi, Sr. presidente, habilitar a minoria a respirar. O legislador considerou que neste vasto imperio poderia haver alguma provincia e nas provincias alguns districtos, onde, apezar de toda a violencia do governo, a opposição podesse obter votos para ser representada no parlamento: a lei dos districtos foi nesse sentido uma medida liberal.

E com effeito, depois da reforma eleitoral não houve mais camara unanime: só houve agora. A razão é que agora exerceu-se no paiz uma compressão como não havia exemplo.

O Sr. Silveira Lobo:—Apoiado.

O Sr. Zacharias:—Ou por outra: houve da parte do chefe do ministerio (porque, emfim, é S. Ex. quem carrega com a responsabilidade de tudo) houve da parte de S. Ex. uma harmonia e condescendencia que autorisarão todos esses abusos. Talvez allegue: "Eu não ordenei que se fizesse mal, e, pois, não sou responsavel." Respondo-lhe: é o responsavel, porque não tomou nos negocios a posição que lhe competia. Deixou que alguns ministros, que os presidentes de provincia, fizessem tudo, e dahi resultou que a compressão foi inaudita em todo o imperio.

Mas os nobres ministros estão pagando, e hão de pagar: as leis moraes são como as leis physicas, são assim, Sr. presidente: ninguem as viola que não pague: hão de pagar esses crimes que commetterão contra os principios de um governo livre.

Dir-se-ha: "Mas vós vos abstivestes." A nossa abstenção foi um conselho de prudencia (*apoiados*); em face do furor com que os adversarios subião e querião esmagar tudo (*apoiados*).

Não houve grande virtude no conselho da abstenção:

a abstenção era necessaria, era logica desde que, a não abster-se o partido liberal, seria preciso resistir com a força *(apoiados)*; porquanto as providencias dadas, as escolhas a dedo revelavão que o partido queria vencer a todo transe e vencer completamente *(apoiados)*; visto como para a dictadura era precisa a victoria, e não qualquer victoria, se não uma victoria estrondosa, uma camara unanime para dar ao governo um *bill* de indemnidade, (*bill* que não me consta fosse ainda discutido seriamente.)

O Sr. Silveira Lobo:—Apoiado.

O Sr. Zacharias:—Senhores, a cada passo encontra-se prova do odio rancoroso dos nobres ministros contra os seus adversarios.

Publicou o Centro Liberal um manifesto contendo uma milesima parte dos aggravos feitos aos direitos dos cidadãos brazileiros; tardou muito a resposta do ministerio; mas emfim appareceu. Appareceu nas columnas do *Jornal do Commercio* em uma serie de *communicados*.

Antes de tudo, o senado sabe que —*communicado*— no *Jornal do Commercio* quer dizer—artigo do governo: foi sempre esta a sua significação. O nobre ministro da marinha deve saber bem disto, porque foi o Sr. Marquez do Paraná, presidente do conselho do ministerio a que S. Ex. pertenceu, quem alcançou do *Jornal do Commercio* esse titulo; de sorte que a palavra—*communicado*—significa artigo feito pelo governo, ou de ordem do governo e sob sua responsabilidade. Os communicados do *Jornal do Commercio* em resposta ao manifesto liberal são, portanto, obra do ministerio actual.

Sr. presidente, não sei de nojo como o conte! Sem dar-me ao trabalho insano de lêr os diversos *communicados* que apparecerão, citarei sómente alguns trechos do primeiro: *(Lê)* "Os ministros desse periodo parecião talhados pelo modo daquelle descripto por Sir Litton, que ti-

nha a alma em conta de mercadoria e a consciencia em conta de gaveta."

O Sr. Paranaguá:—Cada um dá o que tem.

O Sr. Zacharias:—"Quando, advertida pelas instancias da opinião, retirou o poder a esse partido no dia 15 de julho de 1868, elle cahiu, não como o homem brioso, vencido na luta, que a derrota nobremente estimula; mas como o *conviva que rola sob a mesa do banquete e sopita-se.*"

"Essa autoridade, contra a qual despejaes actualmente toda a vossa colera, durante seis annos a explorastes em *proveito de vossos interesses;* sem um esforço ao menos para ennobrecel-a; empregando ao contrario todos os meios de a desconsiderar. Privados della ha apenas oito mezes, já a cobiçaes com tanta soffreguidão que nenhum de vós, signatarios do manifesto, *duvidaria acital-a hoje mesmo repudiando a solidariedade desse documento.*"

E' a audacia no seu maior auge.

O Sr. Paranaguá:—Apoiado.

O Sr. Zacharias *(continua a ler)*:—"Bem inepta fôra essa nação feroz que perseguisse no interior miseros votantes, obscuros individuos inteiramente inoffensivos; e deixasse *incolumes aqui á sua face os verdadeiras adversarios, aquelles que na imprensa e nas ruas formulão a intriga, dão corpo á calumnias, compõem com perversa imaginação os melodramas politicos, destinados a fazer effeito no parlamento.*

"Se um despotismo, como descreveis, subjugasse o Brazil, *elle começaria por vós...*

O Sr. Paranaguá:—Audacia e mais audacia.

O Sr. Zacharias *(continúa a lêr)*:—"...*que sois os mais incommodos de supportar...*

O Sr. T. Ottoni:—Isto é velho.

O Sr. Zacharias *(continuando a ler)*:—...e ao mesmo

tempo os *mais faceis de domar*. Não havia necessidade de ferro. Oh! não! Bastava um traço de penna, como aquelles que durante a vossa fatal passagem pelo poder deixastes profundamente impressos na Constituição:

"Para que ferir o pé, quando se podia tão facilmente vergar o collo ou submetter a cabeça?"

E' neste sentido que o ministerio de 16 de julho responde ao manifesto do Centro Liberal, publicando os seus communicados!

V. Ex., Sr. presidente, que conhece bem a historia dos nossos partidos, V. Ex. que levantou um brado em favor da solidariedade e honra dos ministerios, nunca ouviu, penso eu, nem leu linguagem similhante a esta que o ministerio de 16 de julho escreve contra os seus adversarios!

O Sr. Paranaguá:—Apoiado.

O Sr. Zacharias:—Nunca se viu isto. E tanto que a defeza do honrado senador, ministro da guerra, consistiu em dizer que o governo nada tem com taes artigos.

O Sr. T. Ottoni:—Foi o partido que pagou.

O Sr. Zacharias:—Não entro na questão da paga, mas da moralidade dos artigos, que decididamente são do governo, ou o que vem a ser a mesma cousa, de algum ministro; se o nobre ministro da guerra, negando a verdade por todos conhecida, assevera que os communicados não são do governo, fornece apenas uma prova da falta de solidariedade do ministerio, tanto mais quanto o Sr. ministro, defendendo o estylo dos communicados na outra camara, confessa a respectiva paternidade. Sr. presidente, foi um ministro quem escreveu esses artigos.

Elles tem o estylo de Erasmo, e todos sabem quem é Erasmo. Erasmo escreveu ultimamente cartas ao Imperador e ao povo, e quem confrontar a phrase dessas cartas e a dos projectos de reforma ha de reconhecer que a

penna do conselheiro de Carlos V está ao serviço de uma pasta no 16 de julho e...

O Sr. Silveira Lobo:—Apoiado.

O Sr. Zacharias:—... o ministro da justiça foi quem escreveu esses artigos, e quem disse, medindo-nos não sei por quem: "que qualquer dos signatarios do manifesto, offerecendo-se-lhe occasião agora mesmo, acceitaria o poder, renunciando os principios do manifesto."

O Sr. Silveira Lobo:—O bom julgador...

O Sr. Zacharias:—É inaudita a temeridade do escriptor-ministro; mas não admira que o nobre ministro da justiça, que tem ciumes de sua reputação litteraria, a ponto de não consentir que alguem lhe toque, taes cousas dissesse. O que admira é que o honrado senador, ministro da marinha e de estrangeiros, com assento no Rio de Janeiro (porque o outro está no Rio da Prata), se mostrasse tão feroz contra os seus antecessores...

O Sr. Paranaguá:—Apoiado.

O Sr. Zacharias:—... perante os seus amigos da outra camara.

O Sr. Ministro da Marinha:—Não disse lá mais do que tenho dito aqui.

O Sr. Zacharias:—Perdôe-me; era impossivel que V. Ex. dissesse aqui sem ter replica immediata dos offendidos.

O Sr. Ministro da Marinha:—Ja tenho dito; disse peior o anno passado.

O Sr. Zacharias:—Perdôe-me; V. Ex. hoje é ministro, e eu estou censurando a intemperança de linguagem do ministro.

O Sr. Ministro da Marinha:—Está bem; leia isso.

O Sr. Zacharias:—V. Ex. o anno passado disse muita cousa inconveniente, eu sei; os *Annaes* o dizem. V. Ex. não era ministro, mas hoje que o é, devia, na phrase de seu collega da justiça, *descascar (hilaridade)*; devia,

recebendo as pastas, largar a casca de opposicionista; é a phrase do nobre ministro.

O Sr. Ministro da Marinha:—V. Ex. então largou a casca de ministro?

O Sr. Zacharias:—A pergunta de V. Ex. importa elogio ao meu discurso, porque como que lhe reconhece gravidade de quem esteve no poder; entretanto que a linguagem do nobre ministro, perante os seus amigos na camara, foi vehemente e descomedida como a de um opposicionista phrenetico.

O nobre ministro, naquelle côro de amigos intimos, aproveitou a occasião para insultar, para maltratar os adversarios ausentes.

O Sr. Ministro da Marinha:—Insultar?...

O Sr. Zacharias:—Isto não é proprio do cavalheirismo do nobre ministro da marinha e interino dos negocios estrangeiros, circumstancia que lhe impõe a obrigação dupla de ser polido e cortez.

O Sr. Ministro da Marinha:—Insultar, não.

O Sr. Zacharias:—Insultou-nos.

O Sr. Ministro da Marinha:—Hei de provar que não.

O Sr. Zacharias:—Veremos.

O Sr. Ministro da Marinha:—Temos memoria, não nos esquecemos dos factos.

O Sr. Zacharais:—E tambem nós a temos; e os *Annaes*, que mostrão que Vv. Exs. estão fazendo o contrario do que promettião, e de mais, insultando os seus adversarios, censura que não entendo, ao que toca a injurias, ao nobre presidente do conselho.

O Sr. Silveira Lobo:—Este é só por obras.

O Sr. Zacharias:—Eu sempre o ponho de parte no que diz respeito á injuria, mas não quanto á responsabilidade: é o mais responsavel de todos; não correspondeu á confiança nelle deposta, e ha de sacrificar a situação por suas condescendencias.

Estreara um deputado que é conservador por direito de herança, cuja transmissão de pae a filho o nobre ministro da marinha reconheceu na camara—o Sr. Ferreira de Aguiar.

O Sr. Aguiar, estranhando que o ministerio não tivesse feito alguma cousa mais, observou que, por assim dizer, continúa a situação antiga; que o governo tem medo dos liberaes e por isso nada faz.

O Sr. Silveira Lobo:—Em Pernambuco são assim.

O Sr. Zacharias:—O nobre ministro levantou-se para responder ao discurso de estréa e mostrou-se incommodado; parecia-lhe ja que o nobre deputado ia-se com armas e bagagens (*hilaridade*); facto tanto mais para deplorar, quanto por direito de herança elle devia alli sustentar os direitos e os principios do partido conservador, e o partido conservador é o partido das tradições de familia.

O Sr. Silveira Lobo: —Apoiado.

O Sr. Zacharias:—Então disse o nobre ministro (*Lendo*): "O paiz... Eu estava... sou obrigado a dizel-o, posto que me pese, sendo ministro, ter de *dirigir censuras a outros ministros e a outras politicas*. O paiz achava-se em uma condição que é conhecida de todos os nobres deputados. Eu ao menos estava convencido de que a continuar por mais algum tempo a politica que então existia, triste do Brazil!

"Era esta a minha convicção.

"Estavamos a braços com uma guerra, cujos resultados não erão ainda previstos, e que incutia receios no animo de muitos. A *desmoralisação* tinha lavrado *tanto que não será facil conseguir que em poucos annos desappareça*.

"O numero dos que seguião (peço a attenção do senado) o numero dos que seguião os nossos principios, o honrado membro o disse já, *ia decrescendo, porque a molestia era contagiosa*...

O Sr. Ottoni:—Ah! são recrutaveis?

O Sr. Zacharias:—(*continuando a ler*):... "*e os meios empregados por essa politica tendião não só a desmoralisar a administração, como tambem aos proprios partidos.*

O Sr. Ottoni:—Isto dá esperança...

O Sr. Zacharias (*continuando a ler*):—" Nós soffremos (note-se) as *consequencias* deste facto.

O Sr. Ministro da Marinha:—Olhe que aquillo é sem emphase.

O Sr. Zaharias:—Tenha paciencia, estou sem emphase. (*Continua a ler*)

" O nosso partido *não ficou incolume*....

O Sr. Ottoni:—É verdade.

O Sr. Zacharias:—... não ficou isento...

O Sr. Ottoni:—Já?... É historia

O Sr. Zacharias (*lendo*):—" E pois ha nelle, (eis aqui uma confissão de que tomo nota, e peço ao Sr. tachygrapho que não omitta), e pois ha nelles diversas graduações.....

O Sr. Ministro da Marinha:—Diga isso sem emphase.

O Sr. Zacharias—(*lendo*): ... *diversos modos de ver e de entender a politica.*

O Sr. Ottoni:—Sem duvida...

O Sr. F. Octaviano:—E eu pensei que não havia.

O Sr. Paranaguá:—Pensavamos que todos lião pela mesma cartilha.

O Sr. Ministro da Marinha:—Não, senhor; ha em maior gráo.

O Sr. Zacharias:—(*lendo*): " Eu não admiro, nem estranho que o honrado membro a entenda por fórma differente do que o governo a comprehende; mas isto, senhores, não é motivo para que haja entre nós uma scisão e nem mesmo para uma censura."

Sr. presidente, penso que agora o nobre ministro não póde estranhar o dizer-lhe eu que elle injuriou a poiltica

decahida e os ex-ministros liberaes, quando asseverou que a politica decahida e seus ministros desmoralisavão tudo, administração e partidos, até o partido conservador, ao qual communicou as *gradações* e fez decrescer pela corrupção.

Eu peço ao nobre senador pela provincia do Rio de Janeiro, que é firme como uma rocha, sirva-se declarar-nos se é verdade o que disse o honrado senador ministro da marinha na outra camara; se ha differentes modos de pensar no seu partido ou essas *gradações* provocadas por actos dos ministerios liberaes.

Senhores, quaes forão esses actos com que os governos passados reduzirão o numero dos adeptos do partido conservador, que lhe estragarão a moral? Eu não me recordo de taes factos; seria a nomeação para conselheiro de Estado e para alguns outros logares de certa ordem? Mas estas nomeações, senhores, não tiverão por fim senão aproveitar os serviços de que erão capazes os nomeados, nunca, porém, arredal-os de suas idéas politicas, nem tornal-os moderados!

O Sr. Ottoni:—Apoiado.

O Sr. Zacharias:—Entretanto, se houve contacto das administrações passadas com os conservadores, foi esse de nomeações para os importantes logares que indiquei. Pois dahi é que vierão as gradações? Pelo contrario, esses que nós assim tratavamos não erão os que particular e publicamente nos procuravão ferir de morte? Nós tinhamos certeza disso, e sem embargo vivemos quasi dous annos, e os nobres ministros nem anno e meio talvez vivão: as *gradações*, que até no seio do ministerio existem, darão conta delle.

Deu o honrado ministro para satisfazer as aspirações reactoras do nobre deputado, que lhe estranhava a *moderação* e pedia que eliminasse alguns nomes das listas

de vice-presidentes, a seguinte resposta, mui sensata na primeira parte, mas não assim na segunda.

"Não ha necessidade desta eliminação completa, observou S. Ex. a principio, nunca o poder irá ás mãos do vice-presidente adversario, e por consequencia é desnecessaria."

Mas depois (talvez para agradar á camara e ao nobre deputado que articulara algumas queixas) declarou que concordaria com a opinião de que era melhor fazer-se a eliminação lembrada.

Pois ainda o nobre ministro acha que a rasoura tenha que fazer?

Sr. presidente, o partido conservador não está tão forte, como outr'ora. Outr'ora o partido conservador não fazia as eliminações que o nobre ministro, depois de reprovar, adopta; o Sr. Toledo, de S. Paulo, foi vice-presidente naquella provincia mais de 20 annos, atravessando o periodo em que a influencia conservadora esteve no seu auge. Mas o 16 de julho toma o poder, e o Sr. ministro do imperio elimina o Sr. Toledo, pai que, tendo elle tido dous genros no ministerio transact a sua exclusão fosse uma prova que désse nos olhos d que o governo não transigia com ninguem.

O Sr. Fernandes Torres, cujo caracter honrado e leal, ninguem contesta (*apoiados*), estava na lista dos vice-presidentes de Minas; o ministro do imperio devia tel-o eliminado, como fez com o Sr. Toledo, mas não o eliminou; transferiu-o para 6.º logar; a mão do nobre ministro do imperio parece que tremeu-lhe nessa occasião, talvez porque devesse á do ex-ministro do imperio favores importantes e recentes, e por consequencia quiz poupar-lhe o rigor de que usara para com o Sr. Toledo. Se tal era o systema que não consentia um só liberal na lista dos vice-presidentes, eliminasse S. Ex. tambem o Sr. Fernandes Torres: não eliminal-o, mas

transferil-o para o ultimo logar, foi injuria sobre injuria.

Mas, senhores, voltemos atraz. Pois no periodo em que o Sr. Visconde de Itaborahy tinha a seu lado Euzebio e Uruguay, e menos contra si 20 annos de edade, não julgou que a sua politica soffresse embaraço pelo facto de homens distinctos ficarem na lista em 3.° e 4.° logar, e agora approva que o seu collega da marinha vá dizer na camara que é preciso eliminar das listas de vice-presidentes todos os liberaes? Porque se dá esta differença entre um e outro periodo? Eu acho a differença em uma circumstancia: o medo é cruel, a coragem não.

O partido conservador antigamente tinha coragem e, pois, não era cruel; hoje é fraco, e por isso é cruel.

Firmava-se antigamente em principios seguros; hoje soffre as gradações; era dirigido outr'ora por uma roda de homens importantes que desappareceu. Não tem mais Euzebio, nem Paraná. Possue ainda, é verdade, o nobre presidente do conselho com suas virtudes privadas e publicas: mas em relação ao ponto de vista politico o nobre presidente do conselho não suppre Euzebio, não suppre Paraná, veio dirigir um partido que tem o mesmo nome de outros tempos, mas que na realidade é outro, visto que as *gradações* penetrão por toda a parte; a vida de primeiro ministro é uma luta, e o nobre ministro da fazenda não está disposto, não tem a coragem de lutar; a sua modestia o impossibilita de conter os seis, que estão ao seu lado, quanto mais os milheiros de que um partido se compõe. Quanta falta faz aos conservadores Paraná nas circumstancias actuaes! Paraná dirigia um partido, era capaz de crear um partido, porque tinha energia, disposição para lutar e fazer-se obedecido: é essa a condição indispensavel de um presidente de conselho.

Sr. presidente, tratando sempre de mostrar o odio e rancor do partido dominante contra os liberaes, deixo por ora os ministros: e vou ao digno representante do partido conservador constitucional, ora, nobre senador pelo Rio de Janeiro (Sr. Sayão Lobato); S. Ex. levantou-se com o programma liberal em punho, como se fosse esse programma o objecto de nosso debate; todo o seu discurso foi contra o programma: sobre a falla do throno o nobre senador pelo Rio de Janeiro nem uma palavra disse; tudo foi excitar odio contra os liberaes, os signatarios do programma. Entre milhares de expressões com que se revela a sua entranhada antipathia ao partido liberal, tomei nota de duas proposições que examinarei.

S. Ex. disse que o programma liberal era um ardil de partido, isto é: que querendo o partido liberal subir ja, immediatamente ao poder, fez aquelle programma sem verdadeira adhesão dos liberaes, que espalha por toda a parte, que escreve para o norte e sul do imperio, dizendo que está por momentos a ascenção dos liberaes. Já o meu nobre collega pela Bahia, o Sr. Nabuco de Araujo, contestou a injuriosa asserção, declarando, por todos nós, que não aspiramos ao poder. Não; o que nas provincias consta, o que consta por toda a parte é que o gabinete como está não pode proseguir, que ha o quer que seja em presença da unanimidade da camara, unanimidade que não é um apoio, mas um perigo.

O que consta ao publico, aquillo de que elle se acha convencido, porque averigua os factos, é que o ministerio não tem vitalidade.

O partido liberal por meio do seu programma assentou em uma idéa, que o nobre senador escolheu entre muitas outras do programma, para apresentar-nos como infensos á corôa, como inimigos da forma do governo mouarchico. A idéa é a responsabilidade dos ministros por actos do poder moderador.

Senhores, é esse um thema em que o nobre senador bate eternamente, mas sempre sem razão; a responsabilidade do ministerio nos actos do poder moderador não tira a este poder as suas attribuições, não as altera. Eu não entro em larga exposição de argumentos neste sentido, vou sómente apresentar um argumento derivado de um trecho da obra de B. Constant, para mostrar como o partido conservador do Brazil, como o nobre senador pelo Rio de Janeiro, nenhuma razão teem na doutrina que sustentão a respeito do poder moderador, e como aquelles que querem a responsabilidade do executivo nos actos do poder moderador em nada atacão a existencia deste poder, nem lhe alterão a esphera respectiva.

Sr. presidente, o publicista francez (calumniado todos os dias pelos conservadores do Brazil) tendo estudado a constituição ingleza, e notado que alli, no acervo de attribuições da realeza, ha um grupo que póde figurar á parte, grupo que constitue o que se chama *prerogativa da corôa*, entendeu que essas attribuições podião constituir um poder separado do executivo ou ministerial, que elle chamou poder real, e que a nossa constituição denominou poder moderador. Na Inglaterra, que o nobre senador pelo Rio de Janeiro, a quem neste momento me dirijo, citou, chamou modelo de governo constitucional e que realmente o é, na Inglaterra não reconhece a constituição essa distincção de poderes— real e ministerial: o rei ou a rainha tem como responsaveis de todos os actos da realeza, quaesquer que elles sejão, os ministros da corôa.

Benjamin Constant descreveu as attribuições que lhe parecião dignas de competir ao poder real, e uma dellas é a declaração de guerra, entendendo que a corôa, que é o orgão do Estado para com os paizes estrangeiros, deve ter o poder que tenha o direito de declarar a guer-

ra. O que se disser a respeito de responsabilidade, no caso de declaração de guerra, applica-se todas as attribuições do poder real de B. Constant e portanto ao poder moderador de nossa constituição.

Pergunta Benjamin Constant (edição de Laboulaye de 1861, vol. 1.º pag. 299): "Mas, se a guerra fôr injusta, de quem será a responsabilidade em tal caso?"

E Benjamin Constant responde: "A responsabilidade é dos ministros, não por terem declarado a guerra, que não é acto da sua alçada e sim do poder real, mas por terem-se conservado no logar e continuado seus serviços, não sendo a guerra justa nem legitima."

E continua: "Não entende bem a natureza do poder real e da responsabilidade ministerial aquelle que não conhece que o fim dessa admiravel combinação politica é conservar ao rei sua inviolabilidade, tirando-lhe os seus instrumentos desde que essa inviolabilidade ameaçar os direitos ou a segurança da nação. Ahi está o segredo dessa combinação politica. Se para conservar a inviolabilidade real se exigisse que a vontade do rei esteja ao abrigo de todo o erro, a inviolabilidade seria uma chimera. Combinando-a, porém, com a responsabilidade dos ministros, consegue-se que a inviolabilidade possa ser respeitada effectivamente, porque se acontecesse que a vontade do rei se desvairasse, não encontraria executores."

Eis como, Sr. presidente, segundo a theoria do publicista francez, os liberaes comprehendem o poder moderador de nossa constituição. Temos o poder executivo e o poder moderador; no poder executivo a iniciativa ministerial é saliente. O ministerio quer demittir um presidente de provincia? propõe á corôa essa demissão. Quer que seja nomeado presidente Pedro ou Paulo? propõe á corôa. Quanto aos actos do poder moderador, como por exemplo a escolha de senadores, a iniciativa é

da corôa; mas o ministerio, que é executor não só dos actos do poder executivo, senão tambem de todos os actos da realeza, pode dizer respeitosamente á corôa a proposito dos actos do poder moderador: "Não presto assentimento á medida, não lhe dou a minha assignatura."

Supposto isso, temos o poder moderador pertencendo á corôa, como querem os conservadores, o poder executivo nas mãos dos ministros, e a responsabilidade dos ministros em todos os actos da realeza, tanto em uma como em outra ordem de attribuições, satisfazendo a todas as necessidades de um governo livre.

O que aconteceu quanto á escolha de senador pela provincia do Rio Grande do Norte? Tem-se dito, mas é calumnia, que se queria impor um nome. Não. Apresentada a escolha, a resposta foi peremptoria: "Deixamos de ser ministros." Não se indicou ninguem; o que se fez foi não aceitar a responsabilidade da escolha.

Os liberaes, Sr. presidente, não são radicaes. Estes, reconhecendo a difficuldade, querem cortal-a; julgão ter presente um nó gordio e mettem-lhe a espada de Alexandre. Não; o poder moderador deve existir, e pode existir sem offensa dos outros poderes, se se entender que a responsabilidade, nos termos em que a tenho apresentado, faz-se effectiva. Mas, se não fôr assim, se o grupo de attribuições do poder moderador fôr do Imperador, sem responsabilidade dos ministros, estamos no governo da Russia ou do Paraguay, não ha duvida. *(Apoiados.)*

O mais é falta de logica; porque se a dissolução da camara, por exemplo, pode ser dada sem responsabilidade dos ministros, então todos os annos podemos ser mimoseados com uma dissolução. E' acto do poder moderador, ninguem responde por elle; logo, não existirá camara agora, nem logo, e o paiz entra em revolução.

Um só ponto, por mais imperceptivel que seja, em que a corôa tenha poder de que não dê contas, pode acabar com a constituição; quanto mais, se o direito de obrar sem a responsabilidade dos ministros, ou com uma responsabilidade de favor, estender-se a todas as attribuições que constituem o poder moderador, segundo a nossa constituição!

Não é o partido liberal que atacou a monarchia, é o conservador. Felizmente ha ahi graduações: ha muito conservador que não segue a opinião do nobre senador pelo Rio de Janeiro.

O Sr. Paranaguá:—Por exemplo, o Sr. ministro da marinha.

O Sr. Zacharias:—Penso. Sr. presidente, que mais tarde ou mais cedo ha de vir a estabelecer-se geralmente a doutrina que os liberaes seguem, porque, senão, teremos governo absoluto; os actos do poder moderador não hão de sempre ser sustentados pela responsabilidade dos ministros, que teem de dar conta de suas acções, senão a revolução terá de vir. E nenhuma revolução procede da imprudencia deste ou daquelle partido; as revoluções vem sempre de cima: "*piscis a capite fœtet.*"

E para que as revoluções se evitem, é preciso pôr sal na cabeça do peixe.

O sal é a responsabilidade; até hoje as combinações politicas ainda não descobrirão outra. Na Inglaterra, o sal com que se consegue o verdadeiro governo parlamentar é a responsabilidade dos ministros; tem-se ella effectuado muitas vezes, não obstante a maior protecção dos reis. Assim um ministro é alguma cousa; com a responsabilidade o ministro é uma entidade constitucional forte; apresenta-se ás camaras como quem vem de junto da corôa; apresenta-se á corôa como quem vem de junto do paiz, representado pelas camaras. Se a corôa quizer certas medidas do seu poder moderador, que não conve-

nhão, elle pode dizer: "Não, não me presto a isso, porque sou responsavel perante meu partido e perante a nação." Se as camaras quizerem coasas injustas, tambem dirá: "Não posso, porque é indispensavel o assentimento do chefe do Estado, e para taes medidas não será possivel alcançal-o."

Mas o ministro que diz, como o nobre ministro da marinha: "o ministerio é obrigado em todo o caso a assignar cartas imperiaes, e por consequencia a prestar sua referenda a todos os actos do poder moderador, porque não são actos da alçada ministerial," esse ministerio compromette o systema representativo que nos rege.

Ainda na escala de odio contra os liberaes chego ao nobre senador, presidente da provincia da Bahia, não para lembrar suas antecedencias, não para magoal-o; tal não é o meu intento: meu animo refoge á luta de personalidades, nunca entrará nella. Mas o nobre senador foi escolhido a dedo; é a expressão empregada, a qual não designa senão a probidade do escolhido para a missão que se tem em vista.

Não é só aqui que o nobre senador se mostrava encarniçado adversario da situação decahida com o seu nobre collega o Sr. ministro da marinha; mostrava-o tambem fóra do senado e em toda a parte. Os dous nobres senadores tinhão vindo da Bahia com o proposito de fazerem o obsequio de pôr-me fóra do poder (não sabem quanto lhes agradeceria o serviço se a queda do gabinete acaso fosse devida aos seus esforços, o que não succedeu); foi o proposito com que aqui se apresentarão.

Subindo ao poder do modo que todos conhecem, o nobre presidente do conselho, naquelles dias de organisação devia contar com a dedicação sem limites do Sr. Cotegipe, que era obrigado a aceitar qualquer pasta: sua recusa seria uma leviandade politica. O Sr. Barão de S.

Lourenço, da mesma maneira, estava obrigado a aceitar qualquer commissão que lhe indicassem. Quiz ser presidente da Bahia, e foi nomeado.

Agora, pergunto ao nobre senador: como qualificou na Bahia, em documento official, os liberaes? De vencidos, e de vencedores os conservadores, o que claramente quer dizer que, se os conservadores erão os vencedores, e os liberaes os vencidos, devião estes resignar-se á sua sorte. Vencidos e vencedores não houve, e estimo infinitamente o signal negativo do nobre presidente do conselho. Não houve luta. O gabinete que se retirou tinha na camara maioria: tinha-a tambem no senado desde que o partido, obedecendo á opinião de seu chefe, o actual Sr. presidente do conselho, adheriu ao principio de que o senado não faz politica, não nega meios de governo: desde esse dia o ministerio passado não tinha opposição, nem no senado nem na outra camara, que lhe estorvasse a marcha.

Um Sr. Senador dá um aparte.

O Sr. Zacharias:—Pergunto onde houve triumpho e em que consistiu? Haveria triumpho dos conservadores acastellados nesta casa, se houvesse passado o principio sustentado pelo Sr. Barão de S. Lourenço, a respeito da influencia do senado; mas o nobre presidente do conselho, salvando a responsabilidade, oppoz-se a essa opinião. Por consequencia o ministerio havia de ter sempre do senado os meios de governar o paiz.

Não houve, pois, vencedores nem vencidos. Não houve vencedores conservadores e nem vencidos liberaes. No parlamento não houve victoria. Mas o nobre presidente da Bahia fallou a seus amigos de vencedores e vencidos.

O Sr. Barão de S. Lourenço:—Era bom ler.

O Sr. Zacharias:—Não tenho presente o trecho.

Li ha tempos uma carta de S. Ex. a um deputado provincial da Bahia, habilitando-o a fazer a sua defeza. Nesse documento declarava o nobre senador que devia ainda á thesouraria daquella provincia uma quantia avultada (algumas dezenas de contos de réis) proveniente de certo apparelho de fabricar assucar, mandado vir á custa da provincia, e que S. Ex. comprara e está obrigado a pagar, e não tendo podido fazel-o, mostrava egualmente S. Ex. nesse documento que, em consequencia de lhe haver corrido mal a lavoura, deve a particulares sommas consideraveis.

Não é por precaução oratoria que dirigindo-se ao nobre senador diz que não pensa que S. Ex. se locupletasse com taes transacções: a sua carta não foi necessaria para que lhe fizesse justiça; mas aceitando sua confissão de que deve ha annos á fazenda provincial da Bahia uma grande quantia que não a tem podido satisfazer, e de que da mesma sorte se tinha empenhado para com particulares em sommas consideraveis, pergunto ao bom senso do senado: ao nobre senador collocado em taes circumstancias, embora podesse ser aproveitado pelo governo para a presidencia de qualquer das grandes provincias, incumbidas aliás a homens que não estavão no caso de exercerem similhante emprego, caberia ir presidir a provincia da Bahia, onde S. Ex. luta com tantas difficuldades?

Os jornaes amigos do nobre senador o defenderão, allegando que a primeira imperatriz morreu devendo muito. Podião tambem dizer que na Inglaterra alguns reis, tendo-se individado com despezas excessivas, recorrerão á liberalidade do parlamento, e o importunarão para o pagamento de suas dividas; que ministros têm havido que, desprezando inteiramente a administração de seus bens, como Pitt, morrerão devendo muito; que terião sido obrigados ainda em vida a experimentar por

suas dividas grandes dissabores, se seus amigos não lhes acudissem.

Mas os empenhos desses homens erão devidos á abnegação que fazião de seus interesses, para cuidar da causa publica. Pitt, por exemplo, que passou dos bancos academicos para o logar de primeiro ministro, Pitt, cujos criados o delapidavão desapiedadamente, devia centenares de contos de réis.

Hoje na Inglaterra nem a rainha dá similhante exemplo; porque se ha casa bem ordenada é a sua: nem os Pell e os Gladstone tambem o dão; seguem a maxima de que o homem publico, por mais elevado e atarefado que seja, deve reservar algum tempo para examinar e pôr a bom caminho os seus negocios particulares.

Aceitando, pois, a defeza do nobre senador, reconhecendo que não se locupletou com essas transacções a que S. Ex. allude em sua referida carta, concluo que S. Ex. podia ser presidente de qualquer outra provincia, mas não da Bahia. Entretanto, o governo, que mandou o nobre senador, é porque bem sabia quem mandava.

O Sr. Barão de S. Lourenço:—Agora vamos aos factos.

O Sr. Zacharias:—Não descerei aos factos. O nobre senador tem qualidades de governo; não abriga, como tem dito, o sentimento mesquinho da inveja; tem a coragem, póde servir ao paiz em qualquer situação; mas se o nobre senador fosse meu amigo, se S. Ex. me tivesse ouvido, dir-lhe-hia: "Para a Bahia não vá; vá para outra provincia." Se foi para a Bahia, é porque o governo escolheu-o a dedo.

Tenho mostrado que o odio do governo e seus amigos contra os liberaes é a paixão dominante da situação. Agora tratarei das desharmonias, incongruencias e excentricidades do ministerio.

Disse o nobre presidente do conselho á camara, o

anno passado, que nossas leis não são tão defeituosas como se inculca; que a maior parte dos males de que nos queixamos procede de sua má execução; que, entretanto, reconhecia que *algumas alterações* são necessarias nas leis de 3 de dezembro, da guarda nacional, etc.

Assim ficou o paiz sabendo que S. Ex. não se propunha realisar grandes reformas, e que apenas trataria de algumas alterações daquellas leis. Ora, o que vemos agora é que o Sr. ministro da justiça espalhou pela camara projectos que importão alteração profunda daquellas leis, mudança total dos nomes e das cousas! Pergunto: ha ahi fallacia ou não? Se quereis as reformas, o nobre presidente do conselho não foi sincero; se foi, então o Sr. ministro da justiça está em discordancia. Quem vencerá?

Não sei se V. Ex., Sr. presidente, tem visto as propostas verdes *(hilaridade)*: eu as tenho em lembrança, até porque ja me valerão uma diatribe furiosa na outra camara. Mudão até os nomes das cousas: official de justiça é auxiliar de justiça; membro do supremo tribunal de justiça chama-se conselheiro de justiça; os juizes de direito, auditores. Ora, similhante mudança compadece-se com as alterações promettidas pelo nobre presidente do conselho no seu programma? De certo que não.

Quer-se uma prova evidente de excentricidade e desharmonia! Um nobre deputado fallou na camara de telegraphos: o que havia de dizer o nobre ministro da marinha? "Ah! falla-se em telegraphos? Ha queixas? Eu tambem tenho muitas queixas; em materia de telegraphos ha uma dictadura, e é bom que o meu collega o Sr. ministro da agricultura tome algum tento nestas cousas."

O Sr. Barão de Cotegipe:—Tenha a bondade de ler o que eu disse.

O Sr. Zacharias:—Quero tomar o conselho do nobre

ministro: passo a ler esse periodo do discurso de S. Ex. Acho-o original, e se estivesse na camara penso que tambem teria de rir-me. Diz um deputado: "Tenho queixa dos telegraphos." Responde o ministro: "Eu tambem tenho." (*Hilaridade.*) Recordo-me de um lente de Olinda, *baldo ao naipe*, que, dizendo-lhe um estudante na aula: "Tenho uma objecção." Respondeu: "Uma só! eu tenho muitas." E passava adiante. (*Hilaridade.*)

Lembro-me tambem de um antigo juiz de direito da Estancia, em Sergipe, sujeito incapaz de comprehender as disposições do codigo do processo (quanto mais dos projectos do Sr. Alencar), que, quando algum promotor ou autoridade local procurava-o para explicações, dizia-lhe: "Não me falle em codigo do processo, que me ataca o systema nervoso." (*Hilaridade*).

Assim fez o nobre ministro da marinha: "Não me falle de telegraphos, que isto ataca-me o systema nervoso."

(*Lendo*): "Temos mais a queixa dos telegraphos: é tambem uma de minhas queixas. (*Hilaridade prolongada.*) Tambem eu me queixo de que um melhoramento tão importante e indispensavel esteja ainda tão atrazado entre nós.

"O que se passou em tempo anterior não sei dizer a V. Ex.: o que sei é que a telegraphia tem sido uma *dictadura*, e ouso suppor que quem mais tem intervido nella é o governo."

Veja-se o que vae por ahi de dictadura! A dos telegraphos escapa, e é superior á do governo!

Perguntou-se: "De quem é a culpa?"

O nobre ministro respondeu (*Lendo*): "Eu não sei quem é o culpado. Sei que ha uma especie de dictadura, porque comprão-se vapores, comprão-se fios, fazem-se contratos, e tem se feito uma despeza extraordinaria. Agora, de quem é a culpa não sei. Mas é mister que

meu honrado collega da agricultura *tome um pouco de tento* com este negocio da telegraphia. (*Risadas geraes.*) E ha de tomar, acreditem. "

Não se pode deixar de concordar em que isto é novo no paiz. Se o nobre ministro não sabia da historia dos telegraphos...

O Sr. Barão de Cotegipe:—Oh! se sei!

O Sr. Zacharias:—... podia acontecer que o nobre ministro soubesse tanto disso como o nobre ministro da fazenda sabia a respeito das actas falsas, quando disse: "Não tenho informações do caso." Mas o nobre ministro não seguiu esse exemplo. Disse: "Ha abusos, ha uma especie de dictadura superior á do governo; mas ignoro quem seja o culpado."

O nobre ministro ainda disse mais, e aqui está todo o chiste do seu discurso: "É mister que o meu collega da agricultura *tome um pouco de tento com a telegraphia*", como quem o julga incapaz de tomar todo tento. (*Hilaridade.*)

O Sr. Barão de Cotegipe:—Por essa fórma leva-se facilmente um homem á forca.

O Sr. Zacharias:—Entendo que quando um ministro recommenda na tribuna a um seu collega que tome um pouco de tento, quer dizer que elle tem perdido o tento de suas obrigações. (*Hilaridade.*)

O Sr. Barão de Cotegipe:—Se V. Ex. fosse juiz, mettia-me medo.

O Sr. Zacharias:—Estranho que o nobre ministro fosse dizer isso de seu collega em presença de uma camara que precisa de lições de estylos, porque em grande parte é nova, e comprehendo que similhante declaração excitasse, como excitou, a hilaridade de toda a camara.

É verdade que S. Ex. accrescentou: "E ha de tomar, acreditem." Mas isto mesmo está confirmando que até

hoje não tomou. Isto é novo, não é solidariedade: a risada da camara recahiu sobre o Sr. ministro da agricultura; ora, o nobre ministro não devia expor o seu collega á hilaridade da camara: devia calar-se, ir ao seu collega e dizer-lhe em particular: "Tome tento, collega: ou deixe essa pasta." Na camara, não; la o nobre ministro não podia deixar de sustentar que o seu collega é um excellente ministro da agricultura, homem de muito tento, embora saiba e pense o contrario.

Quem quizer ver tambem em nossos *annaes* um documento de excentricidade inaudita, procure a celebre indicação do Sr. ministro da justiça. Um dia desceu elle das alturas da Tijuca, e apezar do influxo daquelle céu inspirador, foi á camara dos deputados e rompeu o debate, motivando uma indicação para que todos os dias a primeira hora de sessão fosse consagrada aos ministros para defenderem-se das offensas que lhe fossem feitas na camara vitalicia.

A excentricidade é manifesta; as boas praticas pedem que em uma camara não se responda a discursos pronunciados na outra, para que não se irritem as discussões. São duas camaras irmãs, ambas representão o paiz, e não convém o azedume que resulta de similhantes invectivas.

Se acontecesse que no senado não houvesse um ministro se quer, que todos os ministros fossem tirados da outra camara ou de fóra, ainda poderia ter alguma desculpa o procedimento do Sr. ministro da justiça: significaria que os ministros desejavão em taes casos responder logo. Mas ainda assim, para que essa pressa de responder? Não faltão occasiões, na outra camara ou nesta, quando aqui vierem discutir suas propostas, para desaggravarem-se.

Mas no senado está a cabeça do ministerio, e onde está a cabeça está todo o ministerio; demais, além do

chefe do gabinete, estão aqui mais dous ministros. Elles ouvirão as observações que o orador fez: tanto não havia nessas observações offensa, que não reclamarão. Entretanto, o nobre ministro da justiça, talvez despeitado porque suas propostas não teem sido acolhidas com a soffreguidão que merece o fructo do genio, entendeu que devia desaggravar-se de uma offensa imaginaria, e a proposito disto aggrediu-me insolitamente, dizendo até que eu, tão esquivo quando ministro, que tão poucas visitas fazia, agora vivia nas ruas a fazer visitas; ainda mais, frequentava a *Phenix*, e, empenhando-me para alli fallar, foi-me recusada essa graça!

E foi um ministro da corôa quem ousou communicar á camara taes invenções! Entretanto, não ha no Rio de Janeiro quem seja capaz, a não ser o Sr. Alencar, de asseverar que eu pedisse para fallar na *Phenix!* (*Muitos apoiados.*)

O Sr. Ottoni:—Seria lá muito bem recebido, se quizesse fallar.

O Sr. Zacharias:—Observo que o que prova o acto do Sr. ministro da justiça é que elle entendeu que devia ter sido defendido no senado por seus sollegas. Foi injusto comigo, suppondo que offendera-o. Foi tambem injusto com os seus collegas, suppondo que o tinhão abandonado; mas sobretudo o que esse incidente revela é que não ha solidariedade no ministerio.

Se um ministro fosse injuriado em qualquer das camaras, estando ausente, e algum collega presente não tomasse logo a palavra para defendel-o, devia sahir do ministerio, ou o injuriado, ou aquelle que o não defendesse. Ao menos é o que eu faria. (*Apoiados.*)

Ainda ha outra pratica excentrica que o ministerio actual está estabelecendo, o ministerio actual que subiu para regenerar a politica do paiz e conter a desmoralisação que lavrava profundamente, como o nobre minis-

tro da marinha asseverou á camara no discurso de que já me occupei.

O Sr. ministro da justiça tem escovado em regra, nas columnas dos jornaes, empregados de sua intima confiança. Todo o mundo leu admirado aquelle zurzimento dirigido ao chefe de policia da côrte por causa da questão do paquete inglez. *(Apoiados.)* Nem com empregados de confiança que estão em logar remoto se procede de tal maneira; o que deve fazer o governo é reservadamente reprovar o acto e fazer as devidas advertencias. O chefe de policia da côrte, porém, vae ou pode ir todos os dias e a toda a hora fallar com o ministro da justiça: era, portanto, inteiramente desnecessario que fosse advertido, quanto mais para se mandar publicar um aviso, estranhando o procedimento daquella autoridade e reprehendendo-a.

A essa publicação seguiu-se ainda maior excentricidade. O publico, querendo fazer justiça ao chefe de policia, entendera que sahira do cargo em consequencia daquella reprehensão: o que fez elle? Declarou pelos jornaes: "Estou na melhor intelligencia com o Sr. ministro da justiça; minha demissão não tem relação alguma com o facto do paquete inglez." Isso é cousa singular, nunca vista. O chefe de policia da côrte pode ser demittido; mas reprehendido pelo governo nas columnas dos jornaes, não. *(Apoiados.)*

As formulas constitucionaes têem sido completamente desprezadas. Já o nobre senador pela Bahia (o Sr. Nabuco) fez sentir a incongruencia de estar-se a vinte e tantos de junho discutindo o voto de graças no senado, entretanto que o da camara dos deputados ainda nem foi apresentado! Este facto não tem explicação senão em alguma intriga subterranea, alguma previsão de rompimento que se quer evitar. Isto não é indifferente á causa publica. A resposta á falla do throno devia ser

BIBLIOTECA SENADO FEDERAL

discutida na outra camara primeiro que no senado; mas ainda nem foi apresentada!

E no senado, como se discute o voto de graças? O nobre senador pelo Rio de Janeiro, o plenipotenciario que fez o tratado em que se vendeu a pelle do lobo sem haver lobo morto, fez um discurso muito importante. (*Apoiados.*) O nobre senador pela Bahia fez um discurso politico da maior consideração. Nenhum delles ainda teve resposta ministerial!

Esta praxe não é bôa; os nobres ministros podem fallar quantas vezes quizerem; porque razão não teem dirigido esta discussão, não teem dado a resposta que tanto merecem os discursos do Sr. Octaviano e do Sr. Nabuco? Eu tambem não espero resposta; mas procedo independentemente de similhante resposta; não solicito resposta, nem preciso della.

Vejo que alguns ministros e seus adeptos teem tomado o habito de dar um sorriso, como que de compaixão, aos discursos proferidos contra a marcha do governo. (*Apoiados.*)

Facil era oppor a esse sorriso outro sorriso, mas não o farei. Cada qual responde como pode; uns rindo, outros orando. O que é certo é que não deixa de haver razão no ditado: "O fallar é prata, mas o calar é ouro." Ora, os nobres ministros seguem esse annexim: como precisão de ouro estão silenciosos. (*Hilaridade.*)

O Sr. Barão de Cotegipe:—Se eu não tivesse fallado tanto lá....

O Sr. Zacharias:—O nobre ministro não deu logar a reparo, porque fallasse muito; mas porque fallou inconvenientemente....

O Sr. Barão de Cotegipe:—Obrigado!

O Sr. Zacharias:—....o nobre ministro não se cingiu aos estylos; faltou á consideração devida aos seus

antecessores. S. Ex. sabe perfeitamente que a moralidade não é privilegio exclusivo de seu partido.

O Sr. Barão de Cotegipe:—Já se vê que não me entendeu.

O Sr. Zacharias:—Recordarei que o nobre ministro disse que a decadencia da administração e dos partidos provinha da immoralidade da situação decahida, tanto que o numero dos conservadores ia diminuindo e que os que ficarão não ficarão incolumes.

Agora, um reparo sobre o elemento servil. O nobre senador pela Bahia (o Sr. Nabuco) fez ver que a suppressão do topico relativo a esta questão, na falla do throno, era prova concludente dos sentimentos retrogrados do gabinete. Isto é evidente.

Eu, Sr. presidente, considero o assumpto debaixo de outro ponto de vista: entendo que a suppressão desse topico é um desmentido formal das calumnias que assacavão ao governo transacto, quando dizião que o chefe do Estado era a alma dessa idéa; que, por querer agradar a associações estrangeiras, poz-se o chefe do Estado á frente dessa cruzada, e que o ministerio não fazia mais do que acceder humilde a esse proposito.

Agora foi omittido esse topico. De duas uma. Ou o chefe do Estado não exerceu essa intervenção que lhe attribuião, e é falso, portanto, tudo quanto nesse sentido assoalhavão, ou então exerceu-a e foi repellido; sendo, portanto, ainda falso que o ministerio anterior fosse constrangido a tratar do elemento servil. Com effeito, se os nobres ministros forão capazes de resistir ás exigencias da Corôa, não podem negar aos seus antecessores a capacidade de resistir, se não quizessem occupar-se de similhante questão; excepto se os nobres ministros ousarem dizer que só elles são independentes, que só elles teem coragem e valor civicos.

Mas, de tanto orgulho parece que não quererão fazer praça.

Sr. presidente, a omissão do topico relativo ao elemento servil é inteiramente honrosa á coherencia dos nobres ministros; os nobres ministros que querem a oppressão do paiz; que pretendem a sujeição dos livres, não podem afagar a idéa de emancipação dos escravos. (*Muitos apoiados.*)

Tenho concluido. (*Muito bem; muito bem.*)

SESSÃO EM 9 DE JULHO.

O Sr. Zacharias:—Proponho-me, Sr. presidente, apreciar os discursos pronunciados na discussão do voto de graças por dous ministros e pelo nobre senador relator da commissão de resposta á falla do throno. A ordem chronologica exigia que começasse pelo discurso do nobre ministro da marinha; mas o respeito devido á posição e edade do nobre presidente do conselho aconselha que me occupe primeiro do discurso de S. Ex.

Considerarei os discursos dos nobres ministros sob dous pontos de vista: quanto ao systema de seus actos, e no que toca ás maximas de governo que tem apregoado da tribuna.

O systema da defeza consiste precisamente em dizer a seus adversarios—vós fizestes tanto, ou peior.—As maximas inculcadas por Ss. Exs. estão em diametral opposição aos preceitos do nosso regimen constitucional.

Vou examinar os discursos ministeriaes a esses dous respeitos.

Com grande pasmo ouvi o nobre presidente do conselho affirmar que o ex-presidente do conselho fôra a causa da crise de julho de 1868 e portanto da mudança da situação politica. O honrado ministro facilitou a res-

posta que devo dar-lhe, e folgo de reconhecer aqui que esta questão, a qual devia ser ventilada entre o ex-presidente do conselho e o actual, não podia ser tratada por cavalheiro mais distincto, mais leal do que S. Ex.

Assim que, o nobre ministro reconheceu-me o direito de retirar-me do poder logo que se apresentara a idéa da nomeação de um senador inimigo declarado do governo, nomeação de que não podia deixar de provir ao gabinete e á situação politica, que o sustentava, grande desar, grande perda de força moral.

O Sr. Visconde de Itaborahy:—Figurei essa hypothese: mas não disse que se tinha realisado.

O Sr. Zacharias:—Fallo tambem em hypothese. Ora, se o nobre presidente do conselho asseverou que na hypothese de dar-se uma escolha de adversario politico que podesse fazer perder o gabinete força moral, este podia retirar-se; se o senado, com a decisão que tomou ha poucos dias, mostrou evidentemente que a referida escolha fôra feita sobre uma lista, em cuja organisação predominara a fraude em favor do candidato escolhido, é claro que dous motivos, um politico, outro de alta moralidade, impedião que o gabinete de 3 de agosto continuasse no poder. (*Apoiados.*)

Se, pois, retirando-se por esses motivos o gabinete, estava eu em meu direito, segue-se que não offendia quem quer que seja.

O nobre presidente do conselho não quereria, como alguem, que o ministerio se retirasse muito embora, mas depois de assignar a carta imperial: isso não, porque aliás iria apresentar-se desairosamente ás camaras e ao paiz. (*Apoiados.*) Dir-lhe-hião: "Porque vos retirastes, uma vez que referendastes o acto? Se vossa assignatura tem valor real, ella exprimiria que não duvidaveis executar aquelle acto, e assim podieis permanecer no po-

der." O 3 de agosto, portanto, procedeu irreprehensivelmente em face da escolha alludida.

Mas de quem é a responsabilidade? quem creou essa difficuldade? Seria a vontade irresponsavel? Não: á vista da constituição a corôa não tem responsabilidade alguma. A responsabilidade é, pois, do nobre presidente do conselho.

(*O Sr. Visconde de Itaborahy ri-se.*)

E' S. Ex., não obstante o seu riso, o autor da situação. (*Apoiados.*)

O Sr. Visconde de Itaborahy: —Não me recuso á responsabilidade.

O Sr. Zacharias:—Nem pode. Se o nobre ministro negasse ao ministerio transacto o direito de retirar-se; se, como o nobre ministro da marinha, sustentasse que o ministro é, em todo o caso, obrigado a referendar os actos do poder moderador, bem; mas S. Ex. é de eschola mais cordata; sabe que qualquer ministro, como tal, pode dizer á corôa: "Não me constituo executor de actos que a minha consciencia e dignidade reprovão."

O nobre presidente do conselho achou, conseguintemente, razão para a retirada do gabinete transacto. Seguiu-se uma reacção politica. De quem é a obra? De S. Ex., que occupou a cadeira simplesmente porque estava desoccupada e transpoz a porta só pela razão de que se achava aberta. Confessando que o ministerio de 3 de agosto estava em seu direito sahindo, que com isso não commetteu irregularidade alguma (a que S. Ex. assignalou foi posterior á exoneração), o nobre presidente do conselho devia seguir, quando foi convidado, a boa regra, que é: indagar o ministerio que entra qual a razão por que se retira o seu antecessor. S. Ex. devia ser tanto mais cauteloso quanto a sua elevação importava uma mudança politica inesperada, a dictadura em todo o rigor do termo e o seu cortejo inevitavel de abusos e tro-

pelias, e não contentar-se com entrar para casa por achar a porta aberta, e sentar-se na cadeira por encontral-a desoccupada. Se S. Ex. assim houvesse procedido, talvez as cousas houvessem tido differente solução.

E' preciso que se firme bem esta regra: que o ministerio que entra é juiz dos motivos que determinarão a dissolução do gabinete anterior, porque com a sua entrada assume a responsabilidade da nova situação.

Tem-se dito que houve conflicto entre o ministerio e a corôa. Nunca houve nem podia haver tal conflicto. A corôa enunciou sua intenção, o gabinete exerceu seu direito, dizendo—retiro-me.—Onde está o conflicto? Não é possivel achal-o. A corôa exerceu em consciencia um direito, escolhendo; o ministerio exerceu em consciencia outro direito, retirando-se, e retirando-se por motivo que já recebeu a sanção desta augusta corporação. (*Apoiados e não apoiados.*)

(*Ha um aparte.*)

Não posso deixar de reconhecer na votação do senado a respeito da eleição de senador do Rio Grande do Norte uma justificação do procedimento do ex-presidente do conselho e seus collegas. Uma das razões que allegava era que a escolha tendia a sanccionar uma fraude; não tinha havido eleição, mas uma *patota* (era a expressão empregada); e tal opinião foi, não é possivel negal-o, confirmada pelo senado, reconhecendo-se que a eleição nada valia, que a fraude havia imperado em favor do candidato preferido, já na eleição mediante duplicatas, já sobretudo na apuração feita pela camara municipal.

O procedimento do gabinete de 3 de agosto, digão o que disserem, ficou por esse lado plenamente justificado com o voto do senado. (*Apoiados e não apoiados.*)

O Sr. Silveira da Motta:—Tem razão. (*Ha alguns apartes.*)

O Sr. Zacharias:—Contesto que podesse ser indiffe-

rente a qualquer ministerio a referenda de uma carta imperial, nomeando senador um individuo que não fôra eleito pela provincia, que entrara ob e subrepticiamente na lista, não por seus esforços directos, mas pelos de seus amigos, porque a fraude foi em larga escala praticada em seu favor sem que elle precisasse sahir do *dolce far niente*.

O unico senão que o honrado presidente do conselho assignalou no procedimento do gabinete de 3 de agosto foi ter revelado a intenção de uma escolha que ainda não estava realisada. E assim, S. Ex. approvou o motivo pelo qual o gabinete retirou-se; o que queria era que elle não revelasse a intenção da corôa no que toca ao candidato, de cuja escolha tratava. E' exactamente a opinião manifestada pela imprensa conservadora o anno passado.

O *Correio Mercantil* de 29 de agosto dizia :

" Um estadista reflectido que professasse os mesmos principios do Sr. Zacharias sobre as attribuições do poder moderador, procederia de uma maneira mais conveniente. Dado conflicto, iria ao parlamento declarar que uma *divergencia entre a Corôa e o ministerio* tornava indeclinavel a retirada deste. Assim ficaria resguardada de toda a censura a resolução imperial, que só viria a manifestar-se quando já coberta pelo novo ministerio. "

A esse argumento do *Correio Mercantil*, que é precisamente o do nobre presidente do conselho, respondeu o orador do modo seguinte :

" Que conselho! Os motivos da retirada ou da elevação dos ministerios devem ser expostos com verdade e franqueza, e não com dissimulação e mentira. Nem o respeito devido ao parlamento consente, nem a propria dignidade de homens que deixão o poder ou que entrão para elle permitte que se alleguem motivos fingidos, occultando os reaes em conjunctura tão solemne. O mys-

terio, no que não excede á humana comprehensão, faz ordinariamente antes mal do que bem, e um *desacerto* deve chamar-se sempre um desacerto.

"Suppõe o escriptor ministerial que não existindo em 17 de julho senão a *intenção* de escolher sobre a lista triplice do Rio Grande do Norte o candidato preferido, e sendo certo que só lavrou-se decreto tornando effectiva a escolha alguns dias depois, o novo ministerio não resguardava ainda a inviolabilidade imperial ao tempo em que o transacto, explicando as causas de sua retirada, alludira áquella intenção.

" Manifesto engano!

" Qualquer intenção da Corôa desde que, não encontrando acquiescencia do ministerio, produz a quéda de um e a subida de outro gabinete, não pode mais ser objecto de segredo para o paiz.

" Nesse caso o ministerio que sobe dá previamente de um modo tacito ou expresso assentimento á intenção da Corôa, porque seria incomprehensivel que um novo gabinete se organisasse para fazer precisamente a mesma cousa que a Corôa negara ao que sahira.

" E, pois, o gabinete de 16 de julho no dia da exhibição do seu programma defendia já, com a sua responsabilidade, a intenção do Imperador sobre a lista triplice do Rio Grande do Norte, intenção que o dever de dar conta ao parlamento da mudança politica fizera revelar, como veio a revelar depois da inviolabilidade da Corôa, referendando o decreto que reduziu a acto a intenção imperial."

Ao Sr. presidente, meu amigo e guia nestes assumptos, peço que me diga como poderia eu, retirando-se o gabinete por uma intenção manifestada pela Corôa, e devendo dar contas ao parlamento, deixar de fallar dessa intenção, que era já um grande acto desde que fizera descer um ministerio e subir nova politica?

Era sabido que o governo retirara-se por não ter adherido áquella escolha, entrando outro que adherira: ora, logo que este aceitou o poder, a referenda da carta imperial estava virtualmente dada, e só assim explicava-se a ascenção do novo gabinete. E não se allegue que ainda não havia referenda: se o ministerio transacto sahia porque oppoz-se á escolha do Sr. Salles Torres-Homem, o que entrava não podia recusar a referenda a essa nomeação, e claramente o paiz via a intenção da Corôa, apoiada na aquiescencia do novo gabinete. Não era licita a duvida sobre isto. (*Apoiados.*)

O nobre presidente do conselho sabe que quando em 1852 foi modificado o gabinete a que S. Ex. pertencia, deu-se ás camaras um motivo risivel: o cansaço! Homens validos, como então erão os Srs. Euzebio de Queiroz, Monte-Alegre e Muritiba, derão partes de cançados! Era um pretexto e não a causa real. O cidadão que chega a tal altura nunca se dá por cançado; foi, pois, um motivo imaginario e ficou-se sempre entendendo que algum motivo real houve para aquella alteração, que não esse expendido ás camaras e ao paiz.

Não podia eu seguir similhante exemplo: tinha de dar os motivos reaes. Os motivos por que entra um gabinete e sahe outro, devem ser sempre expostos com summa fidelidade áquelle que toma contas a todos: ao paiz.

Poderia dizer-lhe simplesmente que o ministerio sahira por ter-se estabelecido um conflicto entre elle e a Corôa? Que juizos se não farião a respeito da natureza de tal conflicto! Que entes de razão não forjarião o odio politico e a credulidade publica! Não: era rigoroso dever dizer com verdade como as cousas se passarão.

O terceiro ponto do discurso do honrado presidente do conselho foi que a dictadura que se lhe attribue nasceu de ter a camara dos deputados recusado os meios de governo. Não comprehendi o phenomeno que o nobre

ministro quiz assignalar. A dictadura não nasceu do voto da camara, nasceu da elevação do poder aos nobres ministros. (*Apoiados.*)

O que se deu em julho do anno passado? O ministerio, que não tinha opposição systematica no senado, que tinha immensa maioria na camara temporaria, desceu do poder repentinamente, e os deputados virão apresentar-se á camara, que ministerio?

Um ministerio parlamentar? Não. Poderião attribuir a ascensão dos novos ministros a motivos constitucionaes? Não. No nosso regimen taes motivos são publicos e constão dos debates: onde estavão elles?

A camara viu que um parente do honrado presidente do conselho, que fazia parte da fracção minima de conservadores alli existente, tornara-se ministro do imperio; que um romancista distincto que se refugiava ao cume das montanhas, já para inspirar-se melhor, já para preservar sua larynge, assumia uma pasta das mais importantes e trabalhosas, que um empregado de fazenda, que durante a administração passada esteve examinando o estado da alfandega, (e isto tão infelizmente que seu melhor trabalho, aquelle em que assignalava abusos que enxergara em actos de despachos de kerosene, foi logo inutilisado por um benigno despacho do nobre presidente do conselho) era elevado ao ministerio; e á proporção os mais ministros. Nenhum delles assumira no parlamento attitude que indicasse proxima elevação ao poder.

Os nobres ministros da guerra, da marinha e estrangeiros erão com effeito parlamentares; mas nenhuma victoria havião alcançado contra seus adversarios.

Nestas circumstancias, a camara que apoiava o gabinete de 3 de agosto, suppondo-o firmado nos preceitos constitucionaes, ao deparar com ministros sahidos de um acampamento estranho, que não era o do regimen

parlamentar (*apoiados*), tinha sobrados motivos para não confiar nelles: foi o que fez.

O nobre presidente do conselho fallou de gabinetes em minoria nas camaras inglezas que, todavia, se conservão e alcanção do parlamento os meios de governar, dissolvendo em seguida a camara dos communs; mas esses ministerios em minoria lutarão no parlamento e ahi forão derrotados; a maioria que os vence tem consciencia disso e diz: "lá estão os vencidos, demos-lhe meios para governar, porque taes meios não hão de aproveitar-lhes, mas a nós os vencedores, agora no parlamento e brevemente nas urnas."

No Brazil, e no caso de que se trata, não era assim: o ministerio em minoria queria meios para a seu salvo supplantar a maioria e opprimil-a. A nossa camara de 1868 podia proceder com o ministerio Itaborahy como a camara ingleza de 1783 procedeu com o gabinete Pitt.

Assumindo o poder em 1783, por effeito da vontade do rei, pois é sabido que elle não tinha ainda predominio no parlamento, a camara recebeu Pitt nas pontas das lanças.

Se Pitt, apezar disso, permaneceu no poder, foi porque empregou-se em larga escala a corrupção, não só para obter tal ou qual maioria no parlamento, mas para ganhar-se terreno na opinião e depois dissolver-se a camara.

O procedimento da camara dos communs em 1783 não foi de certo como o de ha pouco com Disraeli; a camara negou então meios ao ministerio organisado subterraneamente; mas agora, tendo a camara derrotado a Disraeli, deu-lhe meios de governo, porque elle tinha sido vencido, e a sua conservação no poder não era fructo apenas da vontade real, como succedeu a Pitt.

Não tem, portanto, applicação esse procedimento recente dos communs ao caso de um ministerio que cahiu

do céu, com sorpreza geral de seus proprios amigos, e até de alguns dos proprios nomeados; faço idéa, por exemplo, da sorpreza com que o nobre ministro da agricultura viu-se nos conselhos da Corôa! Entretanto, formo conceito mais lisongeiro delle do que o seu collega que lhe recommendou em plena camara que tomasse *algum* tento no cumprimento de seus deveres.

A verdade é que quando um ministerio organisado atraz dos reposteiros apresenta-se á camara, que completamente o desconhece, não deve admirar-se de que ella lhe pergunte:—Para onde ides? de onde vindes? Nós procedemos do regimen parlamentar; vós não; não tendes, pois, direito aos votos que nos pedis.

Tal foi o raciocinio da camara em julho do anno passado.

Nem ha a menor incoherencia entre estas proposições e o que eu disse ha dias á respeito do modo inconveniente pelo qual o nobre presidente do conselho apresentou em 17 de julho o seu programma.

E' verdade que o governo pensa que estylos e boas regras constitucionaes não prevalecem entre nós; que isto de parlamento nada vale. E' o que explica o estranho procedimento do nobre ministro da guerra, quando o nobre senador por Goyaz quiz ha pouco attribuir em parte ás vozes da opposição a resolução que o governo tomou de condecorar com a medalha de bravura o Conde de Porto-Alegre e outros... Qual foi a resposta do nobre ministro? Com o riso que lhe é habitual, disse: "Não foi por isso."

Um ministro constitucional diria: "As datas dos decretos são anteriores ás vossas reclamações; se não o fossem, o governo teria muito prazer em attender a essas reclamações." Um ministro constitucional não se dedignará jamais de reconhecer que vozes da opposição podem influir em um ou outro acto do governo. A voz

de um só membro do parlamento pode muitas vezes ter por si a razão, quanto mais a voz de uma consideravel minoria.

Mas (como ia dizendo) se o nobre presidente do conselho, desprezando as considerações ácima expostas sobre o vicio da origem do seu gabinete, queria dirigir-se a uma camara tão maltratada, á qual chegou-se até a denominar *escrava*, para pedir-lhe meios de governar, devia ter procedido de outra maneira, deveria ter logo prevenido á camara de que tencionava dissolvel-a.

Rematada loucura (disse S. Ex.) seria de uma parte esse açodamento. Não, não era; era revelar o que estava na consciencia de todos. Ficava muito bem ao nobre senador dizer:

" A'vista das circumstancias politicas do paiz, o novo ministerio não pode coexistir com a camara; em nome, porém, dos interesses publicos, peço os meios de governar antes de dissolvel-a. "

Assim procedeu Disraeli; e teve os meios de que precisava; porque, para os que contão com a verdadeira efficacia do espirito publico, o que importa uma dissolução? Uma dissolução só pode ser grande mal no systema que predomina entre nós, onde não ha certeza de sahir a verdade das urnas, se o governo quizer comprimil-a, como acabou de fazer.

Continuando em seu discurso, disse o honrado presidente do conselho (e esta proposição sobresahe entre outras pela sua novidade): a Corôa pode só por si mudar a situação politica do paiz, porque se para isso fosse preciso concurso do ministerio ou da camara, a situação eternisava-se, visto como o ministerio não fazia a mudança contra si, e a camara, feitura dos ministros, tambem não se deixaria anniquilar.

A Corôa, Sr. presidente, não pode crear situações politicas; pelos dogmas de nossa lei fundamental o Impe-

rador é espectador e juiz dos acontecimentos politicos. Como espectador deve prescrutar todos os factos, estudar os caracteres politicos, preparar, em summa, os elementos para as soluções que as circumstancias exigirem. Como juiz, intervem para julgar, para pronunciar a ultima palavra.

A qualidade de espectador impõe ao Imperador a necessidade de vigiar constantemente sobre os negocios publicos, superintendendo para isso os actos de seus ministros e a influencia que exercem nas cousas da nação.

A qualidade de juiz impõe-lhe, é verdade, a obrigação de decidir; mas é juiz, não é demandista, decide as questões, não as provoca. O juiz (aproveito com prazer uma idéa do Sr. Alencar) é passivo, não promove nem levanta questões, aprecia as que apparecem e as decide com imparcialidade.

Neste sentido a Corôa, de accordo com a doutrina da constituição, não pode crear situações nem modifical-as á sua vontade. Pode alteral-as a despeito do ministerio ou contra a camara, quando tiver razões para crer que o appello que vae immediatamente ser interposto para o paiz ha de justificar o seu acto.

Mas nesse appello suppõe-se liberdade eleitoral, e infelizmente não a temos. *(Apoiados.)* E' certo que a Corôa não tem culpa de não se ter feito uma boa lei eleitoral, estou convencido de que ella sente cordial e profundamente este estado de cousas; mas deve tel-o presente ao espirito quando quizer mudar de politica.

A Corôa pode mudar situações politicas, quando a opinião publica imperiosamente o reclame, e não por vontade e por motivos de pouca monta. Não digo opinião manifestada no parlamento, porque ahi pode estar falseada; mas no paiz. A mudança implica necessariamente a dissolução immediata da camara: " Julgo, dirá

a Corôa, que o ministerio não pode continuar, dissolvo a camara, e appello para a nação."

Assim, os nobres ministros não faltavão á lealdade, antes firmavão-se nella, dizendo á camara: "Vossa dissolução está decretada; dae-nos, porém, os meios de governar." (*Apoiados.*) Tanto mais quanto convinha que esse estylo, novo entre nós, fosse inaugurado pelo nobre presidente do conselho, pois que tem missão de regenerar o paiz. O seu partido subiu para regenerar o paiz; começasse a regeneração por esse ponto. Não o fez, limitou-se a pedir a ordem do dia.

Consultarão a nação (ouço dizer em um aparte): consultarão a nação, como alguns individuos consultão os advogados, dando a entender em que sentido querem o parecer.

O nobre presidente do conselho combateu a maxima adoptada pelo programma do centro liberal: "O rei reina, não governa." Disse que não a podia comprehender, porque reinar é governar, e governar com imperio.

A maxima é franceza, é de Thiers; e sendo certo que a academia franceza considera synonimas as palavras —reinar e governar—segue-se que se se procurasse resolver o problema segundo as definições dos diccionarios, seria trabalho perdido.

A questão resolve-se pelos principios geraes, pelo sentido que dá o autor da maxima, e não pelos diccionarios; quanto mais que os da nossa lingua podião lançar sobre a questão alguma luz que o nobre senador desprezou. (*Ha alguns apartes.*)

A maxima é infelizmente um problema incessante no Brazil; já me acanho de voltar tantas vezes a este assumpto, mas quer queiramos quer não, é elle de summa importancia, e revela grave perigo em nossas instituições.

Em 1830 escrevia Thiers no *Constitucional*:

"Revestido de tão importantes faculdades, não é o rei todavia o *director absoluto para administração do Estado*. Seus agentes são responsaveis e a marcha de seu governo é submettida á fiscalisação do paiz representado pelas camaras. Em tal systema o paiz tem meio de defender-se de um partido que se apodere da administração, como o rei possue o de defender-se de um partido que se apodera da camara. Este meio é para o rei a dissolução, e para a camara a recusa dos subsidios."

Portanto o *rei reina, não governa*, quer dizer que não seja administrador absoluto, que não faça como George III, que procurava saber que oradores fallavão nas camaras, de que extensão erão seus discursos, se apresentavão emendas, quantas e em que sentido, envolvendo-se tantos nos grandes como nos pequenos negocios. O que Thiers não quer é que o rei seja rei ministro, rei subalterno, mettendo-se em assumptos que devem pertencer a ministros e empregados responsaveis. Thiers nunca fez do rei uma inutilidade magestosa; sustentar-se o contrario é mostrar que nunca se leu Thiers; homem de cabeça tão bem organisada era incapaz de tal absurdo.

Nem Guizot, de cujas doutrinas disse o nobre ministro da marinha que o orador parecia esquecido, diz o contrario do que pensa Thiers, embora combatesse a formula de seu antagonista.

Convém, porém, fixar ainda a intelligencia da maxima de Thiers, citando as suas palavras proferidas no parlamento em 1846. Sustentava elle a sua doutrina na tribuna, dizendo "que era necessario que a realeza não se compromettesse nas luctas do governo; que apparecesse nellas o menos possivel; que o governo representativo era tanto mais conforme á sua indole, quanto ao

lado do rei se encontrassem ministros efficazmente responsaveis. "

A doutrina de seu rival, Guizot, é a seguinte:

" Sob o regimen constitucional, e quando na inviolabilidade do monarcha se funda a responsabilidade dos ministros, nenhum poder de facto lhe pertenceria, nenhum acto emanaria delle que a responsabilidade ministerial não acompanhasse inseparavelmente.

" Quanto mais progressos fizermos no systema constitucional, tanto mais nos convenceremos de que a responsabilidade ministerial, sob todas as fórmas, moral ou legal, directa ou indirecta, é o seu caracter mais essencial, e uma mola mais efficaz. "

E' o que os liberaes querem. (*Apoiados.*) E fiquem certos os nobres senadores que a maxima—*o rei reina, não governa*—, deve entender-se conforme a definição de seu autor, do mesmo modo que a maxima—a egreja livre no Estado livre—não deve ser entendida como soão as palavras e sim como as explicou o seu autor, Montalembert.

O partido liberal do Brazil não quer reduzir a Corôa a uma roda escusada, quer que a Corôa, com a illustração e pratica que tiver, influa nos negocios; mas tambem que no caso opposto, em que essa illustração e essa pratica falhem, a responsabilidade ministerial ampare o paiz de vexames e abusos.

De maneira que a nossa constituição não impede o monarcha habil e bem intencionado de fazer o bem. Mas se acaso, no correr dos tempos couber a corôa a um monarcha que esteja no caso opposto, ainda assim a doutrina liberal, que é verdadeira em toda a extensão da palavra, pode resguardar o paiz da oppressão. Os conservadores tratando da questão teem em vista uma pessoa illustrada, cheia de patriotismo, e adaptão a essa pessoa a intelligencia da constituição; mas se as cir-

cumstancias pessoaes do Imperador fossem diversas, uma vez que a constituição não se altera para cada reinado, a intelligencia dada pelos conservadores á lei fundamental teria consequencias perigosissimas. (*Apoiados.*)

Mostrarei agora que os diccionarios de nossa lingua autorisão de algum modo o sentido do axioma—*o rei reina, não governa.*—Governar é dirigir physica e moralmente, é o governo em sua maior extensão: assim o navegante governa o navio, o cavalleiro governa o cavallo, o homem governa suas paixões: a faculdade de governar é pois ampla, é dirigir em todo o sentido. Mas o governo que se commette ao rei é especial; reinar, dizem os diccionarios, é governar como rei, como soberano, não governar como ministro: eis-ahi a differença. (*Apoiados.*)

Não é preciso ir muito longe para mostrar que o partido liberal não nega ao Imperador a faculdade de governar como rei, ou de reinar, que é o governo em sua accepção mais elevada, quasi á imagem de Deus, mas nega-lhe a faculdade de governar activamente como governa um ministro, um presidente, um agente responsavel. Porque dizem que no regimen representativo a Corôa é a imagem de Deus? Porque não toma nos negocios a parte material que só compete a entidades que lhe são subalternas.

Nossa constituição corta pela raiz a questão quando no art. 126 diz: " Se o Imperador, por causa physica ou moral, evidentemente reconhecida pela pluralidade de cada uma das camaras da assembléa, se impossibilitar para *governar*, em seu logar *governará* como regente o principe imperial, se fôr maior de 18 annos. "

Logo, como é que o partido liberal podia entender que a palavra—governar—do programma exclue da Corôa o direito de exercer a especie de governo que é propria dos monarchas constitucionaes, se, dando-se a hy-

pothese do citado artigo, o paiz tem de ser governado por um regente?

O Sr. Barão de Cotegipe:—Logo, governa.

(*Ha outros apartes.*)

O Sr. Zacharias:—Governa, mas de accordo com os principios do systema constitucional. O que os liberaes não querem é que a nossa monarchia degenere em monarchia administrativa, á similhança da de Carlos Magno, rei que queria ver tudo, examinar tudo, e que tinha tempo para indagar e saber as gallinhas e bicharias que possuia. Não estamos mais nesses tempos.

O Sr. Barão de Cotegipe:—Explicado assim...

O Sr. Zacharias:—Esta é a explicação do publicista autor da maxima. (*Ha outros apartes.*) E isto tem sido demonstrado até á saciedade, mas os nobres ministros não dão importancia a estas cousas, porque teem muito de que rir.

O honrado presidente do conselho foi arguido severamente por assistir impassivel á derrubada que se tem feito e se está fazendo no paiz. (*Apoiados.*) Pensava eu que o nobre ministro tratasse de defender-se seriamente mostrando que sua impassibilidade nascia da convicção da falsidade de todas essas arguições; mas S. Ex. fallando com o coração nas mãos, declarou que sua impassibilidade nasce (palavras de S. Ex.) do *enleio*, do *embaraço* em que se acha, porque se por um lado confia no que lhe dizem as pessoas de sua confiança, que nomeou para as presidencias, por outro lado pessoas de consideração dizem o contrario; e nesse *enleio*, nesse *embaraço*, acha que o melhor é nada fazer.

Accusamos assim o nobre ministro e seus collegas, oppõe o *sorriso* ministerial, ou levantão-se para dizer: "Nada fazemos por *embaraço*, por *enleio*." Não é esta por certo a regra do bom governo. O poder está sujeito a vertigens, quer o consideremos no apice, como está o

nobre presidente do conselho, quer nos logares mais intimos, ou na base.

Nomeão-se agentes de confiança, mas a superintendencia ministerial deve, sem mostrar que desconfia dos seus agentes, examinar as queixas, venhão de adversarios ou não, para conhecer que fundamento teem. O Marquez de Pombal, que de certo não nomeava quem não fosse de sua inteira confiança, não desprezava a caixa das cartas anonymas, com o auxilio das quaes muitas vezes obteve uteis esclarecimentos.

Se um delegado do nobre presidente do conselho dizlhe a um ouvido que as cousas vão, na provincia que lhe tocou, maravilhosamente, preste S. Ex. o outro ouvido aos que dizem o contrario, pese e medite o que houve, e proceda sem tanto embaraço. O procedimento do nobre presidente do conselho induz a crer que o *enleio*, o *embaraço* é hoje systema de governo. (*Apoiados.*)

N'um discurso do nobre presidente da Bahia, proferido o anno passado, ha um trecho que parecia um sarcasmo, mas hoje vê-se que exprime a realidade; fallando dos nossos partidos disse S. Ex. que um assimilhava-se aos proprietarios de terras e outro a intrusos ou a posseiros que não pagão renda, não tem direito adquirido, e portanto, podem ser expulsos quando os proprietarios quizerem. Os proprietarios podem cultivar com mais ou menos cuidado, podem ser rotineiros ou aventurar-se a melhoramentos, como aventurou-se o nobre senador a quem me refiro: estão no que é seu. Se alguem fôr á propriedade de outrem e disser: "Esta chacara está maltratada; convinha fazer aqui um *chalet*, acolá um jardim ou qualquer outro melhoramento", perde o seu tempo. Cada um faz de sua propriedade o que quer.

O posseiro, porém, não tem essa liberdade, mormente se não anda corrente no pagamento da renda, caso em que, apenas vê o proprietario, deve ir pressuroso dar-

lhe satisfações por seu atrazo. O partido conservador considera-se proprietario desta terra, e contempla os liberaes como simples posseiros e intrusos, contra os quaes o honrado presidente do conselho, autor da lei das terras, faz recahir todo rigor: elles não teem direitos, e são expulsos do poder como posseiros que não pagão renda.

Destes principios, Sr. presidente, parte o procedimento do governo, mas era de seu dever dar resposta satisfactoria a seus adversarios, e não dizer-lhes: "Quando governastes fizestes outro tanto ou peior." As sagradas letras mandão que não façamos aos outros o que não queremos que nos fação. E' regra tão boa em moral, como em politica.

Se, pois, o nobre ministro da marinha, quando opposicionista queixava-se do recrutamento em larga escala e do pouco respeito á opinião publica, devia dar agora melhor exemplo. Elle, que é *proprietario*, que tanto pode para com seus *co-proprietarios*, donos da terra, devia proceder de modo a servir de modelo; porque, quando, no correr dos annos, o partido liberal subisse ao poder acharia um exemplo a imitar ou para lhe servir de estorvo á reacções ou á violencias. E com effeito, se o não achar, como não achará, o que ha de fazer? O paiz ha de oscillar continuamente de um extremo a outro, de reacção em reacção?

As circumstancias, Sr. presidente, crearão ao nobre presidente do conselho uma posição tão importante no seu partido que, no momento em que S. Ex. dissesse— não concordo com excessos—, nenhum excesso se praticaria; e, pois, esperava do bom coração de S. Ex. que désse o exemplo, que mostrasse-me e a outros, embora adversarios, o bom caminho que deviamos trilhar. Porém enganei-me.

O conselho que dou a meus amigos (a mim, não; já

declarei que sou soldado raso) é que afastem os olhos de tão perigoso exemplo. (*Apoiados.*)

E' preciso que o partido de liberdade, que tem o seu apoio na maioria do paiz, dê em tempo opportuno o exemplo de generosidade, exemplo que os liberaes teem sempre mais ou menos dado, até contra seus interesses. (*Apoiados.*) Nunca o governo liberal é exclusivo; entretanto que o governo conservador é exclusivissimo. O nobre ministro da marinha disse: " Para os logares de confiança, nunca um adversario; " e é justo. Mas accrescentou: " Para os outros logares hei de *ver duas vezes.* " O nobre senador parece que não tem confiança nos oculos de que usa.

Foi tanta a alegria, disse o Sr. ministro da marinha, que se derramou nas provincias, forão tantas as festas, os foguetes, os banquetes, quando chegou a noticia da quéda dos liberaes, que S. Ex. fundado nesses factos tira a conclusão de que os liberaes não veem mais *boia!*

Tem-se visto no mundo o partido liberal converter-se, por assim dizer, em partido conservador; foi o que aconteceu na Inglaterra. Pitt, identificando-se com seu amigo, el-rei George III, teve meios de, á sombra da necessidade de fazer frente a Napoleão, converter em *tories* todo o povo inglez, o qual applaudia as restricções que Pitt, tendo abandonado o partido liberal, punha á liberdade do pensamento e a todas as liberdades em geral. Mas depois, cessando as causas do phenomeno, este desappareceu e a liberdade dominou em Inglaterra.

No Brazil, quem é o Pitt, onde está George III, e que guerra temos para que o partido conservador supplante o liberal? E' impossivel. O povo britannico, sob a pressão do terror que lhe inspirava Napoleão e dominado pelo genio transcendente do primeiro ministro, cedêra á torrente, tomando partido contra a liberdade. No novo mundo, porém, no nosso paiz, não ha receio disso.

(*Apoiados.*) Não temos Pitt, não temos George III, não ha quem faça crer que o partido conservador é a maioria do paiz, e que o liberal incorreu em banimento.

Fallei, em outra occasião, dos triumphos de dezembro para aquilatar a explicação sophistica perante as camaras, quando disse: "A honra nacional está vingada, agora trata-se de interesses importantes, mas secundarios." Sem desconhecer o valor dos feitos de dezembro, sustentei que a honra nacional não está vingada. O nobre presidente do conselho, homem de boa fé e lealdade, não se animando a dizer positivamente o contrario do que enunciei, limitou-se a responder: "São modos de apreciar."

Modos de apreciar, não! Está ou não vingada a honra nacional? Para conhecer-se que não é exacto o que diz o nobre presidente do conselho, basta suppor que se manda ordem ao Sr. Conde d'Eu para retirar-se com as nossas forças; ficará vingada a honra nacional? Porque tomamos Assumpção, porque matamos milhares de inimigos em Avahy e Lomas Valentinas, morrendo tambem milhares dos nossos, segue-se que ficou vingada a honra nacional? Não. Retirado o nosso exercito, Lopez voltaria á Assumpção, mergulharia no rio o *governicho*, e os outros paizes que não cessão de esquadrinhar motivos para zombar do Brazil, darião uma gargalhada homerica.

Não, a honra nacional não fica vingada quando se deixa o aggressor em circumstancias de continuar a aggredir-nos.

E' verdade, Sr. presidente, que temos mostrado muito brio, muita tenacidade, muito valor, mas isto já era indisputavel desde Paysandú e Riachuelo: se havia um ponto objectivo na guerra do Paraguay a que se podesse considerar ligada a vingança da honra nacional, era Humaitá. Ora, Humaitá cahiu; mas sua importan-

cia na guerra desappareceu desde que Lopez, retirando-se para outras fortificações, obrigou-nos a perseguil-o. Portanto, se Lopez está hoje nas Cordilheiras, os brilhantes feitos de dezembro não bastarão para vingar a honra nacional.

Commetti talvez aqui uma imprudencia; mas o nobre presidente do conselho vingou-se com outra muitas vezes maior. Disse eu que essa distincção entre satisfação da honra nacional e segurança da navegação dos rios era acommodada á idolatria votada ao ex-commandante das forças brazileiras, mas contraria á verdade dos factos. Eis o meu grande crime.

Não se pode negar entretanto que o partido conservador tem seus laivos de idolatria. O nobre presidente do conselho é o seu idolo financeiro. Apenas de volta de sua viagem á Europa, ouviu-se em cada um de nossos portos em que ia tocando uma só voz dos conservadores: " Eis o grande cidadão que vem restaurar as finanças do Brazil, e que pode salvar as finanças de qualquer paiz do mundo! " O nobre senador, cuja modestia sou o primeiro a reconhecer, deve de ter sentido as demasias dessa linguagem, quando ondas de gente conservadora lhe entravão em casa a cumprimental-o, como o grande cidadão, o grande vulto, vulto que ha tantos annos estava fóra do poder e agora tornava-se tamanho só porque habilitava um partido decahido a assumir a administração!

Mas ha outros idolos: ha na guerra um que não esperou que seus inimigos lhe quebrassem os pés, elle proprio quebrou-os; deixou a guerra, declarando-a acabada, e a verdade é que ella ainda lá se está acabando. (*Apoiados.*) De sorte que ha um general em chefe que declara acabada uma guerra porque assim lhe aprouve, e ha uma guerra que, acabada, continúa!... (*Hilaridade.*)

Ha um terceiro idolo; este é o da diplomacia, o Sr. Paranhos...

O Sr. Silveira Lobo:—Felizmente é o idolo para poucos.

O Sr. Zacharias:—Reconheço as habilitações e capacidade do Sr. Paranhos; mas vejo que para os seus correligionarios é tambem um idolo. Assim é que tendo feito o convenio de 20 de fevereiro de 1865, que pelo menos, era deficiente em suas clausulas, apezar disso o partido conservador entendeu que o negociador havia cravado um *brilhante* naquella peça diplomatica! Agora que tem suado e tressuado, afim de ajuntar gente para o *governicho*, pode-se avaliar o que o nobre plenipotenciario não quererá que se diga! Desde já penso que o Sr. presidente deve ir dando suas providencias para illuminação do salão: o discurso não ha de ser mais de 8 horas como em 1865, e sim de 16; e tambem desde já declaro que não assistirei a todo elle.

Não é assim que um partido pode medrar. Os partidos precisão de merito real; o nobre plenipotenciario sem duvida o tem, mas essas tendencias exageradas a fazer dominar em tudo o espirito de partido, achando bom sómente o que vem do seu partido, ou o que seu partido faz, prejudicão, em vez de fazerem bem.

Peço ao nobre presidente do conselho desculpe essa expressão de idolatria que escapou-me, attendendo a que sempre tive por S. Ex. veneração. Considerava e considero muito o nobre presidente do conselho, e sinto dentro da alma ver o nome de S. Ex. envolvido nessa meada: sinto que não tivesse a seu lado seis companheiros que o habilitassem a fazer uma administração como seu coração naturalmente desejaria; mas como homem politico sou obrigado a reconhecer que a demasiada bondade de S. Ex. tem sido a causa dos nossos males; seus correligionarios, certos de sua condescendencia, fazem

horrores, e depois mediante cumprimentos e explicações obtem desculpa. E' bondade de mais, e diz o poeta :

" Bom de mais em tudo o temo. "

Seria injustiça dizer—o presidente do conselho é máu homem.—E' bom, não o negarei; porém, o governo exige alguma cousa mais do que bondade.

O nobre presidente do conselho oppoz á inconveniencia do meu discurso outra maior : respondeu que se é idolatra, não é abyssinio. Quem é então o abyssinio? Abyssinio é provavelmente aquelle que fallou de idolatria. Eu combato frente á frente o nobre ministro presidente do conselho, e combati o Sr. Caxias quando tambem o foi, sou abyssinio porque agora lhe dirijo censuras? E porventura o Sr. Caxias está presentemente no occaso?... Fallar de abyssinio parece uma confissão indirecta do nobre presidente do conselho de que o Sr. Caxias está no occaso, e realmente se as cousas passassem como devião passar, a quéda do Sr. Caxias seria facto consummado: mas sendo reguladas pelo espirito de partido, não cahiu, subiu, e, pois, não é abyssinio aquelle que censura o Sr. Caxias nos termos em que o tenho censurado. Com effeito, o que tenho eu dito? que abandonar o posto é abandonar o posto : que dar por acabada uma guerra que continúa é erro, tanto mais deploravel quanto foi causa da debandada do exercito, e tantos sacrificios impoz ao paiz, para que o governo podesse melhorar o estado das cousas em relação á guerra.

O nobre presidente do conselho, respondendo a um nobre senador que disse que a camara de 1868 não podia deixar de lembrar-se do discurso do Sr. Visconde de S. Vicente, observou que não era desse discurso que a camara devia lembrar-se, e sim do que o nobre presidente do conselho proferiu no dia 1.º de julho d'aquelle

anno, discurso que muito apropriadamente o nobre ex-ministro dos negocios da guerra denominou—discurso ponte.

O nobre presidente do conselho nesse discurso enunciou duas idéas principaes; a primeira, muito sensata, que a camara vitalicia não podia fazer politica, levantar questões de gabinete, e por isso votou e fez a maioria votar contra a emenda do nobre senador por Goyaz. A outra (que sempre julguei parte dissonante d'aquelle discurso) foi quando S. Ex. asseverou que a camara dos deputados era obrigada a dar ao ministerio os meios de governar, se occorresse a hypothese de subir ao poder o partido conservador, pela razão de que o mesmo fizera o senado em relação a um ministerio liberal.

Mas o proprio nobre senador acabava, na primeira parte do seu discurso, de assignalar as differenças profundas entre uma camara e outra. A camara dos deputados faz politica, porque pode ser dissolvida; o senado não está no mesmo caso. (*Apoiados.*) Como, pois, de uma camara vitalicia, inaccessivel aos raios do governo, pode se argumentar para outra camara, susceptivel de ser dissolvida?

"O senado é obrigado a dar meios de governar; não os pode recusar nem a um governo adversario." Foi esta a doutrina que sustentei e que prevaleceu em consequencia da opportuna declaração do nobre senador actual presidente do conselho, da qual depois terei ainda occasião de fallar. Entre o voto, portanto, que o senado é obrigado a dar pelo seu caracter, pela sua posição, e o voto de uma camara sujeita a ser dissolvida, não ha paridade. E, pois, porque os nobres senadores do lado conservador derão ao ministerio passado, em 1866, 1867 e 1868, os meios de governar, não se segue que um ministerio organisado nas sombras, fóra das vistas do parlamento e do publico, tivesse direito de esperar da

camara temporaria o mesmo acolhimento que o 3 de agosto teve no senado, alcançando delle os meios de governar o paiz.

Não era, portanto, do discurso ponte que a camara temporaria dissolvida pelo 16 de julho devera lembrar-se, mas do discurso do nobre Visconde de S. Vicente, que dizia não ser possivel ao partido conservador subir n'aquella epocha sem immediatamente dissolver a camara e assumir a dictadura. Prophecia que tão exactamente se realisou!

Foi o nobre Visconde de S. Vicente, Sr. presidente, o publicista que aqui mais convenientemente se enunciou. O nobre senador, hoje presidente do conselho, já então cedia á pressão que lhe fazião os seus amigos para subir ao poder, pelo que o seu discurso foi-lhes tão grato, e não o d'aquelle senador, segundo cuja opinião a dictadura não nasceria da recusa dos meios, mas estaria virtualmente incluida no facto de subir ao poder o partido conservador, e que, consequentemente, seria cousa prevista. (*Apoiados.*)

Admira que o nobre presidente do conselho sustentasse que a camara dissolvida não devia guiar-se pelo discurso do Sr. Visconde de S. Vicente e sim pelo seu.

Perdôe o nobre presidente do conselho; mais competente nesta materia do que o Sr. Visconde de S. Vicente não é certamente S. Ex., que disporá de muitos votos de seu partido, porém, não com mais cultura na materia de que se trata, mais autoridade do que o Sr. Visconde de S. Vicente.

Que muito é, porém, que fosse posto á margem pelo nobre presidente do conselho o discurso do Sr. Visconde de S. Vicente, se estou vendo que S. Ex. o Sr. senador por S. Paulo raras vezes acha-se no senado, estando sempre na Gavêa....

O Sr. Paranaguá:—Outros estão no traquete.

O Sr. Ministro da Marinha:—Na Gavêa?

O Sr. Zacharias:—Sim, na sua chacara da Gavêa.

De passagem observarei: que sem razão invoca o nobre presidente do conselho trechos de discursos meus para justificar a dictadura que assumiu. Nunca censurei a dictadura em si, o que tenho censurado é negar o nobre presidente do conselho que seja obra sua a dictadura e attribuil-a ora á camara dissolvida, ora ao ex-presidente do conselho.

Agora passo ao nobre ministro da marinha; o systema de defeza é o mesmo; porém mais apurado, porque S. Ex. é mais politico; é a alma do ministerio (*apoiados*), e com tanta habilidade e tanto geito, que até a imprensa opposicionista o tem poupado. Com uma boa palavra para todos, com a sua costumada affabilidade, vae levando a vida ministerial de tal modo que é o autor da maior parte dos desatinos politicos e não parece!

O Sr. Barão de Cotegipe:—Esta é interessante!

O Sr. Zacharias:—Esta é a verdade.

Vou, portanto, entrar em uma série de considerações, apreciando tudo quanto o nobre ministro disse em seu ultimo discurso.

Combinado com seus collegas, disse o nobre ministro quando imputou-me a autoria da mudança politica: "O ex-presidente do conselho commetteu a grande falta de não indicar o seu successor." Folgo de ter occasião de explicar o meu procedimento, e agradeço ao nobre ministro a franqueza com que fallou.

Não indiquei meu successor pela razão muito simples de não saber quem elle devesse ser. (*Apoiados*). Disraeli indicou Gladstone, mas não fez mais do que o seu dever, porque tinha-se manifestado a vontade nacional nesse assumpto. Gladstone tinha vencido a Disraeli. Em nosso caso não se davão as mesmas circumstancias, o ex-presidente do conselho não tinha sido vencido no poder.

E senão, diga o nobre ministro da marinha: quem tinha vencido para ser por mim lealmente indicado, a não ser por detraz dos reposteiros?

O nobre ministro da marinha? S. Ex. não me tinha vencido; desejou, mas não conseguiu. O nobre presidente da Bahia (erão S. Ex. e o nobre ministro da marinha os dous principaes sustentadores da opposição, os dous inimigos mais encarniçados do governo, os que mais botes derão-lhe) tambem não me venceu. Quizerão dèrrubar o governo com a emenda do nobre senador de Goyaz; mas o nobre presidente do conselho disse: "Não; abandonai a emenda." E os dous nobres senadores votarão contra a emenda.

Achava-se na historia do paiz um exemplo: um presidente do conselho, deixando o poder por não conseguir a demissão de um inspector da alfandega, e perguntado sobre quem devia ser chamado á presidencia do conselho, respondeu: "O inspector da alfandega." Mas esta resposta eu não daria jamais.

Quem o venceu? Seria o Sr. Salles Torres Homem? Deveria indical-o? Não; isto era escarneo, e eu não sou capaz de faltar ao respeito devido á magestade. (*Apoiados.*)

Portanto concentrei-me em minha dignidade, dizendo:

" Não tenho a quem indicar. Não fui vencido parlamentarmente; não posso indicar ninguem."

Se o ministerio sahisse por motivos de cansaço ou molestias, então apresentaria alguem mais repousado, mais são, mais valido. Mas nada disso havia e não podia commetter a indiscrição de inventar.

Nem abraço a idéa de que a escolha do cidadão cujo nome acima referi fosse a causa da grande mudança politica operada no paiz; o seu nome foi um pretexto (*apoiados*): a verdadeira causa da mudança politica de 16 de julho foi zelo de prerogativa sem relação com o

individuo: o individuo não tinha importancia para tanto...

O Sr. Barão de Cotegipe:—Então sempre tem alguma?

O Sr. Zacharias:—Não nego que elle tenha merito, mas não teve para essa mudança politica; a escolha da Corôa recahiu nelle, como recahiria em A ou B; o escolhido podia não ter a decima parte das habilitações do Sr. Salles Torres Homem e dar-se a mesma crise; a questão era em todo o caso de zelo de prerogativa, e não de affeição ao individuo.

Precisava fazer esta declaração: que não me tinha retirado do poder vencido pelo candidato á senatoria pela provincia do Rio Grande do Norte, o Sr. Salles Torres Homem.

"A opposição, disse o nobre ministro da marinha, declama, e dá-nos o direito de que lhe appliquemos os trechos dos discursos do ex-presidente do conselho quando observava: "Declamais, porque não apresentais factos." Com effeito sempre considerei declamação fallar o nobre ministro da marinha quando era opposicionista, sem citar factos; mas não se tem agora citado factos? Prescindindo do manifesto, que enumera uma porção delles, e dos documentos officiaes alli transcriptos, o nobre senador pelo Ceará não indicou tantos factos? O que lhe oppoz o nobre ministro da marinha? Disse: "Donde tirou o Sr. Pompeu esses factos? Não sei que elle tenha meios de verificar a existencia delles."

A resposta é improcedente. O nobre ministro sabe que a estatistica é estudo especial do nobre senador pelo Ceará, pois que o Sr. Pompeu ha muitos annos occupa-se da estatistica de sua provincia. Ora, sendo o nobre senador alli residente e relacionado, está no caso de colligir factos, e de expol-os com mais probabilidades de exactidão, desde que S. Ex. os communica sob sua responsabilidade pessoal, do que os factos que o nobre

ministro menciona, informado por delegados e subdelegados de uma parcialidade frenetica.

O que cumpria ao nobre ministro? examinar os factos, analysal-os. Isto foi o que sempre fiz quando ministro, e o que o nobre ministro não quer agora fazer, nem fez quando opposicionista, porque só se recorda de um facto que o nobre ministro especificasse; a saber: o caso do juiz municipal de Goyana, juiz que obteve tudo quanto quiz immediatamente que sahirão do poder os conservadores.

Não tenho objecção alguma a fazer quanto aos favores prodigalisados ao ex-juiz municipal de Goyana; mas desafio o nobre ministro a que, relendo os meus discursos de 1866, 1867 e 1868, cite algum facto articulado que não tivesse resposta. No emtanto os nobres ministros deixão de tomar em consideração os factos expostos pela opposição; é verdade que seria um nunca acabar, e até os ministros não terião outra cousa que fazer, se em tal se mettessem.

A' vista disso tomarão uma resolução suprema: " Neguemos os factos redondamente; offereçamos como resposta um sorriso para as articulações de factos escandalosos: e vamos atravessando a sessão. "

O nobre Marquez de Olinda citou factos importantes, por exemplo, o attentado da rua dos Ourives. O que respondeu o nobre ministro da marinha? Que faltava individuação dos factos apontados! Queria que se indicasse a rua e o numero da casa, e os nomes das pessoas. Isto era querer fazer da opposição official de gabinete, querer que ella apresente accusações como os officiaes de gabinete offerecem o expediente á assignatura ministerial. Isto não tem logar!

Os factos são sem conta. Acharão ja os nobres ministros uma palavra para defenderem-se do que occorreu em S. Paulo e principalmente em Taubaté e Lorena?

Em Taubaté um cidadão distincto, que acabava de ser presidente de provincia, foi perseguido pelo delegado de policia, que lhe irrogou toda sorte de injurias, querendo leval-o ao banco dos réos. O ardimento policial chegou a ponto que da côrte mandou-se insinuação para ser o delegado demittido.

Entretanto foi o delegado demittido a pedido! Pois aquelle funccionario, para ser exonerado, precisava sel-o a pedido? Não era da dignidade do governo demittir o presidente da provincia que conservou similhante autoridade? Porventura o Sr. Moreira de Barros é algum criminoso, algum perverso? Moço de bons costumes, de familia respeitavel, de fortuna, moderado, digno de estima em todo o sentido (*apoiados*), era para ser arrastado, por fas ou por nefas á cadeia, pelo seu rancoroso inimigo, o delegado *capitãosinho!*

Se o delegado não conseguiu o seu intento, foi porque sublevou-se contra a violencia a opinião publica e a imprensa da provincia, e no emtanto tudo ficou sanado, demittindo-se o delegado a seu pedido!

Haverá jamais sido chefe de policia um bacharel como o actual chefe de policia de S. Paulo, que teve comportamento egual ao do delegado de Taubaté, em relação aos perseguidores politicos de Lorena?

Por occasião da morte do coronel José Vicente de Azevedo, o chefe de policia pronunciou diversos cidadãos importantes, alheios inteiramente a similhante attentado. Recorrerão, o recurso teve de ir com a vista ao chefe de policia, e elle sustentou seu despacho de pronuncia, escrevendo entre outras cousas o que se segue:

"Entendi e entendo ainda que, assim como, a opinião publica os indigita (os pronunciados) como os mandantes desse barbaro attentado, não tendo até hoje indigitado a outros, não me competia declaral-os innocentes: que o tribunal do jury era o unico juiz que po-

deria decidir se essa opinião publica é ou não fundada, isto é, se forão os recorrentes ou outros os mandantes do assassinato do coronel José Vicente de Azevedo, visto como está plenamente provado que os agentes do crime não tinhão razão ou motivo para o resolverem e executarem por conta propria. "

E esta? Como os executores não tinhão motivo para executar por conta propria o crime, e a opinião (creada pelo queixoso publicando alguns artigos) dizia que havião sido mandantes os recorrentes, forão elles pronunciados, e a pronuncia sustentada! O chefe de policia dirigia-se nestes assumptos pela opinião publica; isto é, pela opinião do seu lado, da parcialidade local, não pela opinião da provincia inteira, que considerava esses cidadãos incapazes de similhante attentado! Felizmente a Relação fez plena justiça aos recorrentes. (*Apoiados*).

E tal homem pode continuar a ser chefe de policia em uma provincia como a de S. Paulo?! Por ventura o presidente mandado para S. Paulo desempenhou nesta parte o pensamento do governo? Sim ou não: se desempenhou, o nobre presidente do conselho não pode continuar a dizer que não deu más instrucções aos seus agentes; se as não desempenhou, porque não foi demittido e punido?

Fallo disto para provocar discussão; desejo que o nobre presidente de S. Paulo defenda-se, e dê talvez occasião a que o nobre senador por aquella provincia (o Sr. Fonseca) possa esclarecer o senado.

O nobre senador por S. Paulo tem dado a entender em apartes, e diz a maioria da provincia de S. Paulo, que o nobre presidente nem com os seus correligionarios ficou bem; que não tendo que temer-se dos liberaes, dos proscriptos, trato i de exercer no partido conservador uma escolha, não do que havia de melhor na provincia, mas de gente que realmente devia ficar em ordem secundaria.

O Sr. Fonseca:—Assim se portou na administração da provincia de S. Paulo.

O Sr. Zacharias:—Provoco, pois, da tribuna, a discussão para arrancar da convicção do presidente de S. Paulo um triste pensamento que teve de mim. Ha dias conversava o nobre senador por S. Paulo (o Sr. Fonseca) comigo, a respeito da questão de recurso á Corôa, e tanto bastou para que o nobre senador pelo Rio de Janeiro se persuadisse de que eu estava incitando o nobre senador por S. Paulo para que fallasse contra a administração que S. Ex. fez naquella provincia, e nesse presupposto, apezar de que nenhumas relações tenha comigo, que as dispenso, me perguntasse, se bem que com bom modo: " Estava instigando? " Pergunta que teve a devida resposta. Como aqui é que liquido minhas contas parlamentares, fica esta liquidada por uma vez.

Disse o nobre ministro da marinha que com escriptos do ex-presidente do conselho provava que elle havia sustentado que o ministerio tomava parte na escolha de senadores. Porém o periodo de um desses escriptos, que leu, provava exactamente o contrario, e de facto não ha nenhum escripto meu que tal diga. Foi, portanto, o desejo immoderado de achar-me em contradicção que levou S. Ex. a esse descuido; e é de certo inexplicavel que se levantasse um ministro com um livro na mão para provar o que attribuiu-me, e por fim não mostrar nada!

Incommodado talvez por não poder indicar a supposta contradicção, asseverou o nobre ministro da marinha que eu censurara os ministros por irem á camara temporaria, e perguntou-me se não levava a mal que o nobre ministro da fazenda fosse discutir o orçamento na outra camara. Appello para a memoria dos que me ouvem: nunca censurei por isso os ministros; o que censurei foi que o nobre ministro da marinha, tendo pedido

á camara dia e hora para offerecer uma proposta, sacrificasse esse dever ao designio, que não era proprio de S. Ex., de contrariar no senado os diplomas dos Srs. Saldanha Marinho e Pinto de Mendonça. Foi isto que se estranhou, e não que o nobre ministro vá á camara. Amigo do regimen constitucional, quero que a camara, embora composta de adversarios, seja tratada com o respeito que lhe é devido; portanto, não podia levar a mal que o nobre ministro fosse alli cumprir o seu dever.

Disse tambem o nobre ministro da marinha que estranhei que os ministros não respondão immediatamente, entretanto que quando estava no ministerio fazia o mesmo. Ora, estes factos são do outro dia. O que acontecia? Estava assentado entre os ministros que a discussão do voto de graças pertencia ao presidente do conselho; o qual devia responder pela politica em geral, qualquer que fosse a pasta a que a politica dissesse respeito. O nobre ministro da marinha e o seu collega de opposição, o nobre Barão de S. Lourenço, de certo modo quizerão aqui indicar-me dia e hora em que fallasse, e a isso não sujeitei-me. Mas a verdade é que respondia a tempo conveniente e tomava em consideração tudo quanto me ponderavão os dignos opposicionistas.

Entre este procedimento e o do ministerio actual não é possivel a comparação.

Ha muitos dias que se está discutindo o voto de graças; dous nobres ministros responderão, quando outro remedio não tinhão, e grande parte dos pontos de accusação ainda estão sem resposta alguma.

Uma das queixas que manifestou o nobre ministro da guerra, o anno passado, contra mim, foi que quizesse responder a todos e a tudo; de sorte que antecipadamente dispensou-me de dar-lhe resposta, decretando assim S. Ex., como juiz imparcial, a improcedencia de seus proprios discursos.

Por isso não lhe respondia; aos outros respondi sempre, como me era possivel. Os nobres ministros não fazem assim.

Mas vou ao ponto principal do discurso do nobre ministro da marinha. Disse S. Ex.: "Ha um phenomeno que é a causa de todos os males, este phenomeno é a fusão, e a culpa da fusão não é nossa, é dos historicos." A fusão dos historicos com o resto dos liberaes é obra dos conservadores, da deslealdade com que este partido se houve, e vou demonstral-o.

Havia entre os historicos e os conservadores um certo accordo quanto á emenda ao voto de graças que censurava o governo, e da qual suppunha-se depender cahir o ministerio. (*Ha um aparte.*) Muitos historicos votarão por ella (como diz em um aparte o nobre senador por Goyaz); bem ou mal elles suppunhão que podia-se travar a questão neste terreno e derribar o ministerio. Os conservadores, pela maior parte, pensavão tambem assim e dizião-o em discursos vehementes.

O nobre presidente da Bahia sustentou que esse era o direito do senado; dadas certas circumstancias como as de então, o nobre ministro da marinha incommodava-se até com a idéa opposta, apresentada pelo Sr. Visconde de S. Vicente. Tal era o estado das cousas. Os conservadores estavão empenhados em fazer cahir o ministerio, votando a censura.

Combati, Sr. presidente, esse expediente como arma de dous gumes, que podia ferir então o ministerio, mas que poderia ser damnoso aos conservadores: mostrei que era um principio falso, que nenhum partido devia aceitar. Então do lado dos conservadores uma voz sahiu que os obrigou a entrar no caminho do bom senso; foi a do nobre presidente do conselho.

Nesse momento o senado presenciou o triumpho da disciplina, e como o nobre presidente do conselho (se é

permittida a expressão) poz um freio ao seu partido, que relutava, votarão contra a emenda do nobre senador pela provincia de Goyaz, mas votarão pela força da disciplina; porque seu chefe dizia-lhes: "Não deis este exemplo." Então de onde parecia vir o mal veio o bem; as nuvens dissiparão-se; o governo, que tinha maioria da outra camara, achava tambem no senado o auxilio necessario; não tinha mais tropeços. Procedendo-se á votação, votarão todos os conservadores contra a emenda; os liberaes historicos acharão-se sós.

No dia em que as respostas das duas camaras forão lidas á corôa occorreu o incidente, em consequencia do qual cahiu o 3 de agosto, surgindo o 16 de julho. Os liberaes historicos disserão aos conservadores: "Nós estavamos unidos comvosco para derribar o ministerio em uma questão parlamentar: vós nos abandonastes nesse terreno e appareceis agora vencedores, mas não com o nosso auxilio." E então nenhuma consideração os obrigava a estar unidos a um lado que, depois de empenhado no debate em um sentido determinado, no meio da luta recuou, porque seu chefe bradou-lhes: "Alto!"

Elles, que emfim são liberaes, não podião achar rasoavel que se organisasse um gabinete com desprezo de todas as fórmas parlamentares. Fizerão o que devião fazer: era uma dissenção de familia: a familia congraçou-se: esquecerão aggravos, unirão-se. Pois não ha mais razão para estarem unidos liberaes com liberaes, do que liberaes com conservadores, e conservadores essencialmente palacianos (*hilaridade*), que seguem o principio de que o ministro é obrigado a referendar tudo quando o poder moderador quer? Os liberaes, sem renegar os principios constitutivos de sua crença, não podião, á vista disto, acompanhar os conservadores em seu inesperado triumpho.

A fusão, portanto, foi obra do partido conservador. Se

a maioria conservadora do senado ficasse firme na crença de que podia derribar o governo com a votação da emenda, e os liberaes se separassem dos conservadores, então terião o direito de os taxar de voluveis : mas forão os conservadores que desmancharão o convenio.

O Sr. Firmino:—Não houve convenio.

O Sr. Zacharias:—Não reconheço o nobre senador como interprete dos ministros. Os nobres ministros e até o Sr. presidente do conselho declararão que houve liga, combinação. Se todos os conservadores se houvessem conservado firmes, o accordo para o fim determinado, de derribar o ministerio, teria continuado; porém rompeu-se o accordo, e nisto não acho motivo senão para louvar os liberaes historicos, que arripiarão carreira, considerando o mal que ia resultando do accordo com os seus adversarios naturaes.

Bellamente se comprehende a razão porque o nobre ministro da marinha disse que a fusão é a causa dos males actuaes, o maior embaraço, o pesadello do ministerio. O nobre ministro confessou que estavão apparelhados para soffrer a opposição dos progressistas; mas que com a reunião dos liberaes e progressistas não contavão. E' verdade, os nobres ministros pensavão que continuava a dissidencia na familia liberal, prestando os historicos apoio á combinação politica de 16 de julho, de modo que podessem elles fallar em nome dos principios liberaes ao paiz. Falhando-lhes essa esperança, lançou-se o ministerio ás vias de coacção, porque era preciso manobrar de sorte que o pequeno numero valesse como o grande numero.

Então o ministerio desenvolveu os principios da *grande guerra*, vencendo com pequenos recursos grandes massas de adversarios. Se houvessem de ser remunerados os generaes desses combates, conviria dar aos nobres ministros os titulos de Duques e Duques da Victo-

ria *(hilaridade)*, porque elles, sim, vencerão cabalmente acabando a guerra (eleitoral.)

Observou tambem o nobre ministro da marinha: "Subimos ao poder porque não conheciamos o inventario." Isto quer dizer que não sabião das circumstancias do thesouro. Um estadista não allega tal motivo: é uma trivialidade. O nobre ministro não conhecia o estado do thesouro? S. Ex. não ignorava, e menos o nobre ministro da fazenda. O nobre presidente do conselho tinha no thesouro entrada franca, não havia alli empregado que não estivesse á sua disposição, segundo as ordens dadas por mim. Essa razão, pois, não podia ser allegada; ella é capciosa. O nobre presidente de conselho sabia, ou devia saber o estado do thesouro.

Consegui uma vantagem com o meu discurso anterior; assignalei a unanimidade como um dos grandes embaraços da actualidade; e o nobre ministro da marinha confessou que era verdade, mas, fiel ao seu systema, accrescentou que a unanimidade é obra da opposição! Isto é irrisorio. Porque é esse embaraço obra da opposição?

Porque ella absteve-se! Desejava o nobre ministro da marinha que os liberaes se apresentassem, soffressem as ultimas violencias, fossem compelidos á luta material, para então obterem os nobres ministros maior triumpho e poderem dizer que a alegria das provincias era inexprimivel! Mas o partido liberal teve prudencia; não fez a vontade ao governo, deixou-lhe o campo livre, e se o ministerio tivesse um pensamento honesto, razoavel, poderia proceder sem violencia. Não o fez. O chefe do gabinete diz que não ingeriu-se no pleito eleitoral; mas deixou tudo aos 20 proconsules e estes á direcção dos gremios e dos potentados das provincias.

Sem duvida, a abstenção é um crime, quando o governo ja não digo deixa de lançar-se á carreira da reac-

ção, mas ao menos tem o pudor da posição: o governo não teve.

No dia da eleição de setembro em a nascente freguezia do Espirito Santo, ás 9 horas, quando dirigia-me á egreja, passava preso pela porta da matriz um liberal que na freguezia servia ás idéas e interesses do seu partido. Em verdade desejei retirar-me immediatamente: o plano do governo e da policia se desvendava aos meus olhos.

Disse o nobre ministro da marinha que os liberaes andarão catando programma. Perguntarei ao nobre senador: qual é o vosso? Fizerão gremios, estabelecerão bases de programma, que logo supprimirão, e dahi não passarão. Lembro-me de que pedi da tribuna um exemplar ao nobre ministro da marinha, e S. Ex. negou-m'o dizendo-me que não tinha nenhum disponivel, não se sabe se por grande procura desse documento, se por extrema penuria no supprimento.

A verdade é que o partido conservador não tem programma: seu melhor programma é as faltas que possão commetter os adversarios; inculcando-se exclusivos amigos da ordem e escora do throno, desejão que os liberaes mostrem-se soffregos, para elles imperarem a seu salvo, como se o throno tivesse escora mais forte do que o coração do povo (*apoiados*), como se coração de cortezãos jamais fosse apoio de corôa alguma! elles são os primeiros que, apenas as vagas se encapellão, desapparecem. (*Apoiados.*) Os reis que pensarem de outra maneira andão bem illudidos e mostrão que não leem a historia.

Outra contradicção encontrou em mim o nobre ministro da marinha: disse que hoje censurava a demora nas operações de guerra, que defendia o anno passado. Nem então, nem agora, censurei a demora: attribui-a em grande parte á prudencia; o que contestei é que se cha-

me *grande guerra* á que se faz com essa prudencia, com *certeza mathematica de vencer*. Póde ás vezes ser conveniente que a guerra seja demorada, que, cercada uma fortaleza, os sitiantes alli fiquem largo tempo detidos como uma ave que, presa por um fio da terra, eleva-se á pequena altura e quasi nenhum uso faz de suas azas; póde a prudencia aconselhar semelhante demora, mas não é isso a *grande guerra*. Na opinião dos entendidos, mal se pode dizer que o proprio Cezar fez a grande guerra, porque todas as noutes acampava cercando de trincheiras o seu campo e procedia sempre com grandes precauções.

Grande guerra fez Annibal, que foi á Italia em grande parte com tropas mercenarias, transpondo os Alpes e incutindo terror á capital do mundo. Grande guerra fez Napoleão, fez Condé, fez Turenne, fez o grande Frederico.

Mas, repito, não condemnei, não censurei a demora; não estou em contradicção. Contestei apenas a ordem do dia de 14 de janeiro, que disse: "A grande guerra está acabada, como a pequena guerra": contestei a asseveração da *grande guerra* acabada, mas não censurei a demora da guerra.

Nesta parte o nobre ministro da marinha mostrou uma subtileza que muito admirei.

Dizia eu que o ex-commandante em chefe de nossas forças abandonou o seu posto, trazendo comsigo o commando do exercito para Montevidéo, donde o não transmittiu ao marechal Guilherme senão em data de 9 de fevereiro, em ordem do dia n. 275, por mão do nosso plenipotenciario. Citei essa ordem do dia que transmitte o commando em chefe; citei o officio do Sr. marechal Guilherme em 21 de fevereiro, declarando que a 20 recebera a ordem do dia 6 de fevereiro, em que o Sr. Caxias lhe passara o commando. O nobre ministro, responden-

do, trouxe uma ordem do dia de 18 de janeiro, assignada pelo Sr. Fonseca Costa, em que o ex-general diz ao Sr. marechal Guilherme que transmitte-lhe o commando em chefe do exercito.

Essa ordem do dia nunca foi publicada no *Diario Official*, e eu argumento com documentos publicados no *Diario Official*. A' curiosidade de um correspondente do *Jornal do Commercio* deve-se o conhecimento da ordem do dia de 18 de janeiro, que não é assignada pelo ex-commandante em chefe. Não duvido de sua authenticidade; do que duvido é da efficacia do documento trazido.

Regulei-me pelo documento que o nobre ministro da guerra mandou publicar no *Diario Official*, em que o general Guilherme dizia em 21 de fevereiro que assumiu o commando em chefe que lhe fôra transmittido de Montevidéo por ordem do dia do Sr. Caxias datada aos 9 do dito mez.

E quando em apartes ponderava ao nobre ministro que se lembrasse da ordem do dia de 9 de fevereiro, confrontando com ella a *ordemzita* de 18 de janeiro, S. Ex. fazia-se desentendido.

Note-se que o orador tira as suas illações de documentos officiaes, mas essas illações combinão perfeitamente com as correspondencias do Rio da Prata, entre as quaes uma noticiou que, pedindo os consules estrangeiros providencias ao marechal Guilherme, respondera este que não se achava autorisado a dal-as.

Outra subtileza admiravel do nobre ministro é a respeito das armas apanhadas por Lopez no campo de batalha de Lomas Valentinas: ahi reconheci a força do habito da tribnna que tem S. Ex.

O telegramma do Sr. Conde d'Eu referia que as melhores armas que Lopez actualmente tinha contra os alliados erão as nossas, que mandou apanhar naquelle campo. O nobre ministro declara que essa noticia, dada por um

passado ao general em chefe de nossas forças, era falsa, e para prova leu uma acta de 31 de dezembro, pela qual se dá conta do modo como a commissão, nomeada pelo Sr. Caxias, distribuiu entre os alliados as armas tomadas aos paraguayos.

Ora, na acta trata-se do armamento tomado a Lopez, e que foi repartido egualmente entre os tres exercitos alliados; de tal armamento não se havia o orador occupado, mas das nossas armas que Lopez mandou apanhar e que erão as melhores de que se servia o seu exercito.

A proposito ponderou o nobre senador pelo Rio de Janeiro (o Sr. Octaviano): "Essa acta não prova que fossem recolhidas as nossas armas deixadas em Lomas Valentinas: só provão que forão distribuidas aos alliados as tomadas ao inimigo." Mas o nobre ministro respondeu rapidamente: "Não é necessario demonstrar isso." Se não era necessario isso, para que leu a acta? (*Apoiados.*)

Não era necessaria a demonstração quanto ás nossas armas, ponderou S. Ex., pela mesma razão porque em uma das republicas da Grecia não havia pena para o parricidio! Com effeito esta razão é admiravel!

Tenho concluido, Sr. presidente, o exame das recriminações do nobre ministro; passo ás suas maximas de governo, sendo escusado dizer que são accordes com o pensamento do nobre presidente do conselho.

Observou o nobre ministro, combatendo a doutrina liberal, que era preciso ter presente o exemplo de Pitt em 1804 quando, assumindo pela segunda vez o governo, declarou que não trataria mais da emancipação dos catholicos, a bem da união da Irlanda, por não ser essa medida do agrado do rei.

Como o senado sabe, Pitt havia cahido por ter formado um plano de união da Irlanda, mediante concessões aos catholicos romanos.

Esse projecto estava adiantado e quasi prestes a entrar

em discussão, quando Pitt soube, por um collega, que o rei não consentia nisso, e estava magoadissimo, porque lhe parecia que não podia, sem faltar ao juramento que prestara subindo ao throno, proteger os catholicos. Pitt, não querendo desistir de sua idéa, retirou-se. Passados tres annos voltou ao poder, e então, sensibilisado por lhe constar que o rei adoecera de pezar pelo comportamento de seu primeiro ministro naquelle assumpto, declarou ao parlamento que nunca mais trataria de tal assumpto.

Achou o nobre ministro bonito o exemplo, inculcando que se as grandes medidas aceitas pela opinião publica tiverem repulsa da corôa, devem ser postas á margem e o ministerio prescindir dellas, permanecendo no poder.

Admira que o nobre ministro indicasse tal exemplo, porque se ha epocha em que a influencia de Jorge III se tornasse completa, e em que dictasse sua vontade ao parlamento, foi aquella em que Pitt teve a fraqueza de renunciar sua propria opinião, declarando que não trataria mais da emancipação dos catholicos para não affligir o rei, continuando a ser ministro.

Pitt subiu ao poder pelo querer da Corôa, desceu e subiu outra vez por vontade do rei. Pitt e Jorge III são a mais alta expressão do governo pessoal. Jorge III era affeiçoado aos ministros medianos, mas subservientes, e pela sua influencia conquistou adhesão de homens de segunda ordem, que collocava á frente do governo. Confiou o poder a Pitt, e Pitt em verdade dominou o animo do rei pela força do seu talento, efficacia e energia de sua vontade. O rei, porém, que era habil, identificou-se com Pitt, foi alcançando cada vez maior prestigio para sua pessoa, sendo certo que desde o dia em que o Reino Unido soube que o primeiro ministro declarara que não tratava mais da questão dos catholicos para não contrariar as idéas de Sua Magestade, desde esse

dia o governo pessoal não teve mais limites. Ora, é este o exemplo que o nobre ministro achou na historia ingleza para citar-nos?

Outro exemplo que o nobre ministro trouxe da intolerancia da Corôa nos negocios publicos foi o de Peel na *chamber question's*.

Chamado para o governo em 1839, Peel exigiu previamente exclusão de certas damas do paço, relacionadas com seus adversarios politicos. A rainha recusou-se a isso, apoiada em homens importantes que defenderão essa prerogativa da realeza; Peel, porém, não esteve pela recusa da rainha, e deixou de aceitar o poder.

O nobre ministro da marinha mutilou o facto historico, pensando que o precedente ficára nisso, que prevalecera como um principio a recusa da rainha e condemnara-se como abusiva a exigencia de Peel.

O contrario, porém, succedeu. A rainha melhor aconselhada reconheceu e declarou que o pedido de Peel era conforme aos principios da constituição ingleza, e Peel quando algum tempo depois subiu ao ministerio não teve mais necessidade de insistir na sua primeira exigencia: era desnecessaria.

Porque, pois, citou o nobre ministro esse caso da rainha Victoria, occultando a confissão de Sua Magestade quando, mais adestrada na arte de governar, declarou de plano que Peel tivera razão e sustentou os verdadeiros principios?

Forão, por tanto infelizes os dous exemplos trazidos pelo ministro da marinha para acoroçoar entre nós o governo indebito da Corôa.

Contou S. Ex., Sr presidente, um facto verdadeiro e bom exemplo; mas esse ja tinha sido referido aqui como passado: foi o procedimento da rainha Victoria com relação a lord Palmerston.

Tendo o ministro assentado que se guardasse a mais

estricta neutralidade a respeito do attentado de 2 de dezembro em França, lord Palmerston, em conversa com o ministro francez em Londres, declarou-lhe que approvava aquelle acontecimento; o ministro francez, como era de esperar, communicou logo á sua côrte a manifestação que ouvira, e os jornaes de Pariz publicarão o facto.

Note-se que era um caso de quebra da solidariedade ministerial; lord Palmerston, contra o que estava assentado pelo gabinete, fizera alarde de uma approvação que não podia dar; os ministros queixarão-se e a rainha interveio, pedindo uma explicação. Esta superintendencia da Corôa ninguem contesta; e nada tem que se pareça com a interferencia de Jorge III, nem da propria rainha Victoria em 1839, no caso das damas do paço.

Se o rei é, como ácima disse, espectador e juiz do que se passa, para que em tempo possa emittir seu juizo, é preciso que se esclareça, que vá a conselho, que indague, que ouça a todos. Tal é seu officio; mas para exercer esse elevado officio de rei cumpre que não perca o tempo em bagatelas de administração, porque quem cuida nas pequenas cousas distrahe-se dos grandes negocios.

Aquelle que a constituição collocou na cupula do edificio social para incessantemente velar na manutenção da harmonia, independencia e equilibrio dos poderes, tem funcções elevadissimas, acompanha e julga os grandes acontecimentos, mas deixa aos subalternos a missão secundaria, propria de agentes responsaveis. Pedindo a lord Palmerston explicações de seu procedimento, a rainha Victoria procedeu muito bem; conservou-se na sua esphera de guarda da constituição.

O nobre ministro da marinha, Sr. presidente, resumiu toda sua doutrina retrograda, doutrina de occasião, para intimidar os liberaes, porque de coração, Sr. pre-

sidente, é liberal, em uma simples proposição; o nobre ministro quer o governo *sem resistencia*, extranhou que se fallasse de resistencia ao governo, quer um governo sem estorvo, isto é: quer o governo asiatico.

O Sr. Barão de Cotegipe:—Não é o que eu disse.

O Sr. Zacharias:—Está em suas palvaras.

O nobre ministro disse, fallando de resistencia: "Nem consciencia tendes disso, porque não ha tal direito." O nobre ministro, pois, quer eliminar de nossa legislação o direito que ella dá de resistir a ordens illegaes! (*Apoiados.*) O nobre ministro, que se mostra tão lido em estylos inglezes (principalmente nos que são infensos á liberdade), devia ter lido a obra de Brougham (*A constituição ingleza*), na qual lê-se a cada passo que a pedra angular do regimen inglez é a resistencia, é a força.

E Brougham tem razão; a tendencia de todo o governo é tornar-se absoluto, despotico, como os governos do Oriente, desde que lhe falte a consciencia de que o povo tem o direito de usar da força e disposição de usar della sendo indispensavel. A resistencia é a pedra angular dos governos livres. Brougham, offerecendo essa sua obra á rainha Victoria, não trepidou em fazer salientes esses principios, porque negal-os seria renunciar a historia da Inglaterra.

Como é que o nobre senador admirou-se de que o manifesto fallasse do direito de resistencia? Nossa legislação o consagra, e a elle devemos a fórma de governo que temos. (*Apoiados.*) Foi com resistencia que obtivemos independencia e monarchia constitucional.

Mas o direito de resistencia, como todo o direito, está sujeito á prudencia e discrição de quem o possue, de sorte que fallar do direito de resistencia não quer dizer aconselhar seu uso agora; não porque os liberaes não tomão ao serio as esperanças de perpetuidade do dominio, que asseguron o nobre ministro quando fallou da

alegria das provincias ao receber a noticia de sua ascensão.

Não se tomou isso ao serio. (*Apoiados.*) Os nobres ministros não estão hoje em melhores condições do que em 1848; estão em muito peior posição. Quando começou a legislatura de 1850 ninguem diria que em 1853 romperia o parlamentarismo, e viria o Sr. Paraná estabelecer a conciliação. A actual ordem de cousas ha de durar menos do que aquella.

Poderia dizer agora que tenho conseguido meu fim, que era impugnar o systema que o governo adoptou de responder e defender-se, combater suas tendencias politicas. Minha questão não é com os presidentes de provincia, não é com os subalternos; é com o governo aqui.

A circumstancia de morar na Côrte impõe-me esse dever, porque, entrando na exposição de factos passados nas provincias, poderia commetter uma ou outra inexactidão, e não gosto de as commetter. Repito, a minha questão é com o governo, e poderia pôr termo aqui ao meu discurso. Mas seria uma descortezia não tomar em consideração o discurso do nobre senador pela Bahia, que é poder, ou espera sêl-o, e quer brevemente sêl-o. Vou, portanto, occupar-me do discurso do nobre senador, mas mui resumidamente.

O nobre senador assumiu hontem uma qualificação ornithologica e muito expressiva: assemelhou-se ao pelicano, como fez o Psalmista: *Similis factus sum pelicano salitu dinis;* mas o Psalmista assemelhava-se ao pelicano da solidão, e o nobre senador não; ha essa differença. O pelicano da solidão, de que falla S. Jeronymo, muito conhecido do nobre senador (*hilaridade*), não tem a propriedade de alimentar com o seu sangue os filhos, como outra especie que não é do deserto. Dessa outra especie se diz que, ou o pelicano com seu proprio bico rasga o peito, para que, vertendo sangue, alimentem-se os peli-

canosinhos, ou consente que os filhos com os biquinhos firão-lhe o peito, tolerando essa dôr violenta para alimental-os.

Em um ou outro caso, diz um escriptor que essa fineza sanguinolenta de rasgar ou deixar rasgar o seio para dar sangue aos filhos, constitue o pelicano uma ave maravilhosa.

Considerando o caso, não me julgo obrigado ao nobre senador por essa fineza sanguinolenta: nunca S. Ex. rasgou o peito para alimentar-me, nem eu procurei rasgar-lhe o peito para esse fim. Devo ao nobre senador muitas finezas em um sentido; o nobre senador, expansivo como é, declarou hontem que dava ao governo de seus amigos noticia de todos os moços que apparecião...

O Sr. Barão de S. Lourenço:—Respondia ás perguntas que se me fazião.

O Sr. Zacharias:—Recordo-me de uma carta do nobre senador, que em consequencia de inesperada mudança politica, foi aberta por um adversario e constituiu em um jornal conservador mofina sem tempo nem limites. Nessa carta o nobre senador usava de franqueza, dizia mal de alguns e bem de outros. De mim consta-me que o nobre senador dizia bem nesse tempo: é uma grande fineza que lhe devo.

Fiz sempre minha carreira arredado da Bahia, sem receber, nem tirar sangue de ninguem.

Nunca tive emprego senão o que consegui em concurso, porque não considerarei empregos essas commissões ephemeras que a politica dá e a politica tira.

Assim com a declaração de que devo ao nobre senador boas ausencias, e outr'ora auxilio nesta vida politica, na qual quem não é contra deve reputar-se em favor, dou uma prova de que lhe sou grato.

Passo agora, Sr. presidente, ao ponto de meu discurso, que incommodou o nobre senador. Não quiz ma-

goar o nobre senador, nem fazer-lhe injuria, nem attribuir-lhe actos de immoralidade. Citei apenas um documento seu, o qual é em todo semelhante á exposição que S. Ex. hontem fez. O nobre senador dirigiu uma carta a um amigo para defendel-o na assembléa provincial e, contando nessa carta sua historia, entendeu que estava defendido, do mesmo modo que contando hontem ao senado essa historia julgou-se plenamente justificado, quando eu não o accusei. Não disse que as más circumstancias de S. Ex. fossem consequencia de uma vida dissipada ou imprevidente. Não. Contei o facto como o nobre senador contou.

E o que disse o nobre senador? Contou que envolveu-se em uma especulação agricola, na qual foi infeliz; que, tendo comprado um custoso apparelho de fabricar assucar, pertencente á provincia, e tendo feito diligencia para que funccionasse, nada conseguiu, datando d'ahi o grande *deficit* na sua casa. Não fui esquadrinhar, porque nunca esquadrinhei o estado da fortuna de ninguem, o estado da fortuna do nobre senador.

Como homem politico, lendo a carta do nobre senador, referi-me a ella, sómente para perguntar a S. Ex. se em taes circumstancias da vida particular e á vista das difficuldades com que lutava, não lhe nascião escrupulos de exercer o poder em nossa provincia.

O nobre senador foi além do pensamento do orador; revelou que o governo alguma hesitação havia mostrado em sua nomeação. Ora, porque teve o governo essa hesitação? O proprio nobre senador disse: " Talvez que o motivo allegado pelo ex-presidente do conselho fosse a causa dessa hesitação. "

Mas não vou adiante. Somente repito que mandaria o nobre senador para qualquer provincia, para a Bahia não, porque alli, em consequencia da narração feita pelo nobre senador, sem accrescentar-lhe ponto, nem

virgula, sua posição era embaraçosa. Se tirasse do estado pouco satisfactorio de sua fortuna motivos de inhabilitação para governar, não teria dito que não censuraria sua nomeação para outra qualquer provincia que não fosse a Bahia. Julgava conveniente poupar ao nobre senador o pôr em provança sua independencia na presença, não já de dividas particulares, porém de divida á fazenda publica da provincia da Bahia.

E citarei um facto em apoio de minha opinião.

Em 1866 o ministerio tinha concordado na nomeação de um distincto mineiro para governar a provincia do Rio de Janeiro. Um dos ministros, porém, soube a tempo que esse cidadão, aliás prestante, tinha afiançado a um devedor da provincia do Rio de Janeiro, e foi isso bastante para que a nomeação deixasse de ser feita.

O nobre senador, que tem filhos para os quaes é um verdadeiro pelicano, disse muito bem hontem: "Essa divida com que luto pode ser satisfeita por meus filhos." Não estou longe disso. Mas sua aptidão governativa podia exercitar-se melhor em outra parte do que alli, attenta essa difficuldade actual.

Nunca fallaria neste ponto se o nobre senador com a franqueza que o caracterisa não o tivesse levado ao debate na assembléa provincial da Bahia, e não tivesse sido publicada a sua carta. Estarei em engano; mas continuarei a pensar assim.

No correr do seu discurso o nobre senador revelou um facto que trouxe luz para o debate. Disse: "Eu não tenho hoje na Bahia a influencia que tinha em 1848. Então tudo se fazia por meu intermedio; eu era o canal por onde as relações do governo se estabelecião com a provincia. Hoje não; hoje ha no ministerio quem conheça a provincia como eu." Desculpe o nobre senador que lhe não aceite esta razão. N'aquelle tempo era ministro

o Sr. Muritiba, que conhecia a Bahia como o Sr. Cotegipe. Não é, pois, esta a razão, que constitue o nobre senador em inferioridade em relação ao que foi em 1848; devia ir buscar a razão disso nas *gradações* de que fallou na camara o nobre ministro da marinha.

E, a proposito, entendo que, se a opposição estiver attenta e fôr tomando nota das confissões que sahem do lado do governo, pode com ellas escrever a refutação completa de sua defeza e de suas maximas governativas.

Essas gradações denunciadas pelo nobre ministro da marinha explicão a posição relativamente inferior do nobre senador pela Bahia. E' que o partido não está hoje como em 1848. Euzebio e Monte-Alegre, desde que o nobre senador fosse presidente da provincia, não podião ter outro canal senão o nobre senador. Ninguem podia saber mais da Bahia do que o nobre senador; ninguem conhecia tanto aquella provincia.

Esse systema de nomear-se um presidente e escrever-se com franqueza a outras pessoas sobre negocios importantes, perdendo de vista o presidente, tira-lhe a força moral. E' o que, segundo a revelação do nobre senador, parece que tem se dado na Bahia. (*Ha alguns apartes.*) Mudarão-se os tempos; o Sr. Cotegipe, que já foi *pelicanosinho* do nobre senador, hoje é *pelicano*, hoje tem roda, tem sangue para dar espontaneamente, ou para deixar que lh'o tirem os filhotes; é homem de mais esperanças... Resignemo-nos á nossa sorte O nobre senador tem filhos: pode algum delles excedel-o muito em talento e fortuna. E' da ordem das cousas que os *pelicanosinhos* passem a *pelicanos;* é facto natural.

O nobre ministro da marinha, que foi *pelicaninho* do nobre senador, hoje é *pelicano* de callo carnoso; porque dizem que os taes pelicanos, de que fallou o nobre senador pela Bahia, teem esse callo carnoso, que ferem

para fazer sangue e dal-os a chupar aos filhos quando não teem que comer...

(*Entra o nobre ministro da marinha no salão e troca alguns apartes com o orador.*)

O orador vê que o nobre ministro da marinha faz que não entende; mas entende perfeitamente. Se S. Ex. declara que não entende o que diz o orador, é signal de que, nos negocios da Bahia, elle *reina e governa*. (*Hilaridade.*)

Ao terminar o seu discurso o nobre senador pela Bahia disse: "A familia do Sr. Zacharias apoiou-me na Bahia."

A familia á que allude não foi perseguida pelo nobre senador, e ha membro della que é amigo de S. Ex. desde Coimbra, mantendo relações que a politica não pode quebrar, até porque esse individuo a que refiro-me não tem politica alguma. E' verdade o que disse o nobre senador, mas esta verdade é contraria a S. Ex.

Quando o governo mandou para as provincias os desbravadores, que por desgraça forão em parte tirados de entre os magistrados, isto é, de entre os homens que devem ter o habito de fazer justiça, forão escolhidos individuos capazes dos maiores desatinos. (*Apoiados.*)

Ao tempo em que o desbravador da Bahia começou a sua tarefa, levou a derrubada á comarca em que morão os meus parentes; instigado pelo bacharel Lima, então juiz municipal de Taperoá, que foi á capital entender-se com elle e obteve quanta demissão quiz.

Nisto chega á Bahia o presidente e desfez o que estava feito, reintegrando os demittidos. Estes erão progressistas; mas o nobre senador conservou-os, porque os Srs. Porto e Augusto de Menezes forão a S. Ex. declarar que aquella gente o que queria era socego, que a luta alli era mais de pessoas que de principios; á vista do que o nobre senador, que não tinha razões para confiar na par-

cialidade opposta, conservou o poder aos progressistas, não tendo os meus parentes tomado nisto parte alguma.

Assim, o nobre senador vendo o excesso da derrubada do seu precursor, corrigiu o acto do vice-presidente. Mas isso importa somente confissão de quão desatinado fôra aquelle vice-presidente. Não é a primeira vez que o mandatario excede o mandato, ultrapassando as ordens do mandante. O Sr. Dez. Figueiredo Rocha ultrapassou.

Note-se um caso em que tocarei de passagem. Comprehende-se bem que, havendo uma mudança politica de tal ordem, fosse preciso fazer muitas demissões: nunca neguei este direito ao governo. Mas podia o Sr. Figueiredo Rocha, a pretexto de politica, demittir promotores publicos? Ainda mais: podia logo da primeira vez que funccionou demittir o administrador do jardim publico o Sr. Salustiano Souto, que tinha prestado serviços no Rio da Prata, e pela lei garantia-se-lhe o logar?

Não quero negar a governo algum o direito de desfazer-se de empregados que não mereção bom conceito nesta ou naquella posição. Mas o Sr. Salustiano Souto estava no caso de ser incluido na derrubada do desbravador? E o que tem o jardim, o que tem as flores com a politica? Poderia ser o administrador demittido, se se provasse que não cumpria os seus deveres; mas não era para o desbravador, o vice-presidente, contemplal-o na sua lista de perseguição. Eis o que ainda não vi explicado, e desejava que o fosse.

O nobre senador, presidente da Bahia, foi um pouco precipitado com o Sr. Barbosa de Oliveira. Esta demissão foi um dos seus primeiros actos: esperasse um pouco, salvasse ao menos as apparencias. Se havia erros e faltas na administração litteraria do Sr. Barbosa de Oliveira, demittisse-o. Mas esse foi um dos primeiros actos da presidencia, sendo constante que o nobre senador é

inimigo do Sr. Barbosa de Oliveira e elle inimigo de S. Ex.... E vem o nobre senador dizer que não é reactor, que não levou agua ao seu moinho!

Na comarca do meu nascimento o nobre senador preferiu progressistas a conservadores, e o mesmo consta que fez em outros logares, como na freguezia do Catú. Alli os Srs. Goes, que são conservadores, não teem apoio da presidencia, e quem está dando as cartas é um progressista, que concordou, por estes ou aquelles motivos, em adherir á politica do nobre senador. Não foi, pois, o nobre senador n'aquelle logar conservador; deu influencia a um sujeito que não é do seu partido.

O Sr. Barão de S. Lourenço:—Quem é?

O Sr. Zacharias:—E' o Sr. Freire.

(*Ha muitos apartes.*)

Foi para dar uma prova de consideração ao nobre senador que respondi ao seu discurso. Pedi a palavra para discutir, principalmente com o nobre ministro da fazenda, os motivos da mudança politica effectuada em 16 de julho: conseguido isto, vou sentar-me.

Mas não o farei sem pedir de novo ao nobre presidente do conselho que use das prerogativas que lhe asseguram sua posição, seus talentos, sua edade e reputação de homem moralisado, para pôr as cousas a melhor caminho; e não considere mais que seja uma defesa o dizer: "Sinto embaraço, sinto enleio."

Tenho concluido. (*Muito bem! Muito bem.*)

O Sr. Saraiva:—Fallou perfeitamente.

IMP. NA TYP. DO DIARIO DA BAHIA.—1869.

MJ/0022